

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO  
CULTURAL DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE



Casa de  
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

**MARIA KARLA BELO DA S. TAVARES**

VALORAÇÃO DE COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS:

Estudo de caso da Coleção de Febre Amarela do Instituto Oswaldo Cruz / Fiocruz

Rio de Janeiro

2019

Maria Karla Belo da S. Tavares

VALORAÇÃO DE COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS:

Estudo de caso da coleção de Febre Amarela do Instituto Oswaldo Cruz / Fiocruz

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Marcos José Araújo Pinheiro

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Carla Maria Teixeira Coelho

Rio de Janeiro

2019

Ficha Catalográfica

---

T231v Tavares, Maria Karla Belo de S.

Valoração de coleções museológicas : estudo de caso da Coleção de Febre Amarela do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz / Maria Karla Belo de S. Tavares. – Rio de Janeiro : s.n., 2019.  
125 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.  
Bibliografia: 111-119f.

1. Museus. 2. Gestão de Riscos. 3. Patrimônio Cultural.
4. Preservação.

CDD 069

---

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

Maria Karla Belo da S. Tavares

VALORAÇÃO DE COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS:

Estudo de caso da Coleção de Febre Amarela do Instituto Oswaldo Cruz / Fiocruz

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde.

Aprovada por:

---

**Orientador:** Prof. Dr. Marcos José de Araújo Pinheiro - COC|FIOCRUZ

---

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Maria Teixeira Coelho – COC|FIOCRUZ

---

**Examinador externo:** Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá – PPGMUS| UNIRIO

---

**Examinador interno:** Prof. Dr. Marcelo Pelajo Machado – COC|FIOCRUZ

Rio de Janeiro  
2019

Dedico este trabalho ao David,  
companheiro incansável e amoroso.

## AGRADECIMENTOS

Ao David, meu companheiro de jornada, de discussões e de sugestões.

Ao meu pai e irmãos, por sempre torcerem por mim e elevarem minha autoestima.

Aos meus orientadores, Marcos e Carla, pelas contribuições, paciência, apoio e correções durante essa jornada.

Aos membros da banca, por aceitarem participar desta empreitada e pelas dicas durante o exame de qualificação.

Ao Prof. Ivan Coelho pelo carinho e palavras sempre inspiradoras.

Ao Prof. Marcelo e Prof. Barbara pela oportunidade de trabalhar em equipe com eles, pela confiança na valoração da coleção e auxílio na finalização deste processo. E a equipe de pesquisadores dispostos a contribuir nesta pesquisa.

Aos meus amigos do programa, são pessoas incríveis, inteligentes e generosas. Em especial, as museólogas Gisele e Yasmine que são exemplos de profissionalismo e garra pela defesa do patrimônio, em todas as áreas.

À Juçara sempre disposta a ajudar e conseguir grandes tesouros no Arquivo da COC.

À Valéria, secretária do programa que sempre está atenta, disposta a auxiliar e ouvir nossas histórias.

A todos, direta e indiretamente, que me auxiliaram nessa jornada.

Obrigada!

*[...] a atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica rigorosa. Exige capacidade de ir além de suas próprias preferências pessoais. Mas por isso também é tão fascinante e gratificante, pois estamos tratando, não de coisas, mas daquela matéria-prima os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos - que fazem de nós, precisamente, seres humanos. (MENESES, 2012, p.39)*

## RESUMO

TAVARES, Maria Karla Belo da S. **Valoração de Coleções Museológicas:** Estudo de caso da coleção de Febre Amarela do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz. 2019. 125f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Preservação do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2019.

A presente dissertação tem por objetivo apresentar um estudo sobre a valoração de coleções museológicas e demonstrar sua contribuição para a gestão do patrimônio cultural. Neste sentido, foi realizada pesquisa sobre a valoração de coleções entendida no contexto da metodologia de gestão de riscos para o patrimônio cultural. A Coleção de Febre Amarela (CFA) do Instituto Oswaldo Cruz, objeto de estudo desta dissertação, provém da criação do Laboratório de Histopatologia implantado em 1931 na Fiocruz, ligada à campanha antiamarílica. Faz parte da parceria entre o governo brasileiro e a norte-americana Fundação Rockefeller. É composta por 498 mil casos (amostras de fígado coletadas por viscerotomia entre as décadas de 1930 e 1970). A valoração desta coleção evidencia um esforço para uma maior popularização desta metodologia entre os profissionais da área e interessados, propiciando subsídios para a gestão das coleções centrada nos seus múltiplos valores. Tendo como objetivo final introduzir um critério mais eficaz para subsidiar os processos decisórios relacionados à definição de prioridades para os acervos.

**Palavras – Chaves:** Patrimônio; Preservação; Valoração de Coleções; Museologia; Gestão de Riscos; Coleção de Febre Amarela;



## ABSTRACT

TAVARES, Maria Karla Belo da S. **Valoração de Coleções Museológicas:** Estudo de caso da coleção de Febre Amarela do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz. 2019. 125f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Preservação do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2019.

This dissertation aims to present a study on the value assessment of museum collections and demonstrate their contribution to the management of cultural heritage. In this sense, the research on the valuation of collections, which is within the scope of the risk management methodology for cultural heritage, was conducted. The Yellow Fever Collection (CFA) of the Oswaldo Cruz Institute, the object of study of this dissertation, comes from the creation of the Histopathology Laboratory established in 1931 at Fiocruz, linked to the anti-yellowing campaign. It is part of the partnership between the Brazilian government and the Rockefeller Foundation. It consists of 498,000 cases (liver samples collected by viscerotomy between the 1930s and 1970s). The valuation of this collection evidences an effort for a greater popularization of this methodology among professionals and interested parties, providing subsidies for the management of collections centered on its multiple values. With the ultimate goal of introducing a more effective criterion to support decision-making processes related to setting priorities for the collections.

**Keywords:** Heritage; Preservation; Valuation of Collections; Museology; Risk management; Yellow Fever Collection;

## SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

**BN** – Biblioteca Nacional

**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CCI**- Instituto Canadense de Conservação

**COC**- Casa de Oswaldo Cruz

**COPRES** - Coordenação de Preservação e Segurança

**CMC** - Conselho de Ministros da Cultura

**CFA** – Coleção de Febre Amarela

**DAD** - Departamento de Arquivo e Documentação

**FCRB** - Fundação Casa de Rui Barbosa

**FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz

**GCI** - Instituto Getty de Conservação

**GR** – Gestão de Riscos

**IBERMUSEUS** – Programa de cooperação para museus da América Latina

**IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus

**ICCROM** - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais

**ICN**- Instituto Holandês do Patrimônio Cultural

**ICOMOS** - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

**INRC** - Inventário Nacional de Referências Culturais

**IOC**- Instituto Oswaldo Cruz

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional

**MR** – Magnitude de Risco

**PIBIC** – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

**PGR** - Programa de Gestão de Riscos

**PGRPC** - Programa de Gestão de Riscos para o Patrimônio Cultural

**RCE** - Agência Holandesa de Patrimônio Cultural

**SNFA** - Serviço Nacional de Febre Amarela

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNIRIO** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo cíclico da metodologia de gestão de riscos. ....	28
Figura 2: Etapas, Conceitos e Ferramentas da Gestão de Riscos. ....	30
Figura 3: Risco causado por ‘pragas’ . ....	31
Figura 4: 10 agentes de deterioração.....	31
Figura 5: Método da Escala ABC.....	34
Figura 6: Escala de graus de prioridade dos riscos considerando sua magnitude (MR).....	36
Figura 7: Vista aérea do Museu Nacional, após incêndio.....	40
Figura 8: Preparação para antes da evacuação de emergência. ....	44
Figura 9: Exemplo de Lista de Prioridade de Evacuação. ....	49
Figura 10: Processo Metodológico da Valoração. ....	60
Figura 11: Processo de Avaliação de Valores. ....	62
Figura 12: Tipologia Provisória de Valores Patrimoniais. ....	63
Figura 13: Processo de Valoração do Bem Cultural. ....	64
Figura 14: Catalogação de Objetos/Documentação de Coleções, Análise de Significância e Classificação. ....	65
Figura 15: Esquema para Encontrar Grupos de Interesses. ....	67
Figura 16: Plano de Valoração Participativa. ....	68
Figura 17: Lista de Verificação de Valoração da Significância. ....	70
Figura 18: Exemplo de Declaração de Significância. ....	71
Figura 19: Categorias de Valoração.....	73
Figura 20: Diagrama de Valor do Museo Juan del Corral. ....	75
Figura 21: Representação esquemática do viscerótomo. ....	82

Figura 22: Coleção de Febre Amarela no pós- crise em 2005-2006.....	90
Fig. 23: Bloco de Parafina, Lâmina de Corte Histológico e Frasco com material envolto em gaze de fragmentos de fígados obtidos por viscerotomia. ....	91
Fig. 24: Decomposição dos acervos móveis da COC.....	96
Fig. 25: Decomposição da Coleção de Febre Amarela.....	97
Fig. 26: Formulário Google e argumentos dos especialistas. ....	99
Fig. 27: Diagrama do Valor da Coleção de Febre Amarela. ....	101
Fig. 28: Lista de Riscos da Coleção de Febre Amarela. ....	103
Fig. 29: Lista de valores para singularizar a evacuação.....	104
Fig. 30: Lista de valores para singularizar a evacuação.....	105
Fig. 31: Lista de prioridade para a evacuação.....	106

## QUADROS

Quadro 1: Ficha de Análise de risco de colisão de veículos nos elementos externos do Pavilhão Mourisco da Fiocruz (versão simplificada).....	35
Quadro 2: Incêndio instituições culturais nos EUA.....	40
Quadro 3: Roteiro para avaliação de valor.....	56
Quadro 4: Categorias de valor propostas por Alois Riegl.....	59
Quadro 5: Definições e pesos dos atributos da Casa de Oswaldo Cruz.....	77
Quadro 6: Significado das pontuações da Casa de Oswaldo Cruz.....	78

## GRÁFICOS

Gráfico 1: Diagrama de valor dos acervos da Fiocruz.....	79
--	----

## TABELA

Tab. 1: Valores para singularizar os objetos.....	45
---	----

Tab. 2: Critérios para singularizar os objetos.....	45
Tab. 3: Soma do valor mais alto e com maior facilidade de evacuação.....	46
Tab. 4: Matriz de risco.....	47
Tab. 5: Lista de objetos para evacuação.....	48

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - Gestão de Riscos: salvaguarda e emergência .....	24
1.1 Metodologia de Gestão de Riscos .....	26
1.2 Salvaguarda e Emergência.....	36
a. UNESCO.....	42
b. Ministério da Cultura da Espanha .....	44
CAPÍTULO 2 - Valoração de Coleções Museológicas .....	48
2.1 Tipologias de Valor .....	55
2.2 Valoração Participativa.....	63
2.3 Declarações de Significância.....	67
2.4 Valoração de acervos de acordo com o Método ABC .....	70
2.4.1 Programa de Fortalecimento de Museus da Colômbia (Museos Colombianos) .....	70
2.4.2 Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz .....	74
CAPÍTULO 3 – Valoração da Coleção de Febre Amarela do Museu da Patologia – IOC.....	79
3.1 Coleção de Febre Amarela entre o “tempo” e o “espaço” .....	79
3.2 Processo de Valoração da Coleção de Febre Amarela .....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	111
REFERÊNCIA ARQUIVÍSTICA .....	119
APÊNDICE A – .....	120
RESULTADO COMPILADO DAS RODADAS DE APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO ..	120
APÊNDICE B – .....	123
VALORAÇÃO DA COLEÇÃO PELO METODOLOGIA ICCROM, CCI, RCE.....	123

## INTRODUÇÃO

As diretrizes metodológicas da gestão de riscos praticadas na atualidade têm sua origem na década de 1960, como resultado das transformações da cultura organizacional do mercado corporativo. Num primeiro momento, os procedimentos de gestão de riscos estiveram ligados à indústria seguradora, sendo posteriormente aplicados e adaptados a outras áreas, inclusive no âmbito do patrimônio cultural. Representa uma importante contribuição ao planejamento e às práticas pertinentes à segurança e à conservação preventiva dos acervos móveis (PEDERSOLI, 2010).

A metodologia de gestão de riscos visa minimizar perdas e estabelecer prioridades para as ações de preservação garantindo a integridade dos bens culturais. Com isto, contribui para a conservação deste patrimônio para futuras gerações. A aplicação da gestão de riscos para o patrimônio cultural brasileiro é bastante recente, tendo sido as primeiras experiências realizadas a partir da primeira década de 2000.

Ainda que a gestão do patrimônio cultural tenha uma trajetória consistente no Brasil desde a década de 1930, somente em 2013 a noção de gestão de riscos foi estabelecida como princípio de eficiência, com o lançamento do Programa de Gestão de Riscos para o Patrimônio Cultural - PGRPC pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2013a). O PGRPC foi sintetizado em um documento que apresenta as diretrizes básicas para a implementação nas vinte e nove instituições museais sob responsabilidade do IBRAM à época, os conceitos e as ferramentas a serem utilizadas.

A valoração de acervos consiste no processo de pesquisa e compreensão dos significados e valores atribuídos aos itens e coleções. Seu propósito é, como define Bullock (2014, p.20) “entender como e por que um item [ou coleção] é significativo”. Segundo Coelho (2018, p.?) “quando vinculada ao processo de gestão de riscos deve incluir a definição do valor relativo dos elementos que compõem o bem analisado”. Podemos quantificar o valor dos bens sob nossa guarda realizando uma priorização que nos ajudará na gestão desses bens e numa melhor alocação dos recursos. Esta dissertação concentra-se na aplicação da valoração de acervos museológicos relacionada ao processo de gestão de riscos e busca demonstrar a

viabilidade da implementação da metodologia em instituições de pequeno e médio porte, com vistas a melhoria da gestão de seus bens.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir da experiência pessoal desta autora. Como bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC / Fiocruz, pude participar do projeto de elaboração de um plano de Gestão de Riscos para os acervos custodiados pela Casa de Oswaldo Cruz, unidade responsável pela preservação do patrimônio cultural da saúde e valorização da memória da Fiocruz. Pretende-se contribuir para a valoração da coleção de Febre Amarela situada no Museu da Patologia – IOC, localizado no campus Manguinhos da Fiocruz, e como produto deste processo criar uma Lista de Prioridades de Salvamento em caso de desastre/incidente.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) surgiu em 1900 com a denominação de Instituto Soroterápico Federal, no contexto do combate à peste bubônica que assolava o Rio de Janeiro (capital federal na época). Sua atuação foi ampliada pela ação de Oswaldo Cruz com as campanhas de saneamento público, produção de soros e vacinas, com vistas ao combate à febre amarela, a peste bubônica e varíola. Durante o século XX, temos a consolidação do Instituto como referência em saúde pública, pesquisa e inovação nacional e internacional, estando em constante expansão.

Em 1970 ocorre a integração de outras unidades, como o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), formando a Fundação do Instituto Oswaldo Cruz. Em 1974 passa a denominar-se Fundação Oswaldo Cruz. O IOC possui uma estrutura complexa e diversificada de laboratórios de pesquisa, como o Laboratório de Patologia - responsável pela Coleção de Febre Amarela. Sob o tripé ensino, pesquisa e inovação, oferece serviços de referências, cursos de pós-graduação e eventos de extensão. É responsável ainda pela guarda de coleções biológicas que começaram a ser constituídas no início do século XX a partir da coleta durante expedições científicas e/ou pesquisas em saúde pública.

A Coleção de Febre Amarela (CFA), objeto de estudo desta dissertação, provêm da criação do Laboratório de Histopatologia implantado em 1931 na Fiocruz, ligada à campanha antiamarílica. Faz parte da parceria entre o governo brasileiro e a fundação norte-americana



Rockefeller<sup>1</sup>. Neste serviço, era utilizado o diagnóstico *post mortem* quando era retirado um fragmento do fígado do falecido, logo depois convertido em bloco de parafina e que por fim dava origem a lâminas para realização do diagnóstico da Febre Amarela. A Coleção é formada por 498 mil casos incluindo amostras de fígado coletadas por viscerotomia entre as décadas de 1930 e 1970. Cada caso apresenta-se como uma peça conservada em formol, um bloco parafinado e um ou mais cortes histológicos corados em lâminas além de acompanhar vasto material documental que se encontra atualmente no Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz.

Os objetos científicos, como material de laboratório e de precisão, relacionados à produção de medicamentos e vacinas, equipamentos médicos, entre outros itens sofrem com a constante velocidade da evolução tecnológica, principalmente a partir do século XX. A constituição de coleções museológicas propicia o resgate do potencial desses objetos de serem testemunhos materiais de uma realidade de acontecimentos e progressos da história humana.

Os objetos circulam desde sempre na vida social e privada da humanidade: cerâmicas, adornos e vestuários são exemplos de categorias deste processo e são constantemente reclassificados e valorados por sociedades e grupos. Gonçalves (2007) utiliza-se da reflexão antropológica para delinear o processo de transformação desses objetos em bens culturais, que para o autor, consolida-se na medida que estes objetos sofrem deslocamentos em nossa vida social, são ressignificados e passam a servir de testemunhas dos processos culturais em seus diversos contextos. No âmago da prática antropológica (fins do séc. XIX e início do XX), os objetos eram retirados dos contextos diversos, populações e grupos longínquos e eram reclassificados com a função de servirem de 'espelhos' – “indicadores dos estágios de evolução pelos quais supostamente passaria a humanidade como um todo” (GONÇALVES, 2007, p.16). Essas ações deram origem a muitas das grandes coleções etnográficas existentes na atualidade.

Esses deslocamentos e seus processos em espaços museais fazem parte da própria dinâmica da vida social, cultural e culminam em discursos acerca do que poderia ser considerado ‘digno’ de ser preservado. Isto em espaços museais, corrobora para o entendimento dos objetos como documento para compreender “o processo histórico de incorporação de

---

<sup>1</sup> A criação da Fundação Rockefeller nos Estados Unidos, em 1913 seria o braço principal das ações filantrópicas realizadas pela família Rockefeller. O próximo passo colocaria o Brasil em destaque, com o lançamento em 1916 da Campanha Mundial de Erradicação da Febre Amarela. Essa aliança se concretizou em 1930, com o acordo assinado pelo governo brasileiro e a Fundação para a campanha anti-amarela. (MAGALHÃES, 2016)

objetos e coleções como formas específicas de legitimar determinadas representações e identidades sociais” (JULIÃO, 2006, p.101). Segundo Gonçalves (2007, p. 21)

[...] neste sentido, os objetos não apenas demarcam ou expressam posições, mas organizam ou constituem o modo como os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status. Constituem parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo alcance ultrapassa esses limites empíricos e cuja função, mais do que a de ‘representar’, é a de organizar e constituir a vida social.

A Coleção de Febre Amarela pode ser considerada um exemplo emblemático de ressignificação. Isto deve-se ao seu início na década de 1930 no contexto de combate à febre amarela adquirindo outros significados ao longo das décadas seguintes, como testemunha material dos processos socioculturais ocorridos na sociedade brasileira.

Trabalhos sobre valoração de coleções museológicas considerando exemplos práticos brasileiros ainda são poucos difundidos, o que favorece a dificuldade de incorporação desse tipo de análise aos planos de conservação preventiva e segurança das instituições museais. Entidades internacionais como ICCROM (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais), CCI (Instituto Canadense de Conservação) e ICN (Instituto Holandês do Patrimônio Cultural) realizam há anos estudos nesta área e serão utilizados como referência principal para o desenvolvimento do trabalho.

Por outro lado, identificamos iniciativas recentes em desenvolvimento e algumas já publicadas, como a da Fundação Casa de Rui Barbosa (CARVALHO, 2016), da Casa de Oswaldo Cruz (COELHO; PINHEIRO, 2015), dos Museus Colombianos (IBERMUSEUS, 2016) e do IBRAM (2013), que representam referências importantes quanto à aplicabilidade desse modelo no Brasil e em outros países da América Latina. O interesse pelo tema foi motivado pela escassez de trabalhos relacionados à valoração associada à gestão de riscos para acervos museológicos, especialmente para coleções biológicas, que podem ser entendidas por

[...] material biológico devidamente tratado, conservado e documentado de acordo com normas e padrões que garantam a segurança, acessibilidade, qualidade, longevidade, rastreabilidade, integridade e interoperabilidade dos dados da coleção, pertencente à instituição de ensino e/ou pesquisa com objetivo de subsidiar atividades de ensino, serviço, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação, divulgação científica, além de conservação ex situ. Estas coleções podem ainda apresentar valioso material de importância histórica e cultural. (VPPCB, 2018)

Nesse horizonte de múltiplos acontecimentos relacionados à coleção, algumas questões são levantadas naturalmente em vista às ameaças e à falta de recursos que permeiam o cotidiano de muitas instituições museais. Como afirma Pedersoli (2014), a valoração introduz um critério mais eficaz para subsidiar os processos decisórios relacionados à definição de prioridades para os acervos. A metodologia de gestão de riscos adotada como referência – Método ABC - é composta de cinco etapas sequenciais: 1. Estabelecer o contexto, 2. Identificar os riscos, 3. Analisar os riscos, 4. Avaliar os riscos e 5. Tratar os riscos (PEDERSOLI et al, 2017). O processo de valoração é realizado logo na primeira etapa, e é fundamental para a realização da análise de riscos.

A realização da valoração das coleções dentro da gestão de riscos visa não somente permitir delimitar qual é a importância relativa de cada objeto ou grupo de objetos dentro de uma coleção, mas também contribui para a definição de quais objetos da coleção deveriam ser salvos ou atendidos em caráter prioritário no caso de uma emergência (DAZA, 2014). Entre os conceitos que norteiam esta dissertação, destacam-se valoração, conservação preventiva e gestão de riscos.

Podemos conceituar por valoração o processo de pesquisa, compreensão e reconhecimento dos significados e valores dos bens culturais (BULLOCK, 2011, p.20). Tendo em vista o recorte do tema e o objeto de estudo desta dissertação, utilizamos como base para definição do conceito de conservação preventiva a Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013, p.7) e a Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro do IBRAM (2013b, p.22). Assim, a conservação preventiva será entendida como a realização de medidas e ações com o intuito de evitar e minimizar futuras perdas de valor no bem, implementadas no seu contexto e em sua área envolta não modificando sua aparência. A gestão e planejamento de emergência são algumas das ações que fazem parte dessa abordagem.,

A definição de gestão de riscos abrange tudo o que fazemos para compreender e lidar com possíveis impactos negativos sobre nossos objetivos. Isto inclui, primeiramente, a identificação, análise e priorização (avaliação) de riscos. Em seguida, agimos para “tratar” os riscos, isto é, para evitar, eliminar ou reduzir aqueles riscos que consideramos inaceitáveis. (PEDERSOLI et al, 2017, p.16)

A aplicação desta metodologia está ligada a uma ampliação do conceito de conservação preventiva, para além de atividades técnicas que precedem ou/e seguem ao ato de intervenção material, mas para atividades que levem em conta o contexto sociocultural em que o bem está inserido. Os riscos que ameaçam as coleções museológicas podem ser entendidos como a “possibilidade de perda” do valor do bem cultural através de fenômenos raros e catastróficos como incêndio, roubo, desastres naturais, e também danos graduais e cumulativos causados por agentes de degradação tais como: umidade relativa incorreta, temperatura, pragas, luz e poluição. (MICHALSKI, 2009, p.56)

Essa expansão traz para a tomada de decisões outros dados a serem considerados na salvaguarda dos bens, muitas vezes ignorados ou suprimidos em sua magnitude de ação. Segundo Mason (2002, p.5) “O estudo dos valores é uma maneira útil de entender os contextos e os aspectos socioculturais da preservação do patrimônio”. O autor ainda postula que “os valores patrimoniais são, por natureza, variados, e eles muitas vezes estão em conflito”.

Ao se trabalhar com coleções biológicas, em geral, o principal valor atribuído é o científico considerando seu uso para atividades de pesquisa. Quando passam a fazer parte de um espaço museológico são frequentemente atribuídos outros valores, como o artístico e histórico. Do ponto de vista científico, o valor dessas coleções é derivado de diferentes razões, a maioria das quais gira em torno do conhecimento a ser obtido a partir delas.

Para os autores P. G. Whiting e Associates na economia tradicional o valor é baseado no determinado uso que o objeto deve possuir e na percepção de utilidade que esses bens passam para a sociedade. Na sua publicação “The Social and Economic Value of Scientific Collections” (1995, p.i) estipulam oito tipos de usos possíveis para essas coleções, destaco os quatro primeiros: exposição pública, pesquisa, ensino e identificação/documentação/referência que estão relacionados ao potencial de geração de conhecimento dessas coleções.

Como a pesquisa se concentra em coleções museológicas, em território brasileiro, os critérios a serem adotados foram balizados pelas políticas definidas pelo IBRAM. Segundo o Museólogo Leonardo Neves Batista (2018), servidor na Coordenação de Preservação e Segurança - COPRES “além das publicações em 2013, estamos desenvolvendo um trabalho

piloto para implantação do PGR nas 29 unidades museológicas que estão sob sua gestão. Ademais desenvolve ações de capacitação no campo do PGR”.

Sabemos que no campo da preservação do patrimônio cultural, não trabalhamos com valoração monetária de acervos. Dessa forma, no que diz respeito à valoração no âmbito do Plano de Gestão de Riscos, esta se dá de forma simbólica, [...] ou seja, usamos para valoração de acervos as categorias de cunho simbólico como: histórico, artístico, tesouros, cultural, social, religioso, relevância regional, relevância nacional, valores (excepcional, elevado e mediano), coleções especiais, livros raros, memória intelectual etc.

Tendo em vista o posicionamento do órgão bem como os usos e características da Coleção de Febre Amarela (CFA), não iremos considerar o valor monetário das coleções para o desenvolvimento desta dissertação. O desafio do presente trabalho foi explorar os diferentes potenciais que uma coleção como a da Febre Amarela possui e compreender os múltiplos valores a ela associados. Adotamos como parâmetros as tipologias de valor utilizadas pela Casa de Oswaldo Cruz – COC e consolidadas em sua *Política de preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde* (2013).

Fonseca (1998, p.51) postula sobre a hierarquização de valores que foram atribuídos aos bens culturais no contexto brasileiro, mais especificamente sobre o patrimônio arquitetônico e urbanístico:

Os principais valores culturais atribuídos aos bens patrimoniais são o valor artístico e o valor histórico. Embora a legislação possa se referir a outros – o decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, por exemplo, mencionam também os valores arqueológico, etnográfico, paisagístico, etc. -, esses, na realidade, são tributários das noções de história e de arte.

Essa atribuição revela a polarização nessa noção histórica e artística, até nos próprios cursos universitários que dão maior ênfase nestes aspectos em detrimento de outros campos do saber. O próprio valor científico só foi considerado como parâmetro de inclusão na categoria de patrimônio cultural brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988, no artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
  - II - os modos de criar, fazer e viver;
  - III - as **criações científicas**, artísticas e tecnológicas;
  - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
  - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Apesar desse reconhecimento normativo, o valor científico dos bens ainda é pouco explorado entre os profissionais da área museal. Podemos exemplificar, analisando o fluxograma<sup>2</sup> de disciplinas obrigatórias na graduação do curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) que das 46 disciplinas a serem cursadas, somente três se relacionam com os valores paleontológico, ambiental e científico.

Estes podem ser distribuídos nas disciplinas Fundamentos de Geologia e Paleontologia, Biodiversidade e Meio Ambiente e a Patrimônio Natural. A inclusão dessas disciplinas no currículo contribui para a formação deste profissional multidisciplinar, mas elas ainda representam uma parcela pequena no universo da graduação museológica. Essa situação gera insegurança nos profissionais da Museologia quando se deparam com coleções de cunho científico.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho foi estruturada em duas partes. A primeira etapa consistiu na identificação e análise de referências teóricas e exemplos de aplicação relacionadas aos temas: conservação preventiva, gestão de riscos, valoração e planos de emergência para coleções museológicas. A segunda etapa consistiu na aplicação dos conhecimentos obtidos a partir das reflexões realizadas e análises de referências para realização da valoração da Coleção de Febre Amarela pertencente ao Museu da Patologia – IOC, definida como estudo de caso.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. O Capítulo 1 - Gestão de Riscos e Plano de Emergência apresenta a metodologia de gestão de riscos adotada como referência, histórico de desenvolvimento e exemplos de aplicação em acervos museológicos. Analisa, ainda, os objetivos e vantagens do estabelecimento de Planos de Emergência para instituições de guarda de acervo.

No Capítulo 2 - Valoração de Acervos Museológicos o conceito de valoração e seu papel na metodologia de Gestão de riscos são analisados. São apresentadas experiências práticas de instituições nacionais e internacionais, evidenciando a valoração como atividade essencial no processo de musealização e como ferramenta de gestão e priorização de ações de preservação.

---

<sup>2</sup>Fluxograma da graduação Museologia Integral. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/museologia/graduacao-2/bacharelado-integral-1/fluxograma-de-disciplinas-obrigatorias-integral/view>> Acesso em 20 jun. 2018.

Por fim, o Capítulo 3 - Valoração da Coleção de Febre Amarela do Instituto Oswaldo Cruz apresenta a Coleção selecionada como estudo de caso no ‘tempo ‘e ‘espaço’, analisando seu processo de criação e histórico de eventos que impactaram sua conservação. Descreve a metodologia utilizada na valoração da coleção, principais etapas, atores envolvidos no processo e apresenta o resultado final. Cabe destacar que para o desenvolvimento deste capítulo foi fundamental a interação com a equipe do Museu da Patologia, responsável pela gestão da Coleção.

Nos apêndices são apresentados os dados completos das rodadas de aplicação do formulário de valoração com as pontuações dos diferentes atores que participaram do processo, a decomposição da coleção e outros dados exemplificados durante o processo completo da valoração da Coleção de febre amarela.

## CAPÍTULO 1 - Gestão de Riscos: salvaguarda e emergência

A preservação de acervos envolve importantes atividades a serem realizadas numa instituição museológica. As coleções museológicas sofrem ao mesmo tempo a influência exercida por fatores de degradação extrínsecos e intrínsecos. Tais fatores e a demanda de trabalho acarretam muitas vezes o uso de recursos e capacidades físicas em situações específicas sem se ter uma visão do todo, isto é, de toda extensão das dificuldades que a instituição enfrenta e pode enfrentar no futuro.

Este bem, tomado individualmente ou em conjunto, é removido de seu local e contexto por um processo intencional de seleção podendo vir a integrar uma coleção, no caso de móveis, de bens insubstituíveis e detentor de uma variedade de valores percebidos por certos indivíduos ou grupos. De acordo com o Decreto 8.124 de 2013 que regulamenta o Estatuto de Museus, o museu é definido como:

[...] instituição sem fins lucrativos que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2013, p.1).

As ações descritas nessa definição favorecem o ingresso desses bens em um local gerador de processos que agregam novos valores, papéis e funções voltados ao público e seu desenvolvimento. Os museus configuram-se como as instituições culturais que mais recebem esses bens e neles aplicam procedimentos de preservação que tem como objetivo proteger o bem e resguardá-lo de possíveis malefícios, buscando criar uma mentalidade de proteção.

Segundo Santos e Loureiro (2012, p.60) a musealização pode ser compreendida como “a operação destinada a extrair, física e conceitualmente, uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem e a lhe dar um estatuto museal, transformá-lo em musealium ou museália, [...] fazê-la entrar no campo do museal”.

Santos e Loureiro (2012, p.20), ao analisarem a definição apresentada anteriormente, ressaltam que a musealização não visa somente a transferência do objeto para o museu, mas uma mudança de contexto profunda de estatuto do objeto. “Utilitário ou de encantamento,



animal ou vegetal” torna-se “testemunho material e imaterial do homem e seu ambiente, fonte de estudo e exposição, adquirindo assim uma realidade cultural específica”.

Esse testemunho material pode ficar exposto a riscos relacionados a eventos raros ou catastróficos como incêndios e desastres naturais, ou a processos graduais e acumulativos causados por agentes de degradação como umidade relativa incorreta, pragas e poluição. O impacto desses riscos pode comprometer o valor dos bens culturais como percebido pelos diferentes atores.

Na Convenção de Haia realizada pela UNESCO em 1954 definiu-se o que seria caracterizado como bem cultural e sua proteção em caso de conflito armado, isto visando evitar a destruição ocorrida em eventos anteriores como a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Nota-se que as coleções científicas foram relacionadas neste acordo.

Artigo 1.º Definição de bens culturais. Para fins da presente Convenção são considerados como bens culturais, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário:  
a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, **as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas** e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos [...]. (UNESCO, 1954, grifo nosso).

A metodologia de Gestão de Riscos estabelece uma série de passos que permite analisar e comparar os riscos para os bens culturais e o impacto que os danos acarretariam ao seu valor, permitindo assim, priorizar o tratamento dos riscos que poderiam significar uma maior perda para o bem cultural. Vem trazendo mudanças no campo da conservação de acervos musealizados, entre elas a maneira de se pensar o impacto causado pelos agentes de deterioração e estabelecer qual o impacto dessas inúmeras ameaças frente à vulnerabilidade dos bens culturais e seu entorno.

Considerando que no ambiente museológico lidamos com coleções que possuem centenas, milhares ou milhões de exemplares, que muitas vezes estão abrigados em edifícios também reconhecidos por seu valor cultural – e que, portanto, podem ser entendidos como acervo – as equipes devem efetuar uma gestão ampla que não pode e nem deve estar centralizada em uma única linha de atuação – reservas técnicas e salas expositivas.

A metodologia de gestão de riscos visa minimizar perdas e estabelecer prioridades para as ações preventivas, de maneira clara e embasada, visando a salvaguarda destes bens para futuras gerações. Isso exige uma abordagem proativa pois, como ressalta Guichen (1999, p.1)

[...] os acervos dos museus raramente são transmitidos às gerações futuras por um milagre da natureza. E, se somos capazes de admirá-los e estudá-los hoje [...] é porque, na maioria dos casos, os seus sucessivos donos - estavam convencidos do seu valor.

Essa preocupação é o que mobiliza os esforços em equipe, tendo em mente perpetuar o patrimônio cultural mais intacto possível para futuras gerações. A gestão de riscos corrobora para este objetivo ao promover "estratégias sustentáveis estabelecidas para minimizar impactos negativos" (PEDERSOLI, 2010, p.7).

Seu caráter preventivo e estratégico se alinha à abordagem da própria conservação preventiva, apesar de num primeiro momento parecer distinta, na medida em que obriga os profissionais do campo a ter o futuro como foco – considerando que o trabalho consiste em pensar em situações hipotéticas de eventos ou riscos que podem afetar de forma negativa as coleções, e o que será realizado para evitar ou minimizar (COHEN, 2015).

## 1.1 Metodologia de Gestão de Riscos

A gênese do processo cíclico da gestão de riscos foi a norma australiana AS/NZ 4360:2004 – Risk Management, tendo sido adaptada no início dos anos 2000 para aplicação específica no campo do patrimônio cultural. O método adotado para guiar o desenvolvimento da dissertação foi elaborado por um grupo de instituições que visavam seu desenvolvimento e disseminação: ICCROM (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais) e CCI (Instituto Canadense de Conservação) com a colaboração do ICN (Instituto Holandês do Patrimônio Cultural). Em 2016 foi lançado o manual *The ABC Method: a risk management approach to the preservation of cultural heritage* (ICCROM; CCI, 2016) e uma versão adaptada do manual em português, *o Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico* (PEDERSOLI, et al, 2017).

No Brasil, a gestão de riscos foi sistematizada pela Norma Técnica ABNT ISO 3100:2009 trazendo maior divulgação da metodologia. A partir de 2010 passam a ser realizadas pesquisas, aplicações e manuais publicados por instituições nacionais, tais como: Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, Casa de Oswaldo Cruz – COC/FIOCRUZ, Instituto Brasileiro de Museus –

IBRAM. Na América Latina destaca-se o trabalho do Ministério da Cultural da Colômbia e do IBERMUSEUS. O processo completo da Gestão de Riscos contempla cinco passos sequenciais (os campos horizontais no centro do esquema abaixo) e dois passos contínuos (as colunas de suporte em ambos os lados) conforme representado na figura 1.

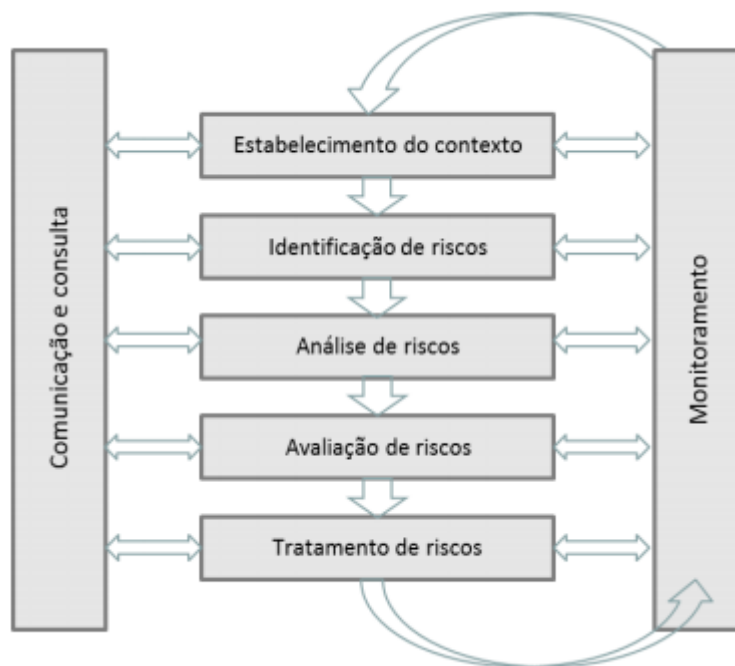


Fig.1 – Processo cíclico da metodologia de gestão de riscos. Fonte: Coelho, 2018, p.181 a partir de ABNT, 2009.

A metodologia da gestão de riscos é um processo cíclico e dinâmico que ao longo de cada novo ciclo de aplicação permite mudanças e atualizações, a equipe envolvida pode ir se moldando e reagindo a essas modificações. Para sua maior eficácia deve seguir os passos sequenciais, pois as informações levantadas fornecem material para o seguinte; é um processo enriquecedor e fonte infinita de aprendizado já que mesmo consultando o trabalho finalizado de outras instituições, como um aporte, cada projeto é único dado a singularidade de cada museu e traz consigo demandas próprias que propicia um vislumbre de algo novo e original.

A valoração ocorre na primeira etapa, estabelecimento de contexto, que também inclui a compreensão interna e externa da instituição, suas características e aspectos socioculturais. Esse processo será descrito com mais detalhes no capítulo dois. As fontes de informação requeridas que darão apoio nessa jornada são documentos históricos, experiências de funcionários, informações de partes interessadas, previsões, relatórios, entre outros que

ajudarão estabelecer o contexto e conhecer mais profundamente a instituição provendo uma metodologia sob medida com as particularidades de cada espaço cultural.

Em muitas instituições museais os riscos são considerados em termos de inundações, terremotos, guerras etc., mas esses problemas fazem parte de um tipo peculiar de risco, relacionado à emergência. Contudo na rotina estamos expostos a riscos mais comuns que podem ser os processos cumulativos provocados pelo efeito da iluminação incorreta e dos poluentes.

O guia ‘Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado’ (2017), destinado a gestores, funcionários, pesquisadores, entre outros interessados no tema ou responsáveis pela gestão do patrimônio cultural, apresenta de maneira sintética o Método ABC. Na fig. 2 podemos visualizar as diferentes etapas deste processo (no círculo principal) e as ferramentas conceituais desenvolvidas para a aplicação no setor cultural (círculos periféricos menores).



Fig.2: Etapas, Conceitos e Ferramentas da Gestão de Riscos. Fonte: PEDERSOLI; ANTONMARCHI; MICHALSKI, 2017, p.17.

Destacam-se os “10 agentes de deterioração”, “camadas de invólucros” e “tipos de riscos”, ferramentas a serem utilizadas na fase de identificação dos riscos para definição de um panorama abrangente dos riscos que podem afetar o acervo da instituição. Vale destacar que em se tratando de acervos museológicos, frequentemente pensamos nos riscos em uma escala pequena (do objeto a área da Reserva Técnica/Exposição), mas quando começamos a pôr em prática este método percebemos a ampliação da área de atuação e impacto.

Agente de deterioração: PRAGAS	
<b>Fontes comuns</b>	<b>Efeitos típicos em objetos museológicos</b>
Fauna local (insetos, roedores, aves, morcegos, etc.). Fontes de nutrientes e materiais adequados à nidificação ou postura de ovos de pragas nocivas funcionam como atratores.	Manchas, perfurações, fragilização, perda de partes, etc.
<b>Exemplos</b>	



Perda de partes em um livro roído por ratos (Foto: José Luiz Pedersoli Jr.).

Fig. 3: Risco causado por ‘pragas’. Fonte: PEDERSOLI; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 29 – 37



Fig. 4: 10 agentes de deterioração. Fonte: PEDERSOLI; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p. 29 – 37.

As ferramentas vão avançando a cada fase da metodologia e agem quase que didaticamente guiando na aplicação do método. É em si, uma atividade trabalhosa que não pode ser destinada a 'um homem só' pois requer uma equipe interna focada e disposta a levar em consideração atores externos que tenham alguma influência na gestão e preservação dos bens.

Uma das ferramentas da gestão de riscos para conseguir identificar possíveis riscos que podem ocasionar perda de valor ao bem é conhecida como Camadas de Invólucro (objeto, embalagem/suporte, unidade de armazenagem/exposição, sala, edifício, sítio e região) que segundo Cohen (2015, p.103) contribui para uma "perspectiva inovadora", pois direciona os profissionais a buscarem uma visão mais abrangente das ameaças, além do laboratório e das reservas técnicas.

Um exemplo de junção de conhecimentos em prol da salvaguarda dos bens culturais é a publicação “Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência” da Biblioteca Nacional – BN (SPINELLI; PEDERSOLI, 2010). O guia apresenta os riscos genéricos para o acervo da BN e principais impactos resultantes dos agentes de deterioração para acervos bibliográficos. Apresenta ao público e servidores da instituição possibilidade de ações preventivas a serem implementadas, a fim de se preparem anteriormente a um acontecimento ou funcionar como uma resposta estruturada à emergência.

A aplicação da metodologia numa instituição pressupõe a implantação de um processo cíclico e contínuo de grande complexidade iniciando por um levantamento geral do contexto, passando pelas etapas identificação, análise, avaliação dos riscos e culminando com a fase de tratamento, ou seja, com a proposição de soluções para a eliminação ou diminuição dos riscos diagnosticados. As etapas de análise e avaliação de riscos corroboram para esta complexidade e seu entendimento pode auxiliar para a diminuição da resistência de profissionais a sua adoção.

A análise de riscos (terceira etapa) envolve a busca por compreensão completa e detalhada de cada risco identificado, estimando sua chance de ocorrência e o impacto esperado – analisado em relação à perda de valor para o acervo. Este processo tem uma relação vital com as etapas seguintes, especificamente na avaliação de riscos e engloba as decisões sobre a necessidade de tratamento visando estratégias e métodos mais adequados. Procura-se analisar todo o cenário em que o risco está inserido, para que ao final possamos determinar seu nível de magnitude, levando em consideração informações disponíveis, acontecimentos anteriores e apreciação das causas.

Nesta fase, temos como ferramenta as 'escalas ABC' (MICHASKI, 2009) desenvolvidas com a finalidade de calcular, comparar e comunicar a magnitude dos riscos que afetam os bens culturais. São escalas numéricas utilizadas para mensurar a frequência ou rapidez de ocorrência de um evento e a perda de valor esperada de valor no acervo. Importante esclarecer que esta ferramenta admite um certo grau de imprecisão no resultado final. Carvalho aponta que “na maioria das vezes, não será possível garantir a precisão das respostas, uma vez que há sempre uma incerteza em relação a previsão de eventos futuros” (CARVALHO, S\data). Isso está relacionado à dificuldade, em muitos casos, de se encontrar dados e informações necessários para a compreensão do risco como um todo.

Essa análise pode ser realizada com diversos graus de detalhe sendo compatível com os critérios de riscos levantados nas etapas anteriores, considerando as visões de todos os atores por trás do processo, tais como especialistas, funcionários da instituição, comunidade e outras partes interessadas que podem contribuir de maneira significativa para a compreensão da magnitude dos riscos.

As 'escalas ABC' possuem três componentes: o A quantifica a probabilidade/frequência de ocorrência do evento adverso e estimar o tempo em que determinado dano poderá ser acumulado. Os componentes B e C, em conjunto quantificam a perda de valor esperada no acervo. As pontuações combinadas de A, B e C nos dão o valor da magnitude de risco. (Fig.5)

## A

Para os riscos de "eventos", este componente indica sua frequência de ocorrência, ou seja, o intervalo de tempo médio (em anos) entre 2 eventos consecutivos. Para os riscos de "processos cumulativos", ele indica o tempo (em anos) para que determinado grau de dano se acumule.

Pontuação do componente A	Com que frequência ou a cada quantos anos ocorre o evento? Quantos anos para que determinado grau de dano se acumule?
5	~ 1 ano
4 1/2	~ 3 anos
4	~ 10 anos
3 1/2	~ 30 anos
3	~ 100 anos
2 1/2	~ 300 anos
2	~ 1.000 anos
1 1/2	~ 3.000 anos
1	~ 10.000 anos
1/2	~ 30.000 anos

**C**

Este componente indica quanto do valor do acervo é afetado pelo risco. O risco afeta todo o acervo ou apenas uma parte do mesmo? A parte afetada é grande, pequena, ou mínima? Qual é a importância ou valor relativo da parte afetada em relação à totalidade do acervo?

Para pontuar o componente C estimamos o percentual ou a fração do valor do acervo que será afetada pelo risco.

Pontuação do componente C	Porcentagem ou fração do valor do acervo afetada	Escala verbal
5	100 %	<b>Todo ou quase todo</b> o valor do acervo afetado
4 1/2	30 %	
4	10 %	Uma fração <b>grande</b> do valor do acervo afetada
3 1/2	3 %	
3	1 %	Uma fração <b>pequena</b> do valor do acervo afetada
2 1/2	0,3 %	
2	0,1 %	Uma fração <b>muito pequena</b> do valor do acervo afetada
1 1/2	0,03 %	
1	0,01 %	Uma fração <b>mínima</b> do valor do acervo afetada
1/2	0,003 %	

**B**

Este componente indica o tamanho da perda de valor esperada em cada item do acervo afetado pelo risco. Para podermos quantificar esta perda de valor, primeiramente temos que visualizar o tipo e a extensão do dano esperado nos itens afetados. Em seguida, julgamos quanto este dano representa em termos de perda de valor em cada item. Quando o risco afeta mais de um item do acervo, a pontuação do componente B corresponde à perda de valor média esperada nos itens afetados (visto que, nesses casos, alguns itens podem ser mais severamente afetados que outros). A perda de valor pode variar entre total e minúscula ou ínfima.



Pontuação do componente B	Perda de valor esperada em cada item afetado	Escala verbal
5	100 %	Perda de valor <b>total ou quase total</b> em cada item afetado
4 1/2	30 %	
4	10 %	Perda de valor <b>grande</b> em cada item afetado
3 1/2	3 %	
3	1 %	Perda de valor <b>pequena</b> em cada item afetado
2 1/2	0,3 %	
2	0,1 %	Perda de valor <b>muito pequena</b> em cada item afetado
1 1/2	0,03 %	
1	0,01 %	Perda de valor <b>minúscula</b> em cada item afetado
1/2	0,003 %	

Fig.5: Método da Escala ABC. Fonte: PEDERSOLI; AN TOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p.67-71



Um exemplo prático deste processo é a análise de riscos realizada pela Fiocruz para alguns acervos da instituição, conforme pode ser visto no Quadro 1. O cenário elaborado para cada risco analisado " descreve o que se espera que aconteça em um determinado contexto, localização ou situação, do início (o perigo ou fonte) ao fim (a perda de valor)" (BROKERHOF, MEUL, *et al.*, 2007).

A avaliação dos riscos (quarta etapa) se utiliza dos resultados levantados anteriormente, aplica a escala para o risco identificado e seu resultado proporciona material para a discussão sobre a necessidade ou não de tratamento considerando sua prioridade. Leva em consideração o contexto anteriormente levantado tendo como eixo norteador os documentos reguladores da instituição.

Risco: Colisão de veículos	Agente: Forças físicas		
 <p>Vista aérea do Pavilhão Mourisco e elementos externos – jardins e balastrada. Fonte: Google Earth, 2016.</p>			
 <p>Elementos da balastrada danificados por impacto de veículo. Fonte: Acervo DPH, 1994.</p>		 <p>Elementos da balastrada danificados por impacto de veículo (caminhão). Fonte: Acervo DPH, 2010</p>	
	Limite inferior (incerteza)	Valor mais provável	Limite superior (incerteza)
<b>A = Frequência</b>	4	4	4,5
Elementos externos do Pavilhão Mourisco (balastradas, escadas, calçadas, rampas, etc.) são vulneráveis a danos causados por colisão de veículos de médio e grande porte. Foram identificados três eventos no período analisado de 22 anos (1994 - 2016), o que corresponde a uma frequência média de 1 evento de colisão a cada 7,3 anos (A = 4).			
<b>B = Perda de valor em cada elemento impactado</b>	2,5	3,5	3,5
Para modelagem do risco, consideramos como "itens" que podem ser afetados os elementos originais externos mais expostos ao risco: balastradas e elementos em argamassa armada em avançado estado de deterioração, escadas, calçadas e rampas. Levando em consideração as evidências disponíveis de colisões passadas, o grau de resistência ou fragilidade dos diferentes "itens" expostos ao risco e o impacto que pode ser causado caso um veículo os atinja (em particular os de grande porte), estimamos que a perda de valor esperada em cada item afetado em colisões futuras será, em média, entre pequena e significativa, da ordem de 3-5% (B=3,5).			
<b>C = Perda de valor para o conjunto</b>	2,5	3,5	3,5
Considerando como "total do acervo" o edifício inteiro (Pavilhão Mourisco e jardins), a "fração do valor total do acervo" afetada por evento de colisão, correspondente a 1 balastrada, 1 escada, 1 calçada ou 1 rampa, será, em média, da ordem de 0,3-0,5% (C=2,5).			
<b>Magnitude do risco = A + B + C</b>	9	<b>10</b>	10,5

Quadro 1: Ficha de Análise de risco de colisão de veículos nos elementos externos do Pavilhão Mourisco da Fiocruz (versão simplificada). Fonte: Coelho, 2018, p.188

A avaliação visa ainda otimizar as informações anteriormente coletadas para a tomada de decisões. Comparados entre si, são avaliados os respectivos níveis de prioridade e é em âmbito institucional, decidido quais riscos serão considerados aceitáveis e quais requerem tratamento.

A escala Magnitude de Risco (MR) classifica os valores obtidos através da aplicação da escala ABC em níveis de prioridade, seguindo por: catastrófica (vermelho); extrema (laranja); alta (amarelo); média (verde) e baixa prioridade (azul).

A maior pontuação obtida (MR=15) significa que se espera uma perda total do acervo em 1 ano. Aplica-se em geral, a uma coleção localizada em uma área de alto risco, um espaço mal projetado ou exposta a desastres iminentes, tais como choque ativos, furacões ou zonas de guerra. Em contraponto, o nível mais baixo (azul) refere-se a danos que ocorrem em pequena proporção ao longo de séculos.

Grau de prioridade do risco	MR	Perda de valor esperada no acervo
<b>13½ - 15 Prioridade catastrófica</b> Todo ou quase todo o acervo sofrerá perda total em alguns poucos anos.	15	100% em 1 ano
	14½	30% ao ano
	14	10% ao ano = 100% em 10 anos
	13½	3% ao ano = 30% a cada 10 anos
<b>11½ - 13 Prioridade extrema</b> Danos significativos em todo o acervo ou perda total de uma fração significativa de seu valor em aproximadamente uma década. Perda total do acervo ou de uma grande parte de seu valor em aproximadamente um século.	13	10% a cada 10 anos = 100% em 100 anos
	12½	3% a cada 10 anos = 30% a cada 100 anos
	12	1% a cada 10 anos = 10% a cada 100 anos
	11½	0,3% a cada 10 anos = 3% a cada 100 anos
<b>9½ - 11 Prioridade alta</b> Perda de valor significativa numa pequena fração do acervo ou uma pequena perda de valor em parte significativa do acervo em aproximadamente um século.	11	1% a cada 100 anos
	10½	0,3% a cada 100 anos
	10	0,1% a cada 100 anos
	9½	0,03% a cada 100 anos
<b>7½ - 9 Prioridade média</b> Danos pequenos e similar perda de valor no acervo em muitos séculos. Perda significativa na maior parte do acervo no transcurso de vários milênios.	9	0,1% a cada 1.000 anos = 1% a cada 10.000 anos
	8½	
	8	0,01% a cada 1.000 anos = 0,1% a cada 10.000 anos
	7½	
<b>7 e inferior Prioridade baixa</b> Danos e perda de valor mínimos ou insignificantes para o acervo no transcurso de vários milênios.	7	0,001% a cada 1.000 anos = 0,01% a cada 10.000 anos
	6½	
	6	0,0001% a cada 1.000 anos = 0,001% a cada 10.000 anos
	5	0,00001% a cada 1.000 anos = 0,0001% a cada 10.000 anos

Fig.6: Escala de graus de prioridade dos riscos considerando sua magnitude (MR). Fonte: PEDERSOLI; ANTOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p.97

Por exemplo, alguns museus podem considerar aceitável uma perda de valor no acervo da ordem de até 1% a cada 1.000 anos (o que equivale a 0,1% a cada 100 anos). Isto significa que os riscos com  $MR \leq 10$  são aceitáveis, enquanto aqueles com  $MR > 10$  são inaceitáveis. Outros museus podem pensar de forma diferente quanto aos níveis de risco aceitáveis para seus acervos. (PEDERSOLI et al, 2017, p.96)

Na última etapa – tratamento dos riscos – são realizadas discussões sobre as ações para a mitigação dos mesmos. Segundo Michalski e Pedersoli (2009, p.54), essa etapa inclui:

- A. Desenvolver opções de tratamento de riscos.
- B. Usar as ferramentas fornecidas para ajudar na sua imaginação.
- C. Encontrar sinergias e opções dirigidas a riscos múltiplos.
- D. Recordar a meta: minimizar a perda de valor das coleções no futuro.
- E. Escolher um conjunto de opções.
- F. Estabelecer os custos e viabilidades.

Nesta etapa, os gestores devem elaborar um plano de implementação de ações para mitigação dos riscos selecionados como prioritários, incluindo um cronograma realista, a identificação de resultados mensuráveis, a definição clara de papéis e responsabilidades para cada um dos setores/profissionais da instituição que estarão envolvidos com o tratamento dos riscos e todos os recursos necessários à implementação das medidas selecionadas.

Uma ferramenta bastante utilizada são os “5 estágios de controle” descritos na sequência abaixo:

1. Identificar: conhecer os agentes de risco e o grau de vulnerabilidade do museu a cada agente.
2. Detectar e reconhecer a presença dos agentes de risco, além de sua ação sobre o acervo.
3. Bloquear: impedir o surgimento e a propagação dos agentes de risco, criando barreiras físicas ou mecânicas.
4. Responder: atuar imediatamente sobre os agentes de risco já detectados no entorno e no interior do edifício.
5. Recuperar: conter ou eliminar os danos sofridos pelo edifício e/ou acervo após a ação de um ou mais agentes de risco. (IBRAM, 2013)

Um dos desdobramentos naturais do processo de gestão de riscos e que pode ser realizado é o plano de emergência, visando orientar e “estar preparado e capacitado para decidir sobre a melhor forma de agir, para interagir corretamente, respeitando competências e lideranças predeterminadas, a fim de minimizar os danos possíveis às pessoas ao acervo e à edificação” (IBRAM, 2013, p.17).

Ao identificar, analisar e priorizar os riscos que ameaçam nossos acervos museológicos estaremos mais bem preparados e instruídos para tomar decisões eficazes voltadas à salvaguarda e uso sustentável. Isto se torna particularmente relevante naquelas situações em que os recursos disponíveis são limitados e temos que fazer escolha e estabelecer prioridades para sua utilização (PEDERSOLI; ANATOMARCHI; MICHALSKI, 2017, p.121).

## 1.2 Salvaguarda e Emergência

Um Plano de Emergência (PE) para acervos culturais, segundo Machado (2014, p.49) tem como principal objetivo minimizar riscos e perdas quando um sinistro acontecer. Essa relação com os riscos e sua mitigação tem uma relação profunda com a metodologia de gestão de riscos e sua abrangência na preservação do patrimônio cultural. Podemos entender por plano de emergência como:

[...] uma sistematização de conjuntos e regras de procedimentos, com o intuito de evitar ou minimizar os efeitos das catástrofes que possam vir a ocorrer em diversas áreas, organizando de forma otimizada os recursos disponíveis, tanto na prevenção quanto nas respostas para emergência. É uma ferramenta de gestão que, se bem desenvolvida atuará simultaneamente na área de prevenção e de gestão operacional. Após se identificar os riscos, são estabelecidos os meios para a vigilância em relação aos possíveis acidentes, as respostas em caso de sinistros e as rotinas para as equipes de conservação intervir, na busca de minimizar os danos sofridos. (MACHADO, 2014, p.50)

Dorge e Jones (1999, p.15) propõem uma estrutura geral para Planos de emergência que deverá contemplar as seguintes partes:

1. Prevenção: eliminar os riscos e reduzir os seus efeitos potenciais às pessoas (funcionários e visitantes), à coleção e a outros bens;
2. prontidão: preparar o pessoal e fornecer infraestrutura para lidar com a emergência;
3. resposta: prevenir a ocorrência de danos e limitar as perdas após uma emergência;
4. recuperação: preparar e treinar pessoal para desempenhar funções no processo de recuperação para que a instituição volte o quanto antes ao seu funcionamento normal.

Na maioria das situações de sinistros, temos uma sucessão de inter-relações entre as ameaças. Por exemplo, no caso de um incêndio, logo após o combate podemos ter inundações causadas pela água utilizada pelos bombeiros, proliferação de pragas e mofo devido ao ambiente extremamente úmido (em até um dia depois do sinistro) e a dissociação do acervo, causando a perda de informações relacionadas aos objetos.

Além disso, obras de arte podem ser saqueadas se os prédios destruídos não estiverem protegidos a fim de evitar invasões ilícitas e, em consequência, serem encontrados no mercado ilegal, frequentemente bem longe do país onde estavam conservadas e exibidas. O terremoto de 2011 em Fukushima, no Japão, mostrou-nos as tristes consequências causadas pelo tsunami, inundação e radiação nuclear correlacionados. A este tipo de processo de inter-relação denomina-se “fenômeno de riscos em cascata” ou “arborescência de riscos”. (MENEGAZZI, 2013, p.10)

A instituição científica e museal mais antiga do país, Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, que completou 200 anos em 2018 anos foi palco de um dos maiores e mais emblemáticos desastres culturais ocorridos no Brasil. Segundo reportagem (G1, 2018) as chamas começaram às 19h30 do dia 02 de setembro de 2018, depois de encerrado o horário de visitação e os bombeiros chegaram ao local logo depois de iniciado o incêndio, mas, segundo eles, os dois hidrantes próximos ao Museu Nacional não tinham pressão suficiente.

O comandante-geral, coronel Roberto Robadey Costa Junior, afirma ainda na reportagem, que a falta de água atrasou os trabalhos em meia hora e tendo sido necessário pedir caminhões-pipa. Tendo o diretor do museu, Alexander Kellner, afirmado que o uso de água para apagar as chamas poderia ter prejudicado o acervo (G1,2018). Como a instituição não possuía um plano de emergência, algumas peças foram salvas durante o incêndio graças à iniciativa de funcionários que tinham conhecimento sobre os itens de maior valor e sua localização.

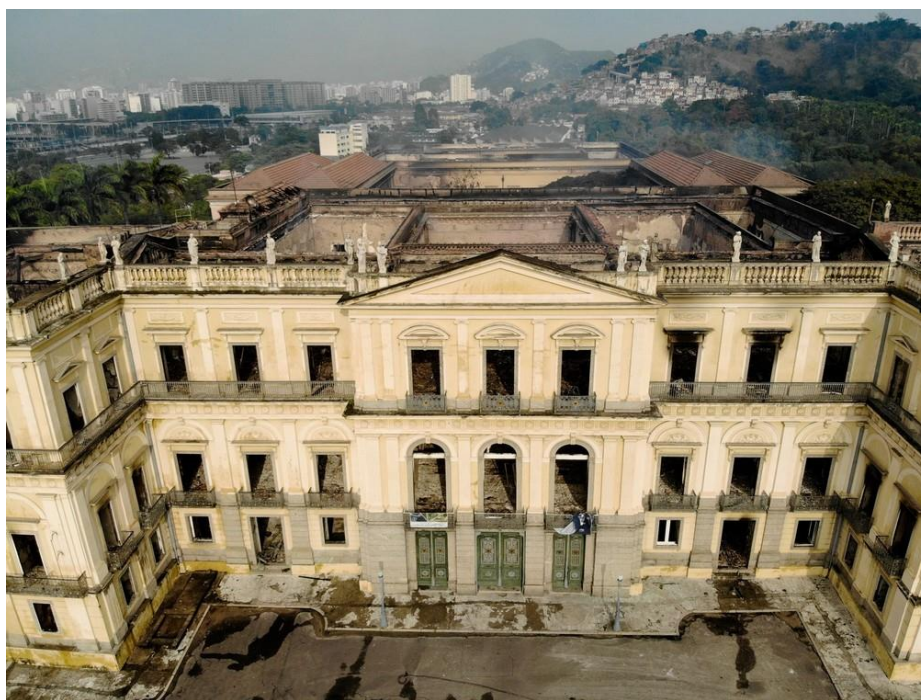


Fig. 7: Vista aérea do Museu Nacional, após incêndio. Foto: Thiago Ribeiro/AGIF/Estadão.

Dorge e Jones (1999) organizaram casos de instituições que sofreram incêndios em edifício histórico ou que abrigam acervos culturais nos EUA. Nele podemos ter um panorama das principais causas e perdas resultantes (patrimonial e financeira).

<b>Nome do Edifício</b>	<b>Data do incêndio</b>	<b>Causa</b>	<b>Perdas</b>
Museu Aeroespacial de San Diego (EUA)	22/02/1978	Criminosa	US\$ 15 milhões (edifício); US\$ 1 milhão (biblioteca); 40 aeronaves, muitas raridades e documentos insubstituíveis, memórias e retratos do “Hall da Fama”
Museu Estadual de Louisiana (EUA)	11/05/1988	Trabalhos de solda durante restauração do edifício histórico	US\$ 5 milhões
Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (Brasil)	08/07/1978	Falha elétrica ou cigarro	US\$ 5 milhões (cerca de 1000 obras de arte)
Biblioteca Central de Norwich (Inglaterra)	01/08/1994	Falha elétrica	350.000 livros, incluindo manuscritos do Século XI foram perdidos.
Biblioteca da Academia de Ciências da União Soviética	14/02/1988	Falha elétrica	400.000 volumes raros foram destruídos pelo fogo e mais 3,6 milhões ficaram ensopados pela água do combate.
Biblioteca Central de Los Angeles (EUA)	11/10/1988	Trabalho de solda	US\$1.000
	03/09/1986	Criminosa	US\$ 2 milhões em coleções musicais
	29/04/1986	Criminosa	400.000 volumes foram destruídos pelo fogo e 700.000 ficaram ensopados pela água do combate.

Quadro 2: Incêndio instituições culturais nos EUA. Fonte: Dorge e Jones, 1999, p. 10-11.

Nos últimos dez anos temos presenciado muitos casos de desastres em instituições culturais. No Brasil tivemos recentemente três museus atingidos por incêndios de grandes proporções: Instituto Butantan 2010, Museu da Língua Portuguesa 2012, e Museu Nacional 2018. O que podemos repensar e fazer a luz desses exemplos? Como medir a significância da perda de bens irremediáveis?

Para Dorge e Jones (1999, p.11) alguns desastres não podemos prevenir, mas podemos “reduzir drasticamente seus efeitos sobre as pessoas e os bens culturais”. Devemos, no que tange a área de atuação, assumir uma postura preventiva frente as ameaças: estudo, preparação e atuação. As autoras alertam aos gestores e curadores de coleções sobre a importância da prevenção e do plano de emergência em instituições de pequeno e grande porte:

[...] poderia argumentar que você não tem tempo para priorizar a preparação e resposta para emergências. Pense nas implicações dessa atitude. O que você vai dizer para a comunidade se um incêndio destrísse a coleção? Você mencionaria os cabos? Deveriam ter mudado o telhado ou que não sabiam se era resistente ao fogo? Você provavelmente acha que não pode se dar ao luxo de pensar sobre a preparação para emergências, já que o museu é pequeno e está sendo exigido pessoal e esticar o orçamento ao máximo. Na verdade, **se você levar em conta o valor da coleção e do edifício, o que não pode ser feito é não prestar atenção à necessidade de um programa de preparação e resposta para emergências.** O pessoal vai entender o que está em jogo e vai apreciar o seu interesse neste esforço e vai apreciar sua preocupação com sua segurança pessoal e com a dos visitantes e da coleção. (DORGE; JONES, 1999, p. 13. Tradução nossa, grifo nosso).

Nestes exemplos podemos perceber a dimensão de perda causada pelo agente de deterioração Fogo, que por sua natureza tem potencial para causar grandes perdas em uma instituição cultural. Mesmo em museus considerados de 'primeiro mundo' observamos a ocorrência de incêndios devido às causas parecidas, demonstrando que todos estão a mercê desses efeitos devastadores - independente das condições econômicas, políticas e geográficas. (ONO, 2004, p.1)

A integração entre essas duas ferramentas, Gestão de Riscos e Planos de Emergência, considera desde o cenário e o meio ambiente local aos responsáveis pelas coleções, lidando com os riscos resultantes de emergências que afetam os valores dos bens culturais. Cristina Menegazzi, especialista em Programas da Unidade de Projetos Especiais UNESCO, faz uma reflexão sobre como instituições museais devem lidar em uma situação de emergência:

Em primeiro lugar, deve ser definida a identificação das potenciais ameaças maiores ou prioritárias. É preciso fazer uma averiguação dos riscos e desastres no museu. É necessário descrever um possível cenário daquilo que poderia acontecer no museu (em cada andar, em cada recinto, etc.) em caso de ocorrência de um incêndio, inundação. Isto permite antecipar e identificar as vulnerabilidades da coleção e os consequentes danos em caso de um desastre. (MENEGAZZI, 2013, p. 7)

Bullock (2014) nos direciona para a criação de uma lista de prioridade de salvamento onde são identificados os itens mais importantes da coleção cujo objetivo é a prioridade de proteção em caso de desastres ou uma ameaça em potencial aos objetos e que pode ser integrada a etapa de tratamento de riscos.

Em grandes organizações, existe um argumento para a criação de mais de uma dessas listas, pois profissionais experientes em prevenção emergencial, preparação, resposta e recuperação relatam que não é incomum, em emergências reais, descobrir que os detalhes de contato de pessoas nos planos não foram atualizados, pois mudaram de telefone ou emprego. Essa realidade pode prejudicar a utilidade de um plano. Os especialistas também relatam que, embora seja confortante pensar que os objetos podem ser removidos de uma área afetada, essa estratégia pode, na verdade, ser duplamente insensata em uma situação emergencial, considerando que movimento e manipulação representam normalmente a maior ameaça à segurança dos objetos. Acima de tudo, é importante que a equipe seja bem treinada em tomadas de decisão adequadas estando

sob pressão, considerando as características particulares do desastre, sua localização, fração afetada da coleção e recursos disponíveis. (BULLOCK, 2014, p.22-23)

Grande parte dessas tarefas são executadas durante o processo de gestão de riscos, o que reforça a ideia de integração entre as duas ferramentas. A elaboração de um plano de emergência inclui a definição e preparação de equipes de evacuação e resgate com funcionários, voluntários e órgãos externos - corpo de bombeiros- com funções específicas que vão desde responsável pela triagem de bens às relações públicas. Orienta, igualmente, a realização de treinamentos periódicos, e demanda atualização constante através da realização de simulações, considerando o caráter inesperado dessas situações e a necessidade de respondê-las.

Em uma evacuação, a identificação de quais objetos ou coleções devem ser removidos primeiro é um fator decisivo no êxito desta ação, por exemplo, em um sinistro causado pelo agente de degradação água. Ocorrendo uma inundação, o tempo para selecionar quais itens devem ser retirados de uma sala de exposição é curto e a ação pode ser ineficiente, pois no impulso tentaremos salvar todos os objetos ou perderemos todos tentando.

O acervo deve estar documentado e inventariado, o uso de tabelas com cores que correspondem à priorização é uma opção a ser usada por ser de fácil dedução para as equipes externas em caso de resgate.

Em 2016, devido ao aumento do Rio Sena (AFP, 2016) em Paris, de forma preventiva o Museu do Louvre e o Museu d'Orsay cancelaram sua programação para colocar em prática o plano de proteção e deslocarem parte do acervo localizada em zonas inundáveis para andares superiores. Toda a operação foi acompanhada de perto por canais de comunicação nacionais e internacionais que ficaram impressionados com o nível de preparação e resposta para um evento que poderia danificar os acervos.

O programa de 'Prevenção contra Inundações' do Louvre (2002) inclui a observação diária do nível do rio Sena, a criação de um registro sobre as obras que devem ser transferidas para pisos superiores, a instalação de dispositivos de escape de água e transferência de peças da reserva para a cidade de Liévin, no norte do País (DEUSTSCHE WELLE, 2016). Essa cultura de prevenção é algo bem característico em muitas instituições internacionais, mas ainda pouco disseminada no contexto brasileiro. O exemplo do Louvre demonstra ser vital para nós (gestores, servidores e instituições museais) diante do sucateamento da área cultural, do cenário político de grande incerteza e da constante falta de recursos.



A valoração é o instrumento para realizar a priorização e perceber a significância dos bens culturais ante uma situação/desastre. Daza e Reguera enfatizam que no “caso dos museus e sob a perspectiva do gerenciamento de riscos, os planos de emergência se fundamentam necessariamente no conhecimento que se tem tanto da coleção e seus valores, como dos riscos a que está exposta” (2012, p, 245).

O guia 'Endangered Heritage: Emergency Evacuation of Heritage Collections'<sup>3</sup> do ICCROM (2018) apresenta uma síntese (figura 8) dos primeiros passos a serem executados em uma situação de emergência. Instituída a lista de prioridade o próximo passo é determinar a rota segura, a permissão oficial, a equipe de operação, a atribuição de um código para cada item removido e a numeração única. Realizar ainda um inventário para fins de evacuação, reunir suprimentos, identificar uma área ou uma sala vazia no local da evacuação que pode ser usada como espaço de trabalho para documentar objetos e embalar e identificar a maneira mais segura de transportar objetos ameaçados para o novo local.

Com a lista em mãos, deve-se consultar o oficial encarregado e verificar a documentação anterior para a identificação dos objetos mais valiosos que devem ser evacuados em ordem de prioridade. Para rápida detecção, é recomendável sinalizar esses objetos com pequenos pedaços de papel. Caso as informações sobre o significado individual dos objetos não estejam disponíveis, vale ordenar a lista de itens prioritários identificando objetos que estão mais expostos a uma ameaça específica.

---

<sup>3</sup> O guia 'Endangered Heritage: Emergency Evacuation of Heritage Collections' oferece uma leitura rápida e fácil que a documentação de emergência de coleções, transporte seguro e armazenamento temporário. Para instituições que estão em áreas vulneráveis ou geralmente procuram criar um plano de emergência, é uma ajuda valiosa na preparação para desastres e ajudará a priorizar necessidades e a planejar ações realistas dentro de circunstâncias específicas, usando recursos limitados. (ICRROM, 2018)

De acordo com o Guia o modo mais prático é rastrear as rotas prováveis que uma ameaça ou um sinistro poderiam afetar a instituição, listando os objetos que estejam no raio de alcance de cada rota.

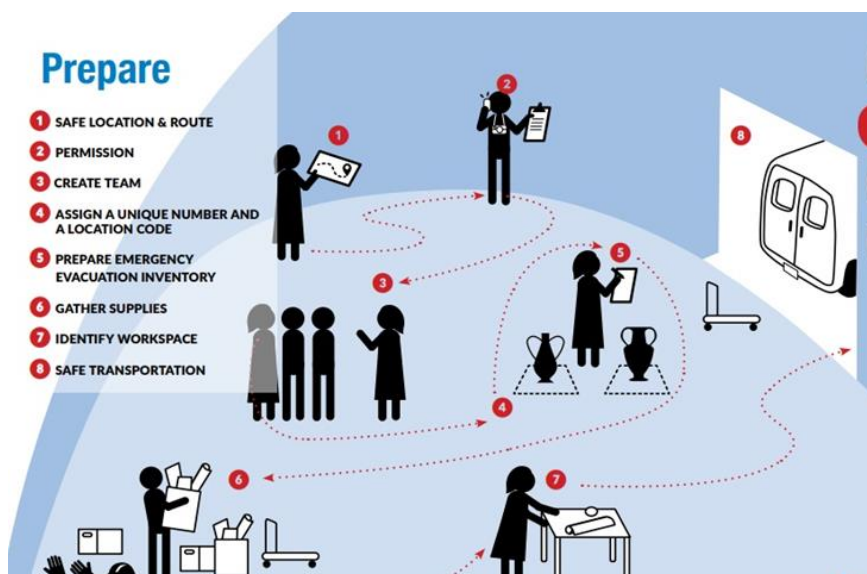


Fig. 8: Preparação para antes da evacuação de emergência. Fonte: ICCROM, 2018, p. 17

A seguir apresentamos os exemplos de duas metodologias utilizadas para definição de lista de prioridade em situação de desastre.

#### a. UNESCO

Cristina Menegazzi é assessora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e especialista internacional em gestão de riscos para o patrimônio cultural. Sua metodologia exemplificada a seguir está sendo adotada pela Unesco em situações de emergência e desastres em cooperação com as instituições e governos afetados. Participa de missões<sup>4</sup>, como após o incêndio do Museu Nacional que liderou a equipe responsável por avaliar as ações emergenciais necessárias para resgatar peças que estão nos escombros e para resguardar o acervo que tenha sobrevivido.

Menegazzi (2013, p.9) nos alerta que este processo deve levar em conta certos pressupostos e exemplifica como utilizaríamos essa ferramenta, a fim de decidir qual objeto deve ser evacuado prioritariamente. Em linhas gerais, na tabela 1 são identificadas as tipologias de valor que são relevantes para o ‘museu x’, tais como simbólico, econômico e histórico. É válido considerar para a definição dessas tipologias de valor a missão institucional do museu –

<sup>4</sup> <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2018-09/missao-da-unesco-faz-primeira-visita-ao-museu-nacional>  
Acesso em 09 out 2019

responsável por delimitar as características essenciais, compromisso social, campo de atuação e visão de futuro.

Tabla 1 Valores para singularizar la lista de objetos prioritarios para evacuación						
Tipo de objeto	Valor económico (seguro)	Valor simbólico	Valor histórico	Valor dentro de la colección	Valores inmateriales	TOTAL
<b>Objeto 1</b> Fragmento de una corona de oro	4	2	4	3	1	14
<b>Objeto 2</b> Objeto de arte contemporáneo: móvil (ej: Calder)	3	2	3	3	1	12
<b>Objeto 3</b> Tocado de plumas	3	4	2	5	5	19

Escala: de 1 a 5, siendo 5 el valor más alto

Tab. 1: Valores para singularizar os objetos. Fonte: Menegazzi,2013, p.8-9.

Na tab. 2 são selecionados os critérios físicos e logísticos para uma evacuação, que servem como referência para individualizar os bens e chegar numa lista de prioridades definidas. Podem-se acrescentar mais critérios que a equipe julgue necessário, de acordo com o espaço de guarda / exposição e as peculiaridades de cada museu.

Tabla 2 Criterios para singularizar la lista de objetos prioritarios para evacuación						
Tipo de objeto	Accesibilidad / desmontaje	Peso	Volumen / obstáculos	Fragilidad	Movimientos internos y transporte	TOTAL
<b>Objeto 1</b> Fragmento de una corona de oro	1 (Expuesto en una vitrina cerrada)	5	5	3	5	19
<b>Objeto 2</b> Objeto de arte contemporáneo: móvil (ej: Calder)	2	4	1	1	1	9
<b>Objeto 3</b> Tocado de plumas	2 (expuesto en una vitrina)	5	2	1	3	13

Escala: de 1 a 5, siendo 5 la mayor facilidad de evacuación

Tab. 2: Critérios para singularizar os objetos. Fonte: Menegazzi,2013, p.8-9.

Na tab. 3 serão cruzados os resultados dos valores e critérios levantados nas tabelas anteriores, finalizando a lista de prioridade para a evacuação. Menegazzi (2013, p.8) aponta que a definição dos “valores e critérios” e da “lista de prioridades” deve ser feita por toda a equipe do museu, permitindo que “diferentes perfis profissionais (Gerente de Segurança, Conservador/Restaurador, Curador, Bombeiro, Diretor do Museu, etc.), possam participar com suas próprias contribuições profissionais”.

Tabla 3 Suma del valor más alto y la mayor facilidad de evacuación				
Tipo de objeto	Total valores	Total criterios	Total	Prioridades
<b>Objeto 1</b> Fragmento de una corona de oro	14	19	33	1º
<b>Objeto 2</b> Objeto de arte contemporáneo: móvil (ej: Calder)	12	9	21	3º
<b>Objeto 3</b> Tocado de plumas	19	13	32	2º

Tab. 3: Soma do valor mais alto e com maior facilidade de evacuação. Fonte: Menegazzi,2013, p.8-9.

A participação coletiva é importante, pois confere confiança e solidez ao processo, considerando a avaliação de valores e requisitos de segurança para a evacuação dos bens culturais. Portanto, podemos afirmar que, ao passar pelos diversos setores do museu, o plano de emergência gera segurança ao ser colocado em prática. Além do produto final, isto é, a confecção de uma lista de bens prioritários e respectivos planos de viabilidade e acesso, o método de elaboração coletiva pode ser incorporado em outras atividades de segurança, como na tomada de decisões quanto a determinados usos de recursos e priorização de ações. O produto final deste processo é uma lista de prioridade de evacuação onde os gestores terão a possibilidade de planejarem suas ações com uma visão abrangente do acervo que permite a otimização dos recursos em áreas estratégicas, além da possibilidade de utilizar em outras áreas como na digitalização do acervo – ao selecionar peças emblemáticas dos acervos de cada instituição.

## b. Ministério da Cultura da Espanha

Outra maneira de hierarquização de coleções é a metodologia apresentada no guia para elaboração de Plano de Emergência do Ministério da Cultura da Espanha (MCU, 2009). Seus requisitos são baseados nas características físicas dos bens e intrínsecas, como também na

possibilidade de vias existentes de evacuação. Neste método, recomenda-se trabalhar em conjuntos de dez objetos, com vias de expansão conforme a demanda da instituição.

A lista de prioridade de evacuação resulta da soma da probabilidade e do impacto, variando o resultado final entre 2 e 8. A probabilidade é quantificada de 1 a 4, sendo 1 = baixo; 2 = média; 3 = elevado e 4 = muito elevado. Os níveis de impacto também serão avaliados de 1 a 4, sendo 1 = leve, 2 = médio; 3 = grave; e 4 = muito grave, tendo em conta as características do material das coleções e/ou acervos e seu valor considerado de maneira indireta.

		IMPACTO			
PROBABILIDAD		1 <i>Leve</i>	2 <i>Medio</i>	3 <i>Grave</i>	4 <i>Muy grave</i>
1 Baja		1 + 1 = 2 Categoría 4	1 + 2 = 3 Categoría 4	1 + 3 = 4 Categoría 3	1 + 4 = 5 Categoría 3
2 Media		2 + 1 = 3 Categoría 4	2 + 2 = 4 Categoría 3	2 + 3 = 5 Categoría 3	2 + 4 = 6 Categoría 3
3 Alta		3 + 1 = 4 Categoría 3	3 + 2 = 5 Categoría 3	3 + 3 = 6 Categoría 2	3 + 4 = 7 Categoría 2
4 Muy alta		4 + 1 = 5 Categoría 3	4 + 2 = 6 Categoría 2	4 + 3 = 7 Categoría 2	4 + 4 = 8 Categoría 1

Tab. 4: Matriz de risco. Fonte: MCU, 2009, p.29

A resultante de probabilidade x impacto dará a importância de cada objeto: máxima prioridade de evacuação (cor vermelha), intermediária de prioridade alta (cor laranja), média prioridade e com dificuldades significativas para evacuação (cor azul).





Após a implantação da ‘lista de prioridade’ é requerida uma análise das condições internas e externas responsáveis por uma evacuação rápida e organizada. Machado (2014, p.70) explica que se deve “conhecer algumas características principais destes acervos, que irão auxiliar em uma rápida identificação em caso de uma emergência, além de identificar a forma mais correta e segura de manipular o objeto”.

Ambas as ferramentas têm em comum o uso da lista dentro do plano de emergência. O primeiro método (Menegazzi, 2013) adapta-se perfeitamente à gestão de riscos e a valoração de coleções propostas pelo Método ABC. Faz uma junção entre tipologia de valor e critérios para individualizar os objetos. Esses são bem flexíveis e podem ajustar-se às necessidades da

instituição. Por exemplo, o critério acessibilidade/desmontagem leva em conta se o bem e o local possuem condições mínimas de mobilidade.

Ficha 3.3. Listado de piezas/colecciones propuestas para su evacuación				
Listado	Posibilidad de evacuación	Medidas de protección in situ		Fecha de implantación de las medidas previas
		Previas	En emergencia	
1-				
2-				
3-				
4-				
5-				
...				

	Objetos de máxima prioridad de evacuación
	Objetos de prioridad alta
	Objetos de prioridad media
	Objetos con dificultad significativa de evacuación

Tab. 5: Lista de objetos para evacuação. Fonte: MCU, 2009, p.49

Como exemplificado a seguir a lista de prioridade baseada na metodologia adotada pelo MCU (2009) e aplicado no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo por Machado (2014).

<b>Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo - MJF</b>	P. 128
<b>Plano de Prevenção e Emergência Interno</b>	Data: Junho 2014
Plano de Prevenção	Revisão: 0

Lista de Prioridade de Evacuação	Possibilidade de Evacuação
<b>1 - Caixa com fragmentos do sítio Ilha Francisco Manuel.</b>	SIM
2 - Placa de fundação do Mercado Público.	SIM
3 - Caixa com fragmentos do sítio Lami Bernades.	SIM
4 - Bonequinha de Pano.	SIM
5 - Caixa com negativos de Leo Guerreiro e Pedro Flores.	SIM
6 - Cachimbo cerâmico séc. XIX.	SIM
7 - Máquina de Lambe-Lambe.	SIM
8 - Caixa com fotos dos Irmãos Ferrari.	SIM
9 - Álbum da Exposição de 1901.	SIM
10 - Taças de sorvete da Confeitaria Rocco.	SIM
11 - Ponta de Flecha.	NÃO

Fig.9: Exemplo de Lista de Prioridade de Evacuação. Fonte: MACHADO, 2014.

O segundo método (MCU, 2009) utiliza a metodologia de gestão de riscos, com ênfase nas etapas de análise e avaliação de riscos em adequação a um plano de emergência. A avaliação de riscos é a primeira etapa a ser realizada, e não lava em consideração o esquema metódico da gestão de risco. É mais simplificado e a questão dos valores é levantada indiretamente neste manual. Com os riscos que podem afetar as coleções e a matriz probabilidade x impacto.

Para a pesquisa desenvolvida neste trabalho, utilizaremos o método proposto por Menegazzi (2013) considerando a convergência a metodologia de gestão de riscos que adotamos como referência.

## CAPÍTULO 2 - Valoração de Coleções Museológicas

Valores são produzidos a partir da interação de um artefato e seus contextos; eles não emanam do artefato em si. Valores, portanto, só podem ser entendidas com referência a contextos sociais, históricos e até mesmo espaciais — através da lente de quem está a definir e articular o valor, por que agora e por que aqui? Para profissionais de conservação, isso requer um repensar substancial dos tipos de pesquisa e conhecimento que são necessários para apoiar a conservação. Tradicionalmente, análise de especialistas do patrimônio como uma obra de arte ou um registro dos valores articulados do passado. Só recentemente o campo de conservação começou a abarcar fatores como economia, mudança cultural, políticas públicas e questões sociais — e ainda precisam ser totalmente integrado campo<sup>5</sup> (MASON, 2002, p.8. Tradução nossa).

De modo geral “valor” é um conceito associativo, isto é, a atribuição de valor trafega nas relações, seja entre indivíduos, seja entre o indivíduo e o meio em qualquer âmbito – e todas as coisas que nele habita. Hayha et al (2018) apontam que os critérios de valor são mutáveis e podem ser usados seletivamente, podendo ainda estar sempre em conflito e/ou em constante transformação.

Segundo León (2014) o fundamento de atribuição de valor é o resultado da relação entre o sujeito e objeto:

[...] **Assim, o fundamento da valorização e do valor é dada nessa inter-relação entre sujeito e objeto, como forma de complementar-se, como forma de construção.** Não é o objeto em uma determinada situação como fundamento dos valores ou o sujeito em outra situação. Pelo contrário, é o resultado da fusão entre sujeito e objeto ou vice-versa a base de valores. (LEON, 2014, p.60 Tradução nossa<sup>6</sup>. Grifo nosso)

Os bens culturais resultam da fusão entre o universo das coisas e dos valores, como depositários de um caráter peculiar agregado/atribuído a esse bem. Frondizi (1958, p.10) aponta essa dimensão, como “as coisas mais o valor que é incorporado” e utiliza o exemplo da matéria-prima ‘mármore’ e seu processo de transformação em ‘estátua’ pelas mãos do artista.

[...] os bens equivalem às coisas valiosas, isto é, **as coisas mais o valor que são incorporados.** Semelhante, um pedaço de mármore é uma mera coisa; a mão do

---

<sup>5</sup> “Values are produced out of the interaction of an artifact and its contexts; they don’t emanate from the artifact itself. Values can thus only be understood with reference to social, historical, and even spatial contexts— through the lens of who is defining and articulating the value, why now and why here? For conservation professionals, this requires some substantial rethinking of the kinds of research and knowledge that are needed to support conservation. Traditionally, experts’ analysis of heritage as a work of art or a record of the past-articulated values. Only recently has the conservation field begun to embrace such factors as economics, cultural change, public policy, and social issues—and they have yet to be fully integrated into the field.” (MASON, 2002, p.8)

<sup>6</sup> (...) **Así, el fundamento de valorización y de valor está dado en esta interrelación de sujeto y objeto, como forma de complementarse, como forma de construcción.** No el objeto en una cierta situación como fundamentación de los valores o, el sujeto en otra determinada situación. Más bien es el resultado de la fusión entre sujeto y objeto o vice-versa la fundamentación de los valores. (LEON, 2014, p.60 Tradução nossa. Grifo nosso)



escultor acrescenta beleza ao 'tirar tudo o que resta', [...] e a coisa de mármore se tornará uma estátua, um "bem". A estátua continua retendo todas as características do mármore comum - seu peso, sua constituição química, sua dureza, etc; [...] o que foi agregado é um valor estético. (FRONDIZI, 1958, p.10. Tradução nossa<sup>7</sup>, grifo nosso)

No âmbito da Museologia, o objeto é musealizado exatamente pelo “valor que se lhes é incorporado”. Segundo Nascimento (1998):

O objeto museal é o conceito que estamos denominando no contexto museológico, que significa a produção cultural (material e imaterial) do homem, os sistemas de valores, símbolos e significados, as relações estabelecidas entre os homens, entre o homem e a natureza, que através da modificação da natureza, cria objetos no decurso da sua realização histórica. São os objetos elaborados e existentes fora do homem, mas que refletem as complexas teias de relações entre os homens no processo histórico. (NASCIMENTO, 1998, p. 10-11)

Brulon (2015, p.25) postula sobre a capacidade das “coisas' adquirir[em] diferentes estatutos por meio da sua circulação ‘entre e nas sociedades’ e de acordo com os diferentes sistemas de valores que atravessa”. Tornando-se objeto na medida em que é inserido em um ‘sistema classificatório específico’.

A musealização é, portanto, o sistema específico na museologia capaz de converter um 'objeto comum' em um objeto de museu, museália<sup>8</sup>. Em relação a esse processo Brulon (2015) destaca que:

Nessa nova fase de sua existência são alterados, para além de sua função essencial que deixa de ser utilitária passando ser interpretativa, os seus modos de se relacionar com os outros objetos e com os seres humanos que lhes darão sentido. (BRULON, 2015, p.26)

Mensch (1987 *apud* Nascimento, 2012) enfatiza que essa nova vida do objeto desperta diversos enquadramentos, a partir da sua seleção por suas qualidades de 'musealidade' que variam pelo prisma das várias especializações dos profissionais como também os da comunidade.

Explica-nos Mathilde Bellaigue que

---

<sup>7</sup> [...] los bienes equivalen a las cosas valiosas, esto es, **alas cosas más el valor que se les incorporado**. Asó, um troço de mármore é uma mera coisa; a mamó del escutor agrega beleza al 'quitarde todo lo que le sobra', [...] y el mármore-cosa se transformará en un estatua, en un "bien". La estatua continúa conservando todas las características Del mármore commúm - su peso, su constitución química, su dureza, etc-; [...] lo que se le ha agregado es un valor estético. (FRONDIZI, 1958, p.10. Tradução nossa, grifo nosso)

<sup>8</sup> “O termo “objeto de museu” é, por vezes, substituído pelo neologismo musealia (pouco utilizado), construído a partir do latim, com plural neutro: as musealia. Equivalente em inglês: museália, museum object; francês: muséalie; espanhol: musealia; alemão: Musealie, Museumsobjekt; italiano: musealia. A expressão “objeto de museu” quase poderia passar por pleonasmó, na medida em que o museu é não apenas um local destinado a abrigar objetos, mas também um local cuja função principal é a de transformar as coisas em objetos.” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p.68)

A Museologia tem seu laboratório: O Museu. O laboratório, por sua vez, tem seu material de experimentação: o real. Ora, o real é representado no museu pelo objeto. Tem que considerar-se aqui o objeto em seu sentido mais amplo: ele é material ou imaterial, natural ou cultural. É em todo caso, central na museologia, já que é o elemento da realidade que emite informação ou permite a comunicação entre as pessoas e entre o presente e o passado. (BELLAIGUE, 1992, p.3)

No campo do patrimônio cultural a questão do valor sempre esteve presente, sendo evidenciada como justificativa para a sua preservação ou omissão. O século XIX foi percussor das teorias e discussões sobre a natureza do patrimônio, importância e preservação. As discussões específicas sobre o valor não aconteciam ainda, mas tratadas indiretamente como justificativa para a salvaguarda. Seria marcado pelo crescimento abrupto das cidades motivado pela Revolução Industrial e a mudança drástica da relação entre o homem e os bens produzidos no passado, um dos embates mais emblemáticos que influenciaria e traria repercussões para os campos da preservação e conservação, deu-se entre Ruskin<sup>9</sup> e Viollet-le-Duc<sup>10</sup> e os valores histórico e estético.

Os antagonismos eram realçados pelas divergentes abordagens teóricas em relação ao patrimônio, uma intervencionista e a outra antiintervencionista. Viollet-le-Duc instituiu o conceito de restauração em estilo, a ideia de que o arquiteto para restaurar deve estar imbuído dos conhecimentos teóricos e práticos, técnicos e estilísticos do arquiteto autor da obra, para então poder assumir o seu papel, autorizado inclusive a completar uma obra, se necessário. Ruskin considerava o restauro uma "necessidade destrutiva", sendo defensor da sua preservação realizando críticas como as sucessivas intervenções nos monumentos transformando-o em um 'falso histórico' defendendo o absoluto respeito pela matéria original.

Para De la Torre (2013, p.160), a absoluta primazia entre um determinado valor em detrimento de outro levou a filosofias completamente diferentes:

Este último considerou o valor estético como primordial. Para eles, a reconstrução foi a abordagem correta para o patrimônio, já que ele restaurava o local para a imagem física pretendida pelos seus criadores. O primeiro, por outro lado, considerava o valor histórico supremo, e que todos os vestígios do que veio abaixo testemunharam o passado, e nada deveria ser apagado ou alterado. Nestes casos, a absoluta primazia de um determinado valor

---

<sup>9</sup> "As ideias de Ruskin inspiraram fortemente William Morris (1834 – 1896), seu aluno na Universidade de Oxford que participou da fundação, em 1877, da SPAB – Society for the Protection of Ancient Buildings, organização que permanece em atividade até os dias de hoje. O manifesto de criação da SPAB, escrito por Morris, propunha uma abordagem menos interventiva para edifícios históricos, criticando as ações de restauração que buscavam unidade de estilo, removendo camadas do edifício" (COELHO, 2018, p.28).

<sup>10</sup> "A abordagem de Viollet baseava-se no entendimento profundo do edifício para elaboração de um modelo ideal e imposição de um novo esquema idealizado sobre ele, sem priorizar sua matéria ou configuração originais e as posteriores alterações (KÜHL, 2000). Essa abordagem, que ficaria conhecida posteriormente como restauro estilístico (...)" (COELHO, 2018, p.29).

patrimonial levou a filosofias de conservação que eram completamente incompatíveis.

Sobre a natureza dos valores, a autora enfatiza suas características e implicações para a prática da preservação. Como sendo sempre atribuídos, múltiplos, mutáveis e em conflito. Ela faz um quadro que apresenta essas dicotomias, como observado abaixo:

Características dos valores patrimoniais  
Sempre atribuídos..... Nunca intrínsecos  
Sempre múltiplos..... Nunca apenas um  
Sempre mutáveis..... Nunca estáticos  
Incomensuráveis..... Não comparáveis  
Sempre em conflito..... Algumas vezes incompatíveis  
(DE LA TORRE, 2013, p.158)

Em consonância com esta discussão, Meneses indaga sobre a atribuição do valor: "Se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?" (2009, p.33). No que se refere ao Estado Brasileiro, o autor nos esclarece que até a constituição de 1988 era o poder público quem regia e instruiria essas questões. Como observado no Decreto-Lei 25, de 1937 que institui o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o qual define critérios de valor para os bens a serem reconhecidos como patrimônio artístico e histórico nacional. O próprio nome do órgão traz referência aos valores que obtiveram maior destaque e que até hoje servem de guia para o reconhecimento.

Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. (MENESES, 2012, p. 33)

Meneses enfatiza ainda que o estado e o governo ainda participam ativamente da criação desses valores, ora "privilegiando uns e outros" (2012, p.33). Atualmente, têm o papel decisório e declaratório, em colaboração com a sociedade por meio de instrumentos como o tombamento, em âmbito nacional, estadual e municipal ou como na regulamentação da Declaração de Interesse Público, instituída pelo Estatuto de Museus (Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009) e regulamentada pela Resolução Normativa Nº 2<sup>11</sup>, de 29 de maio de 2019 voltada à proteção de bens culturais musealizados ou passíveis de musealização.

---

<sup>11</sup> Link para o Caderno Explicativo sobre a Declaração de Interesse Público. [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Preservacao-de-bens-culturais\\_atualizado-Web.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Preservacao-de-bens-culturais_atualizado-Web.pdf) Acesso em 07 ago 2019.

É um dispositivo legal voltado à proteção de bens culturais musealizados ou passíveis de musealização, de propriedade pública ou particular, cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade **representem valor cultural de destacada importância para o país**, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e linguística. (IBRAM, 2019, p. 9. Grifo do autor)

Essa ação presumiria ainda, segundo Meneses (2009) a participação da comunidade no reconhecimento desses valores. Esta participação social estaria condicionada a esses instrumentos de maneira restrita, pois como no exemplo do IBRAM somente pessoas jurídicas de direito público ou privado podem solicitar esse reconhecimento. Os membros de uma comunidade teriam que se unir a uma dessas personalidades jurídicas.

Quando se pensa em preservar, alguém logo aparece falando em patrimônios e tombamentos. **Também se consagrou a crença de que cabia ao governo resguardar o que valia a pena. Como? Através de especialistas que teriam o direito (o poder-saber) de analisar edifícios e de pronunciar veredictos.** Esses técnicos praticariam uma espécie de ação sacerdotal. Atribuía-mos caráter distintivo a um determinado edifício e logo tratavam de sacralizá-lo frente aos respectivos contextos profano. (SANTOS, 1986 apud CASTRIOTA, 2007, p. 13 grifo do autor)

Castriota (2007), acentua que este tipo de intervenção advinda desde a década de 1930 pode ser caracterizado pelo modelo 'via única' centralizada no discurso estatal. Mesmo com ao absorverem as novidades trazidas pelas experiências internacionais, usando como exemplo deste modelo o tombamento de Ouro Preto - MG que considera ser abordada pela ótica pura de critérios estilísticos “ignorando-se completamente sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído.” (2007, p.16)

No que concerne à trajetória do SPHAN, é interessante perceber como, apesar da absorção pelo seu discurso de novos conceitos, especialmente a partir da influência da Carta de Veneza, que introduz as ideias de sítio urbano e da utilização social dos monumentos, o seu trabalho continua na mesma linha, considerando a cidade como objeto estético a se preservar, sem considerar de forma conveniente a questão de seu desenvolvimento socioeconômico. Assim, ao considerarem, como vimos, a cidade como obra de arte, **as políticas de patrimônio aí implementadas nunca puderam incorporar de fato os novos agentes que se colocavam na cena urbana, não conseguindo tampouco elaborar estratégias que lograssem compatibilizar preservação e desenvolvimento.** (CASTRIOTA, 2007, p. 16. Grifo nosso)

Apesar deste modelo estar ainda em voga, temos experiências de cunho participativo na atribuição e reconhecimentos de valores onde a comunidade passa a ser protagonista e coautora deste processo. Dada a adoção do conceito antropológico de cultura, visando “levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, *apreender os sentidos e significados a*

*eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação”* (IPHAN, 2000, p. 7, grifo do autor).

Desde 2003, novos marcos conceituais e práticos foram estabelecidos para a gestão da cultura brasileira, tirando-a das margens das políticas governamentais. Hoje, podemos dizer que trabalhamos com um conceito ampliado de cultura, ultrapassando a ênfase nas artes consolidadas e definindo-a como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos, como manifestações que têm força simbólica e reconhecimento nas sociedades. (IBRAM, 2010, p. 8)

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN para produzir conhecimento voltada principalmente para a identificação de bens culturais de natureza imaterial. São atribuídos sentidos e valores, delimitando as referências culturais presentes em um local e é realizada com os grupos sociais. De acordo com o modelo instituído para o início do inventário o levantamento preliminar inclui

[...] pesquisa em fontes secundárias e documentos oficiais, assim como uma viagem precursora ao campo onde deverão ser entrevistados, sobre temas gerais relacionados ao inventário, pessoas que detenham um bom conhecimento da realidade local. Essa viagem permitirá também o contato com instituições para obtenção de documentos específicos e mapas, e para a verificação das condições práticas em que o trabalho de campo será realizado (hospedagem de pesquisadores, acesso a equipamentos de informática e de comunicação, deslocamento etc.). (IPHAN, 2000, p. 36)

Mais uma iniciativa neste contexto, temos a publicação 'Educação Patrimonial: inventários participativos' (IPHAN, 2009) que tem como objetivo estimular a comunidade para a busca, identificação e valoração de suas referências culturais<sup>12</sup>. Inspirado no INRC, os inventários participativos, mais livres e fluídos até em seus relatórios e incluindo a educação patrimonial.

O resultado desse momento do trabalho será um quadro de possibilidades de referências culturais que poderão ser inventariadas pelo grupo. As referências culturais enquadradas nas categorias propostas no inventário – celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos – vão orientar toda a atividade. Por isso, é preciso conhecê-las muito bem. (IPHAN, 2009, p. 11)

Esse tipo de experiência tem sido cada vez mais adotado para obter uma maior participação da comunidade, estando alinhada ao conceito de patrimônio entendido como uma construção social. Fazem parte do processo de 'escrita em primeira pessoa', cada vez mais

---

<sup>12</sup> “Referências são as edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. [...]. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura.” (IPHAN, 2000, p.9)

difundido em políticas culturais oficiais, como o Programa Pontos de Memória do IBRAM. Apesar de ser adotado geralmente para o patrimônio imaterial, pode ser utilizado em bens materiais e museus tradicionais - como no Museu de Araçuaí - MG e Museu de Arqueologia de Itaipu - RJ, respectivamente<sup>13</sup>. Elas têm em comum, o trabalho compartilhado com o público local - pescadores e moradores no caso de Itaipu registrando suas múltiplas visões e conhecimentos sobre os objetos culturais.

Faz parte do processo de análise de riscos e articula os valores das diferentes etapas através de uma escala quantitativa. Essa escala pressupõe uma soma ponderada de todos os critérios gerados pelas partes interessadas. A aplicação da metodologia resulta numa declaração de significância que tem como objetivo ser "um resumo fundamentado e inteligível dos valores, significados e importância de um item ou coleção [...] trata-se de um argumento sobre a forma e o motivo pelos quais um item ou coleção é importante" (BULLOCK, 2014, p.24)

O campo dos valores não é um mapa que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflito, confronto - de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente *político*. Político, não no sentido partidário, mas no de *polis*, a cidade dos gregos, isto é, aquilo que era gerido compartilhadamente pelos cidadãos. (MENESES, 2009, p, 38)

O ato de considerar a questão dos valores para a tomada de decisões relacionadas à salvaguarda do patrimônio não é uma novidade como já analisamos anteriormente. Sua multiplicidade, variedade e a constante motivação por um maior envolvimento de atores diversos nas decisões, resultou em abordagens na área da preservação que colocam os valores em primeiro plano.

Considerando que tais escolhas requerem priorização de valores que ao final, alguns serão favorecidos em detrimento de outros. Muitos autores e instituições têm se debruçado sobre métodos e na tentativa de estabelecer princípios universais. O que tem sido complexo, pois na prática percebemos as dificuldades em seguir quaisquer 'cartilhas'. Como afirma De la Torre (2013, p. 162) "Se o propósito da conservação é a proteção da significância singular, deve haver flexibilidade para selecionar abordagens e ações adequadas às singularidades de cada caso."

---

<sup>13</sup> Link dos projetos: Museu de Araçuaí <http://museus.cultura.gov.br/projeto/1506/> e Museu de Arqueologia de Itaipu [http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/livro\\_pem\\_dupla.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/livro_pem_dupla.pdf) Acesso em 08 ago. 2019.

Não sendo possível basear a valoração dentro de critérios fixos o ponto norteador deve se centrar no bem e no contexto sociocultural que este está inserido, resultando em pesquisar metodologias que possam ser adaptadas a essas situações específicas. Como destrincharemos a seguir.

## 2.1 Tipologias de Valor

As tipologias de valor ligadas ao campo do patrimônio cultural estão intimamente relacionadas a uma construção social, demandas nacionais e internacionais quanto à salvaguarda, preservação e promoção dos bens culturais. Além das demandas advindas do campo acadêmico e profissionais que atuam no campo.

A valoração de bens culturais como uma metodologia de avaliação dos valores, classificação e hierarquização, remete à segunda metade do século XX. Anterior a um método estruturado, já havia discussões sobre os diferentes valores do patrimônio e seus usos na preservação dos mesmos.

Muitos autores já se debruçaram sobre este tema, desde Riegl (1902), Lipe (1984), Frey (1997), Mason (2002) e mais recentemente Pedersoli (2014), Bullock (2014) e Daza (2014). O tema tem sido incorporado por cartas patrimoniais como a Carta de Burra do ICOMOS da Austrália (1979) e o Documento de Nara da UNESCO, de 1994.

Riegl (2014) na primeira metade do séc. XX apresenta princípios que deveriam ser utilizados na preservação de monumentos tendo como base seus valores. Organiza as tipologias de valor em dois grandes grupos: Valores de Rememoração (ligados à memória e a capacidade de invocá-la) e Valores de Contemporaneidade (ligados ao passado, busca refletir no valor vinculado ao monumento e na sua relação com a sociedade) (Quadro 4).

Para Coelho (2018) sua contribuição vai muito além do que as definições propostas de tipologias de valor e que atualmente, podem até serem encontradas em desuso. Sua grande contribuição seria

[...] o estabelecimento de categorias de valor baseadas tanto no conhecimento erudito quanto na percepção do observador e uma concepção de valores

baseada na compreensão de que eles são sempre atribuídos pelo sujeito, podendo ser múltiplos e conflitantes (COELHO, 2018, p. 35).

<b>Valores Rememorativos</b>
<b>Valor de antiguidade</b> - Relacionado à aparência não moderna dos monumentos. Manifesta-se em imperfeições, na falta de um caráter fechado e na tendência à erosão da forma e da cor. O valor de antiguidade baseia-se na percepção sensorial superficial (em oposição ao valor histórico, baseado em reflexão intelectual) e é percebido mesmo pelo leigo.
<b>Valor histórico</b> - Representa uma etapa determinada na evolução de algum dos campos criativos da humanidade. Do ponto de vista do monumento o que interessa não são as marcas deixadas pelo tempo, mas seu estado original, sua gênese. Seu reconhecimento depende de conhecimento científico.
<b>Valor rememorativo intencional</b> - Tem por objetivo manter presente o momento da gênese do monumento; aspira à imortalidade, ao eterno presente, ao permanente estado de gênese.
<b>Valores de Contemporaneidade</b>
<b>Valor instrumental (Uso)</b> - Relativo à vida física do monumento, à sua existência. Um edifício antigo deve manter-se em tal estado que possa abrigar o homem sem oferecer perigos de vida ou de saúde.
<b>Valor artístico</b> - Capacidade de responder às exigências da moderna vontade da arte ( <i>Kunstwollen</i> ): <b>Valor artístico de novidade</b> - Valor que se dá à criação humana antes do processo de deterioração. Demonstra a vitoriosa ação criadora e a força do homem; apenas o novo e completo é belo, segundo as ideias do povo; o velho, fragmentado e descolorido é feio. <b>Valor artístico relativo</b> - Baseia-se na possibilidade de que obras de gerações anteriores possam ser apreciadas não só como testemunhos da superação da natureza pelo homem, mas também diz respeito a sua própria concepção, sua forma e sua cor. É sempre relativo, não há valor artístico absoluto.

Quadro 3: – Categorias de valor propostas por Alois Riegl. Fonte: Coelho, 2018, p. 34.

O trabalho de Riegl influenciou os processos de preservação e gestão de bens culturais<sup>14</sup>, defendendo o reconhecimento dos valores como premissa para a tomada de decisão crítica. Entre os autores que se inspiraram em seus escritos destaca-se Mason (2002) que define a valoração do patrimônio cultural como aspecto essencial do planejamento da conservação e gestão, através da aplicação de metodologia voltada para a integração entre valores e conservação. O autor participou da pesquisa ‘*Research on the Values of Heritage*’ desenvolvida pelo Getty Conservation Institute – GCI. O objetivo era criar uma abordagem para avaliar uma multiplicidade de valores relacionados ao patrimônio.

<sup>14</sup> Segundo Scarrochia (2006 *apud* COELHO, 2018, p. 35) a influência da teoria de Riegl ficou restrita num primeiro momento aos países de língua alemã, e só a partir da década de 1980 teria maior repercussão internacional, a partir da tradução para diversas línguas e de sua “redescoberta” por autores como François Choay.



O esquema a seguir (fig.9) apresenta o processo desenvolvido pelo autor, a fim de facilitar a aplicação do conceito de valoração ao patrimônio cultural. Trata-se de um modelo de três partes onde os gestores poderão aplicar uma sequência de tarefas para gerar e coletar informações sobre os valores e usar dentro do processo geral de planejamento.

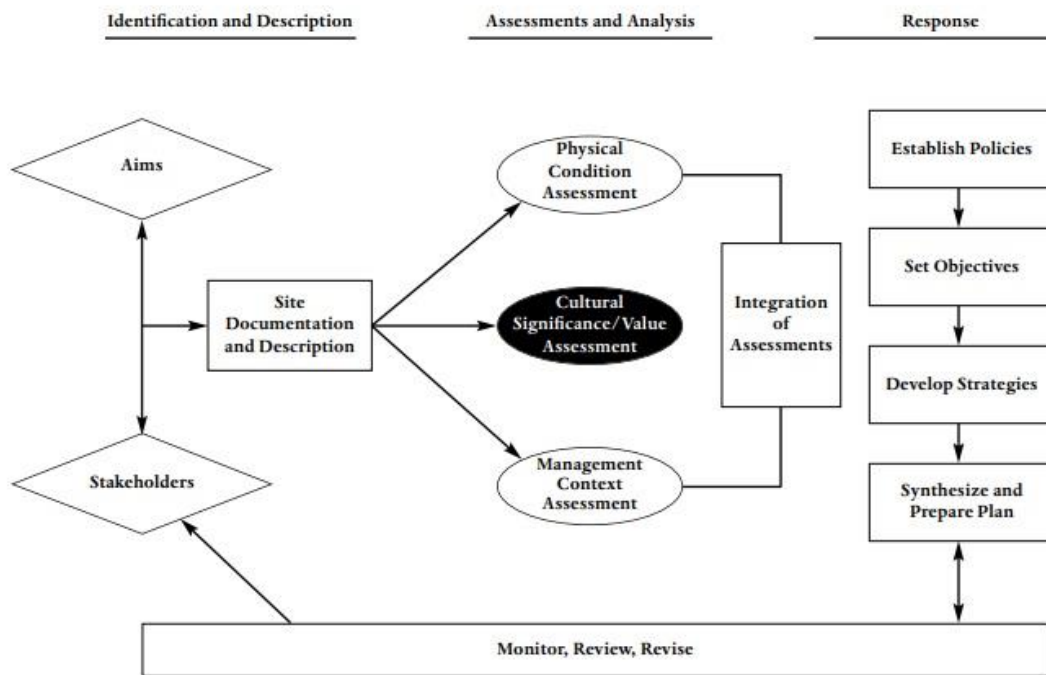


Fig. 9: Processo Metodológico da Valoração. Fonte: Mason, 2002, p. 7.

Essa integração com a Conservação Preventiva é o diferencial desta proposta, questionamentos sobre o valor do objeto são constantes no campo cultural e evocam múltiplos valores correlacionados ao bem. Para Mason (2002, p.8) 'qualquer bem definido como patrimônio tem algum tipo de valor'.

De acordo com a análise de Mason (2002), tradicionalmente os valores neste campo são tratados de duas maneiras. A primeira pressupõe um domínio de uma tipologia de valor, como o artístico, e o detrimento de outros; podendo ocasionar na perda de referências e de atingir o pleno potencial de alcance do bem. A segunda é a identificação dos valores atribuídos ao bem e suas implicações em uma Declaração de Significância. Uma crítica dirige-se à multiplicidade de valores trabalhados, que podem diminuir o alcance de suas características ao serem combinados ou tornando-se secundários, negligenciados e muitas vezes transformando-se em 'caixas pretas'.

Existem tantos tipos diferentes de valores, e as interações entre eles são tão complexas, que uma maneira mais eficaz de tratar esta questão tem de começar com uma forma clara, efetivamente neutra e acordada de caracterizar os diferentes tipos de valor patrimonial — como vistos pela grande variedade das partes interessadas nos esforços de conservação. Uma tipologia dos valores do patrimônio seria um guia eficaz para caracterização e moveria as partes interessadas na conservação mais perto de ter uma língua franca em valores em que todas as partes podem ser expressas e discutidas. Pelo uso de tal tipologia — um quadro que divide a significância em tipos constituintes de valor patrimonial — as opiniões de especialistas, cidadãos, comunidades, governos e outras partes interessadas podem ser expressas e comparadas de forma mais eficaz. (MASON, 2002, p.9. Tradução nossa)<sup>15</sup>

Desde a Carta de Atenas (1931) notamos o crescente interesse dos Estados, instituições e grupos pelo patrimônio cultural. As conferências e convenções internacionais realizadas ao longo do tempo exprimem as mudanças de concepções e práticas ao campo da preservação de bens culturais.

As tipologias de valor constituem ferramentas de pesquisas e servem de ordenamento e organização do conhecimento para aplicação no campo cultural. Visa orientar os profissionais e gestores, além de facilitar a discussão e escolhas dos métodos mais adequados a cada instituição.

Meneses (2009) propõe uma nova postura sobre valor e valoração, incluindo a perspectiva do especialista, mas privilegiando a visão do usuário, 'fruidor' "em última instância, é operador do valor em causa e [...] tem o direito e a gratificação de fruir." (2009, p.35) Tendo isto em mente, o autor sugere categorias que permitisse identificar os componentes ou referências de valor cultural, em conjunto de especialistas e 'produtores de valor'.

Utiliza como premissa uma visão unificada do patrimônio, sem distinções de categorias como material ou imaterial, móveis e imóveis, natural, entre outras, acentuando que esses componentes "não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações, conflitos" (2009, p.35).

---

<sup>15</sup> "There are so many different kinds of values, and the interactions among them are so complex, that a more effective way of treating this issue has to begin with a clear, effectively neutral, agreed-upon way of characterizing different types of heritage value—as seen by the wide variety of stakeholders in conservation efforts. A typology of heritage values would be an effective guide to characterization and would move conservation stakeholders closer to having a lingua franca in which all parties' values can be expressed and discussed. By use of such a typology—a framework that breaks down significance into constituent kinds of heritage value—the views of experts, citizens, communities, governments, and other stakeholders can be voiced and compared more effectively."(MASON, 2002,p.9)

VALORES COGNITIVOS	VALORES FORMAIS	VALORES AFETIVOS	VALORES PRAGMÁTICOS	VALORES ÉTICOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tiver condições de conhecimento e/ou constituir oportunidade relevante de conhecimento;</li> <li>▪ Bem tratado como documento;</li> <li>▪ Pode dirigir questões para obter informação múltipla, como condições históricas, padrão estilístico e trajetória;</li> <li>▪ Fruição intelectual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valor predominante formal ou estético;</li> <li>▪ Capaz de aguçar a percepção, uma apreensão mais profunda;</li> <li>▪ Induzir a produção e a transmissão mais amplas de sentidos;</li> <li>▪ Aguça a percepção, qualificando - a.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforço da identidade e formulação da autoimagem, com vinculações subjetivas;</li> <li>▪ Trata-se de cargas simbólicas, sentimento de pertença e identidade;</li> <li>▪ Envolve mecanismos complexos, como representações sociais e o imaginário social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ São valores de uso percebidos como qualidades;</li> <li>▪ Por vezes marginalizados ou ignorados, com frequência;</li> <li>▪ Percebido como capaz de qualificar a prática, por intermédio também de valores pragmáticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não associados aos bens, mas as interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar;</li> <li>▪ Referência ao lugar do outro;</li> <li>▪ Se o direito à cultura é o direito à diferença, está ganha legitimidade quando dialoga e produz transformações mútuas.</li> </ul>

Quadro 4: Tipologias de valor propostas por Meneses. Fonte: Adaptado pela autora de MENESES, 2009, p. 35-

37

As tipologias de valor elencadas fazem parte do esforço em propor discussões acerca de sua natureza e um ponto de partida para a organização de uma argumentação. Leva-nos a reconsiderar alguns pontos já delimitados e considerados como 'dados'. Traz questões como a participação social em todo o processo, que precisa ser encarado para além de um tratamento técnico-científico: ainda a oportunidade para se conhecer mais sobre o item ou coleção e os processos anteriores envolvidos no processo de salvaguarda.

Para Mason (2002, p.10) elas minimizam implicitamente alguns tipos de valor, elevam outros ou podem expor os conflitos de primeiro plano entre a priorização de certos valores em detrimento dos outros. As tipologias de valor divergem ao serem comparados com os autores e instituições, isto se dá além das diferenças epistemológicas, ao comparar patrimônio, sociedade e situações inseridas. Na maioria dos casos, eles descrevem a mesma torta, mas fatia-a de maneiras sutilmente diferentes.

Nos anos 2000, Mason participou da pesquisa do GCI 'Assessing the Values of Heritage' (DE LA TORRE, 2002) que apresenta algumas questões importantes a serem consideradas no processo de valoração. Os autores propõem a utilização de tipologias de valores esquematizadas em dois grupos: Sociocultural e Econômico.

Dentro dessas categorias, a abordagem busca considerar a maioria dos valores patrimoniais comumente utilizados para caracterizar os bens, além de considerar a valoração como uma ferramenta a ser usada no planejamento das ações de gestão e preservação institucionais.

Os autores enfatizam a necessidade de compreendermos a valoração como um processo participativo. A participação do público não especializado é referenciada como um dos pilares desse modelo por considerar que os valores estão inseridos na cultura e nas relações sociais. Tendo isto em mente, selecionar apenas um tipo de ator (o especialista) diminui a potencialidade de alcance final e participação social mais abrangente. (MASON, 2002, p.10).

As tipologias de valor e metodologias referenciadas devem ser utilizadas como norteadoras das discussões e ajustadas a cada projeto com o apoio das partes interessadas na aplicação, conforme exemplificada na fig. 13.

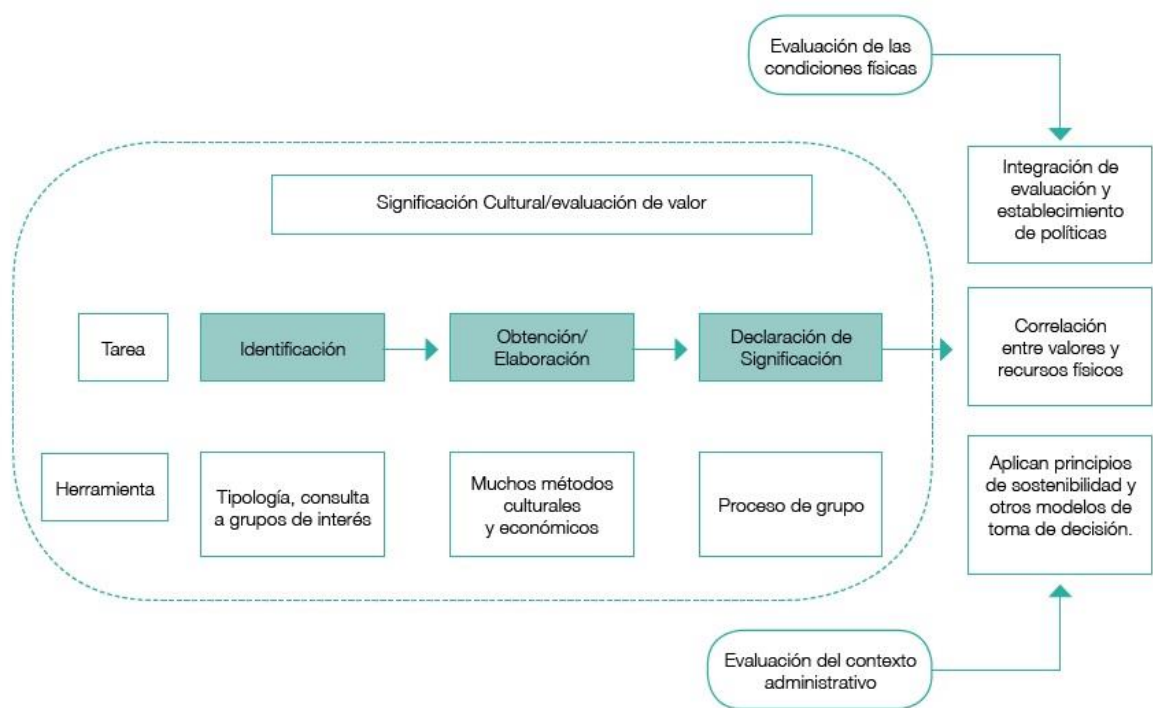


Fig.10: Processo de Avaliação de Valores. Fonte: Bastidas e Vargas, 2012, p.35 apud Mason, 2002, p.7

A tipologia provisória de valores patrimoniais é um dos produtos dessa metodologia e utilizada como ponto de partida para a discussão e valoração dos bens culturais. As principais categorias são apresentadas como formas alternativas para a compreensão do patrimônio cultural, não reduzindo ou fechando o debate em si mesmo.

A categoria sociocultural permeia o núcleo tradicional de valores já ratificados e atribuídos aos bens móveis e imóveis, associados a tempo, beleza, pessoas ou fatos. Os

econômicos já são sobrepostos a esses valores, devido a sua medição por análises econômicas. Para o autor, "a valoração econômica é uma das maneiras mais poderosas em que a sociedade identifica, avalia e decide sobre o valor relativo das coisas." (MASON, 2002, p.11-13)

<b>Sociocultural Values</b>	<b>Economic Values</b>
Historical	Use (market) value
Cultural/symbolic	Nonuse (nonmarket) values
Social	Existence
Spiritual/religious	Option
Aesthetic	Bequest

Fig.11: Tipologia Provisória de Valores Patrimoniais. Mason, 2002, p.10

Os valores são singulares, com diferentes tipos e a interação entre eles complexas. Dependem muito da relação entre os diferentes olhares das partes interessadas – sociedade, especialistas e gestores. A valoração tem como pressuposto compreender que os passos para compreensão dos valores dos objetos estão intrinsecamente ligados a fatores essenciais. Estes, formam uma tríade: objeto, sujeito (grupo de pessoas) e o contexto (figura 12).

Para Bastidas e Vargas (2012, p.26) neste processo “o momento em que o objeto ou a manifestação é realizado, que possui um tipo de qualidade, em que um sujeito ou uma comunidade determinam essas qualidades específicas, deve ser entendido como realizado dentro de um contexto”<sup>16</sup>

A atribuição dos valores tem como equalizador a interação proporcionada pelo contexto onde está inserido o objeto, torna-se produto de seu ‘tempo’ e do encontro de interesses políticos, pessoais, sociais e tradições em constante evolução.

---

<sup>16</sup> “el momento en que se tiene al objeto o manifestación, que posee un tipo de cualidades, y un sujeto o comunidad que determinan esas cualidades particulares, hay que entender que se hace dentro de un contexto.” (BASTIDAS e VARGAS, 2012, p.26)

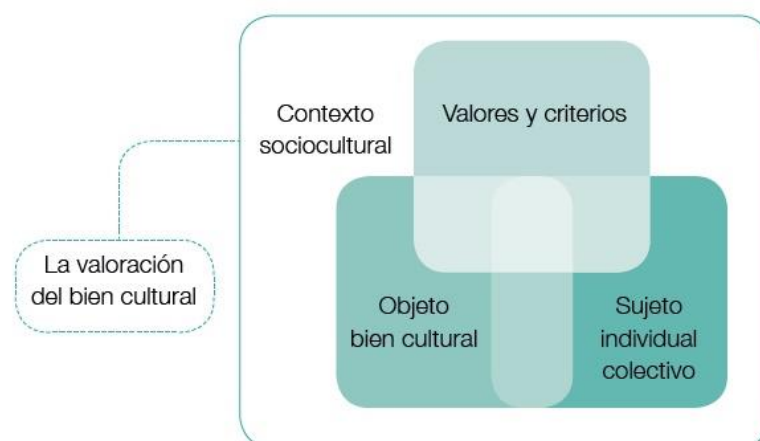


Fig. 12: Processo de Valoração do Bem Cultural. Fonte: Ministério da Cultura, 2005, p.38.

Qual o objetivo da valoração de bens culturais? Em uníssono, entre os autores, reside em facilitar a tomada de decisões na gestão de bens culturais. Para Lord e Lord (2008, p.15) no universo dos museus, consiste em auxiliar na execução da missão do museu, suas responsabilidades e os objetivos de curto e longo prazo. Outro objetivo da valoração consiste em potencializar a significância do bem, para tal uma das principais ações é saber o que se tem.

Este passo vai para além das informações obtidas pelo inventário e requer uma análise a fim de revelar os significados, valores e perspectivas relacionadas a objetos e coleções, conhecimento produtivo e multifocal sobre a nossa cultura e património, que dizem respeito a toda a sociedade. (HÄYHÄ; JANTUNEN; PAASKOSKI, 2018, p.9 -10)

Consideramos fundamental que o processo de valoração, além de incluir uma diversidade de atores, se baseie em tipologias diferentes de valor, de forma que sejam contemplados atributos e qualidades dos bens culturais relacionados aos seus significados contemporâneos, mas também aqueles que são menos mutáveis e persistem de forma pouco alterada entre gerações. (COELHO, 2018, p.112)

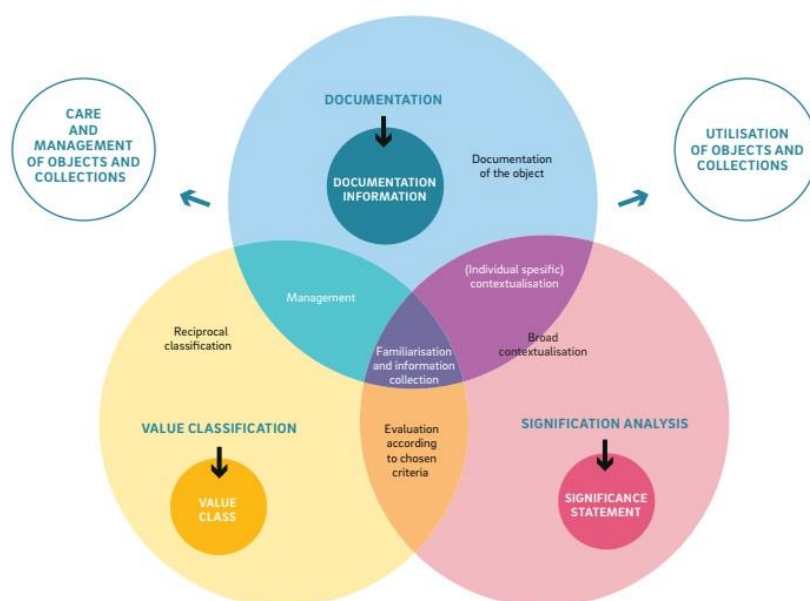


Fig.13: Catalogação de Objetos/Documentação de Coleções, Análise de Significância e Classificação. Fonte: HÄYHÄ; JANTUNEN; PAASKOSKI, 2018, p.8.

## 2.2 Valoração Participativa

Entre as metodologias apresentadas anteriormente temos em similar o ímpeto pela colaboração de outros atores, para além dos especialistas em patrimônio cultural, na valoração dos bens. Esse pressuposto por uma maior aproximação com o público diverso tem suas raízes em movimentos dentro do próprio campo cultural.

Na esfera museal, temos a proeminência da 'Museologia Social' apoiada em conceitos extraídos de referenciais como a Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972). Entre os princípios base está o Museu Integral, altamente explorado atualmente. Nele é temos bases para a integração do museu à vida da sociedade onde estão inseridos.

Scheiner (2012, p. 19) em seu artigo 'Repensando o museu integral: do conceito às práticas' reelabora este conceito, dando destaque à atuação direta e ativa junto a grupos sociais, tendo em vista a interligação entre a instituição e a sociedade.

(...) o Museu Integral se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais.

A prática da valoração participativa pressupõe três instâncias de ação: a comunidade, os especialistas e o Estado. Essa maneira de encarar os bens culturais é oriunda das diversas visões e práticas que formam a museologia contemporânea como um processo inclusivo e participativo.

Ao considerarmos o patrimônio cultural como um bem coletivo e uma construção social, não há outra saída senão a abertura para a participação de diferentes grupos de interesses (Stakeholders). Este termo remete as partes interessadas e é empregado pelo Instituto de Conservação Getty e Conselho de Coleções da Austrália. Utilizado bastante na área administrativa como teoria de organização e centro do conjunto de relações que podem afetar uma empresa. Poderíamos definir, como Stakeholders “pessoas e grupos que contribuem voluntária ou involuntariamente para capacidade de gerar riqueza e atividades e são, portanto, seus potenciais beneficiários e / ou portadores de riscos”.<sup>17</sup> (POST et al, 2002, p. 8 apud BASTIDAS E VARGAS, 2013, p. 43)

A responsabilidade primordial pelo exercício de valoração é da entidade cultural que contará com a participação ativa da comunidade ao seu entorno. Essa comunidade é um dos agentes que inclui as partes interessadas (Stakeholders), traduzem-se como um grupo heterogêneo e amplo. Essa perspectiva é potencializada quando nos debruçamos com diversas fontes, como a comunidade, grupos culturais, mercado, estado, conservadores, outros especialistas, proprietários, visitantes e cidadãos comuns.

Las instituciones culturales son las principales responsables de la preservación de la memoria de las comunidades, y las acciones enmarcadas en su planeación de actividades, cobijan procesos como el de la valoración cultural. El resultado del ejercicio de la valoración sirve como insumo para la toma de decisiones, y de esta manera poder dar cumplimiento a la misión de la institución cultural. (BASTIDAS e VARGAS, 2013, p.52)<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> “personas y grupos que contribuyen de manera voluntaria o involuntaria, a su capacidad de creación de riqueza y a las actividades y son, por tanto, sus posibles beneficiarios y/o portadores de riesgo”. (Tradução nossa)

<sup>18</sup> As instituições culturais são as principais responsáveis por preservar a memória das comunidades, e as ações enquadradas no planejamento de suas atividades abrangem processos como a valoração cultural. O resultado do exercício de valoração serve como insumo para a tomada de decisões e, portanto, é capaz de cumprir a missão da instituição cultural. (BASTIDAS e VARGAS, 2013, p.52)



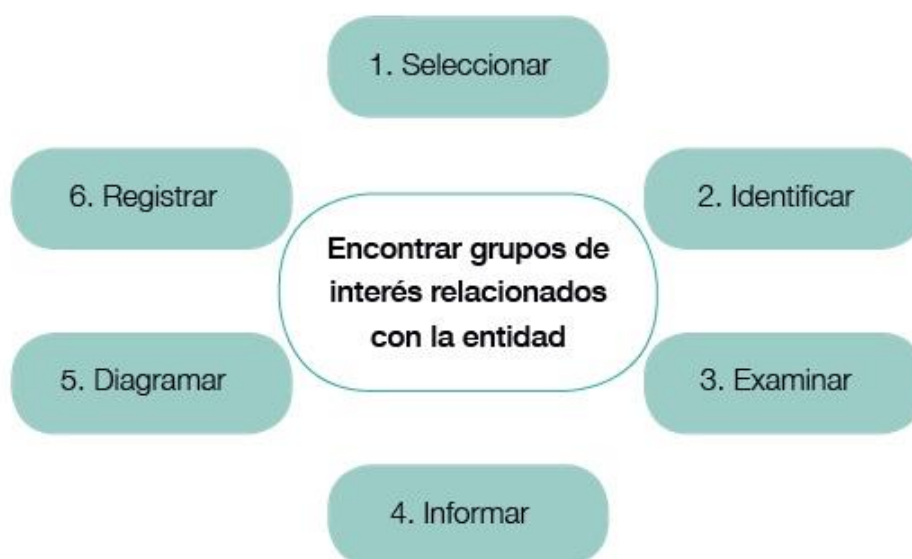


Fig.14: Esquema para Encontrar Grupos de Interesses. Fonte: Bastidas e Vargas, 2013, p.69

O que tem em comum entre esses interessados, reside na sua concepção ligeiramente diferente sobre o patrimônio e o que corresponderia seu valor. A depender do ator interessado, pode minimizar um valor em detrimento de outro que considera mais expressivo. Essa participação é essencial para tornar a valoração um processo mais democrático, além de oferecer um novo horizonte. As pessoas com quem contaremos durante essa etapa poderão impulsionar a realização das ideias levantadas anteriormente. Para Coelho (2018, p. 238)

Incluir diferentes atores no processo não significa afirmar que apenas os valores identificados pelos não especialistas serão considerados. Pelo contrário, é uma oportunidade também de identificação dos vazios informativos, das lacunas em relação ao conhecimento da sociedade sobre esses bens [...].

Tendo como foco a criação de um sistema de valoração participativa para bens móveis, o governo colombiano propôs uma metodologia que busca conectar especialistas, instituições e atores que possuem poder ou participação nas tomadas de decisões. O elemento basilar da proposta é a missão institucional que irradia para outros elementos como a participação da comunidade, almejando como resultado o desenvolvimento de políticas, atividades, planos e programas capazes de executar seus principais objetivos. É um sistema cíclico que precisa ser revisado e analisado periodicamente, podendo ajustar o tempo de acordo com o Plano Museológico.

Encontrar grupos de interesse é o primeiro parâmetro de execução que pode começar pela revisão do organograma e os responsáveis por cada departamento. A priori, pode ser elaborada

uma lista com os nomes de pessoas e instituições indicando a responsabilidade e um grau de influência nas decisões. Por exemplo: baixo, médio e alto.



Fig. 15: Plano de Valoração Participativa. Fonte: Bastidas e Vargas, 2013, p. 68.

Grupos de interés internos son aquellos grupos de personas que actúan absolutamente dentro de los límites de la organización, como el personal de los diferentes niveles de la organización (que incluyen departamentos administrativos os departamentos de limpieza o vigilancia). (BASTIDAS e VARGAS, 2013, p. 74)

Abrange admitir a participação de todas as pessoas, inclusive o departamento de limpeza e os guardas de sala, visto que estão constantemente com os bens e o público visitante. Isto faz parte do entendimento da narrativa do museu como espaço de socialização e o espaço de interação social.

A diferença primordial desta proposta é construir em conjunto com o público ao invés de buscar somente sua percepção. É árduo e desafiador, já que estamos habituados ao modelo tradicional de debater entre especialistas questões que impactam na esfera geral. Essa união ao final auxilia na constatação da necessidade de uma equipe interdisciplinar tendo em mente que suas ações ultrapassam barreiras físicas e de incluir seu público; compreendendo a valoração cultural como um processo inserido planejamento estratégico de instituições culturais, determinando as atividades relacionadas ao patrimônio cultural que abrigam e proteger.

## 2.3 Declarações de Significância

A análise de significância visa descobrir algo que expressa ou simboliza bens ou coleções e o que nos diz sobre quais significados ele transmite. O significado de um objeto ou coleção pode ser tanto qualitativo quanto quantitativo. A análise produz significância, aumenta ou diminui o valor do museu do objeto ou coleção ou pelo menos faz visível. A atribuição de significância acontece durante a análise de significância e requer a coleta de informações e a revisão do objeto, bem como a contextualização extensiva específica do objeto. A atribuição de importância é condensada na declaração de significância, após a qual decisões podem ser tomadas sobre ações sobre o objeto ou coleção. (HÄYHÄ; JANTUNEN; PAASKOSKI, 2018, p.9 -10)

Em 2001, o Conselho de Coleções da Austrália em parceria com o Conselho de Ministros da Cultura lançou o guia ‘Significance’ em 2009, teve sua segunda edição revisada (Significância 2.0<sup>19</sup>). Tem por objetivo fornecer um método para a avaliação da significância de objetos e coleções do patrimônio com parte teórica e exemplos de aplicação em instituições locais. Elaborado por Rosalyn Russell e Kylie Winkworth tendo como referência países como a Austrália e a Nova Zelândia. Contribuindo para o entendimento dos principais conceitos e passos para a sua aplicação, essa publicação tem como foco os bens móveis e apresenta exemplos da declaração de significância para o objeto em si ou para toda a coleção.

Entre os antecedentes dessa proposta está a Carta de Burra (1980) elaborada pelo ICOMOS Austrália e adaptada ao patrimônio cultural móvel. Além de conceitos elaborados em Cartas internacionais, a metodologia do Getty Conservation Institute e a primeira edição do guia Significância (2001).

O guia foi pensado para o uso em arquivos, bibliotecas, galerias e museus. A metodologia difere principalmente pelo seu recorte: coleções e objetos (bens móveis), além da profunda relação da comunidade constituída por pessoas interessadas na conservação do patrimônio e não centralizada na figura do especializada.

Como resultado desse processo a metodologia propõe a elaboração de uma *Declaração de Significância* como um resumo a partir das pesquisas reunidas a ser utilizada posteriormente

---

<sup>19</sup> Link para publicação: <https://www.arts.gov.au/sites/g/files/net1761/f/significance-2.0.pdf> Acesso em 21 mar 2019

como ferramenta de comunicação da importância do bem, ponto de partida de debate, sintetizador de conhecimento e como recurso para o desenvolvimento de políticas institucionais. Elas sistematizam uma visão geral dos valores dos bens, em contraponto ao Método ABC que leva em consideração as diferenças de valor relativo, para poder hierarquizar a alocação de recursos.

O diagrama a seguir (fig. 16) mostra o passo a passo do processo de avaliação da significância de objeto ou coleção, e em consonância com essas ações temos os critérios que auxiliarão na resposta à questão “como e porque um bem é importante?” Na extração das qualidades intrínsecas e extrínsecas ao objeto de estudo, a fim de afirmar o que é significativo. Os passos têm por objetivo contribuir como ferramenta para a gestão dos bens móveis, em políticas de preservação, aquisição e descarte, conservação, promoção, projetos colaborativos e salvaguarda.

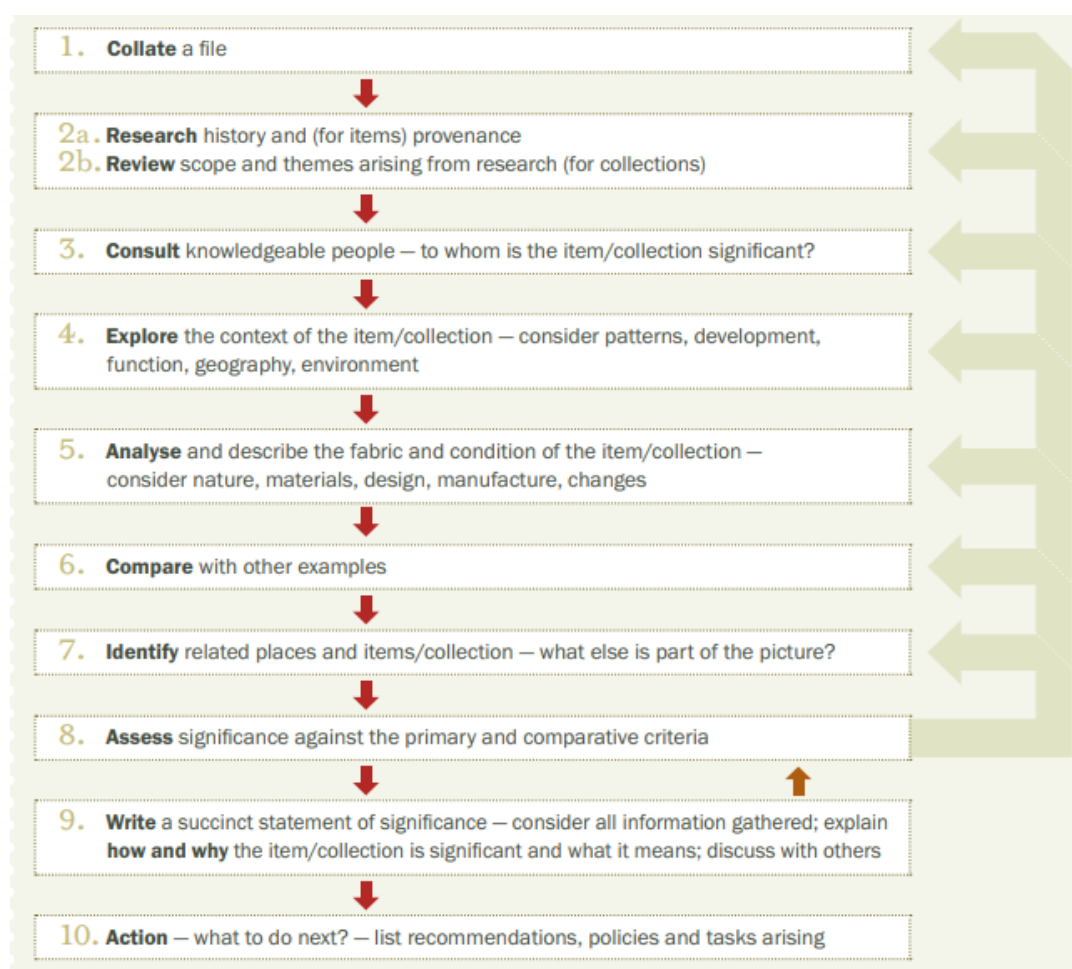


Fig. 16: Lista de Verificação de Valoração da Significância. Fonte: Russell e Winkworth, 2009, p.38.

De acordo com Hayha et al (2018, p. 9)

A atribuição de significância ocorre durante a análise de significância e requer a coleta de informações e a revisão do objeto, além de contextualização extensa e específica do objeto. A atribuição de significância é condensada na declaração de significância, após a qual as decisões podem ser tomadas sobre as ações referente ao objeto ou coleção. De fato, a análise de significância produz os maiores benefícios quando o significado ou usabilidade do objeto não é claro ou quando decidir sobre outras medidas requer mais detalhes análise. No entanto, a declaração de significância também pode resumir claramente o significado e os significados de um objeto quando eles já são conhecidos. (HÄYHÄ; JANTUNEN; PAASKOSKI, 2018, p.9. Tradução nossa<sup>20</sup>)

Seus usos vão desde resumir a importância do bem e/ou coleção em uma declaração, favorecer a comunicação com públicos diversos, sintetizar o conhecimento e facilitar o debate. Ainda como recurso para o desenvolvimento de políticas ou ações de pesquisa adicionais, interpretação ou gerenciamento de coleção. A seguir um exemplo de declaração realizada o acervo da *State Library of South Australia* e ligada a cultura aborígine.

#### Mountford-Sheard collection, State Library of South Australia

The Mountford-Sheard collection holds the wealth of material gathered by self-taught South Australian ethnographer CP Mountford (1890–1976) during a career spanning the 1930s to the 1960s. Included are field notebooks and journals, photographic images, motion pictures, sound recordings, artworks, correspondence and published works, along with his extensive personal library.

The collection holds items of great cultural significance to many Aboriginal communities in Australia, most particularly those in Central Australia, the Flinders Ranges, Arnhem Land and the Tiwi Islands. Mountford was a prolific note-taker and his journals provide a valuable insight into the practices of twentieth-century anthropology and ethnography.

The material produced by Mountford, particularly his photography, is significant because it is both respectful of and empathetic to the Aboriginal people and their culture. Such awareness and respect were absent from mainstream Australia at that time. The detail with which Mountford recorded artistic, religious and ceremonial life is of ongoing importance to the spiritual life of these communities.

The Mountford-Sheard collection was inscribed on the UNESCO Australian Memory of the World Register in 2008.

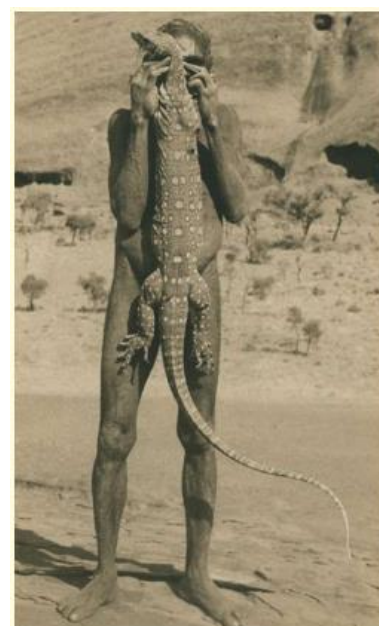


Fig. 18: Exemplo de Declaração de Significância. Fonte: Russell e Winkworth, 2009, p.55

<sup>20</sup> “The attribution of significance happens during significance analysis and requires the collection of information, and review of the object as well as object-specific, extensive contextualization. The attribution of significance is condensed into the significance statement, after which decisions can be made about actions concerning the object or collection. Indeed, significance analysis yields the greatest benefits when the significance or usability of the object is unclear or when deciding on further measures requires more detailed analysis. However, the significance statement can also clearly summarise the significance and meanings of an object when they are already known”. (HÄYHÄ; JANTUNEN; PAASKOSKI, 2018, p.9)

## 2.4 Valoração de acervos de acordo com o Método ABC

A valoração ocorre na primeira etapa de *Estabelecimento de Contexto* da metodologia de gestão de riscos. Para se compreender o bem são analisados os locais de armazenamento (interior e exterior) documentação como políticas e declarações escritas que padronizem e orientem as decisões de salvaguarda. É um processo que engloba diferentes atores e setores da instituição, e em especial na valoração, ele faz perguntas difíceis e é um método pouco difundido. Além de critérios óbvios, como regulamentos, será preciso orientação sobre qual magnitude de risco é "aceitável" e como a instituição lidará com cada magnitude de riscos.

O método utiliza a valoração de forma complementar as escalas ABC na tomada de decisão. São dois instrumentos que combinados dão um panorama abrangente de como cada bem pode ser afetado em um período de tempo determinado e quanto de valor relativo será impactado nesse evento. Dentro de uma coleção normalmente os objetos possuem valores iguais, isto se dá por múltiplos motivos como a classificação da sua relevância em níveis nacional, estadual, municipal ou local. Entre outros critérios criados para auxiliar os gestores em situações delicadas como se houver um incêndio quais objetos devem ser salvos primeiro e por quê.

A seguir serão apresentados dois exemplos de aplicação desta metodologia em países diferentes, o primeiro a Colômbia e o segundo o Brasil.

### 2.4.1 Programa de Fortalecimento de Museus da Colômbia (Museos Colombianos)

A proposta de metodologia de Valoração de Coleções Museológicas<sup>21</sup> surgiu a partir do projeto piloto 'Gestión de Riesgos de Museos en Colombia' liderada pelo Programa de Fortalecimento de Museus, Museu Nacional de Colômbia e Ibermuseus. A ação é apoiada pelo ICCROM e está alinhada ao Método ABC.

A publicação "*Valoración de Colecciones – Una herramienta para la gestión de riesgos em museos*" surgiu como uma proposta piloto para a gestão de riscos nos museus colombianos, com efeito nacional. A valoração foi aplicada pela primeira vez no país e foram selecionados dois museus, Museu Nacional Guillermo Valencia, localizado na cidade de Popayán e o Museu Juan del Corral, com sede em Santafé de Antioquia como estudo de caso. O guia permite a

---

<sup>21</sup> Link para publicação:

[http://www.museoscolombianos.gov.co/Gestindelriesgo/valoracion\\_de\\_colecciones.pdf](http://www.museoscolombianos.gov.co/Gestindelriesgo/valoracion_de_colecciones.pdf) Acesso em 26 mar 2019.

visualização dos procedimentos metodológicos sendo um exemplo de um país vizinho e colaborador, propondo como um dos instrumentos principais para a valoração a elaboração do diagrama de valor da coleção.

Neste último, está firmado no Decreto Federal nº 763, 10 de março de 2009, responsáveis pela declaração dos bens culturais da nação. Foi promulgado pelo Ministério da Cultura da Colômbia e tem como finalidade regular o regime especial de proteção dos bens da nação e as condições para que eles possam ser declarados como patrimônio cultural. O título II compreende os critérios de valoração para declarar bens de interesse cultural - BIC e são critérios que podem auxiliar na confecção de um método para a definição da significância cultural do bem.

Neste ponto, além de uma revisão de aspectos institucionais, a relação de uso de coleções, definição de atores e outros organismos que possuem poder de decisão acerca dos bens, deve incluir o “valor percentual de cada objeto ou grupo de objetos na coleção, com base no fato de que todo o valor da coleção é equivalente a 100%, ou seja, o valor cultural total a ser preservado.” (COHEN e REGUERA, 2013, p.7. Tradução nossa<sup>22</sup>)

Este passo é importante, pois está atrelado a priorização de ações e bens em momentos de crises ou desastres. Na gestão de riscos, torna-se um ponto chave porque contribui para a compreensão sobre a dimensão e magnitude dos riscos que podem afetar as coleções, tendo ao final a resposta à indagação: "Qual a perda de valor poderá ser provocada em cada objeto ou coleção exposta a um evento desastre? ”.

Para este primeiro empreendimento foram selecionados dois museus nacionais com predominância de coleções históricas e artísticas. Buscaram envolver os visitantes no processo, durante um mês (em cada museu selecionado) foi aplicado um formulário com poucas perguntas, girando em torno 'quais objetos que mais chamam atenção' e ' como se relacionam com a missão institucional', além do que gostariam de encontrar no museu (COHEN e REGUERA, 2013) A partir das informações levantadas com o público, foi definida uma matriz com critérios de valores mais gerais para a valoração dos bens, posto em contraste com contextos de significação tendo como base a missão institucional de cada museu.

---

<sup>22</sup> “el valor porcentual de cada objeto o grupo de objetos de la colección, partiendo del hecho de que toda la colección equivale a 100%, es decir, la totalidad del valor cultural que se desea preservar”. COHEN e REGUERA, 2013, p.7

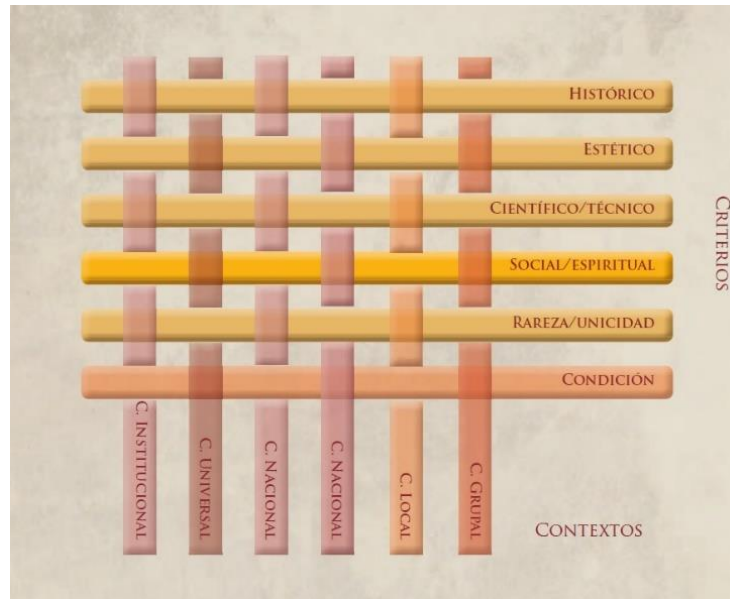


Fig. 19: Categorías de Valoración. Fonte: Cohen e Reguera, 2013, p.26

O primeiro caso corresponde ao ‘Museo Nacional Guillermo Valencia’.

La misión quedó definida en la Ley 80 de 1943, en la cual se estableció la fundación del Museo como una institución con sede en la ciudad de Popayán, creada para “honrar la memoria de Guillermo Valencia” (...) Con esta misión, además de todos los otros elementos que ya se han mencionado, se establecieron cinco grandes categorías que corresponden a: 1. Objetos históricos de importancia nacional. 2. Objetos relacionados con el contexto local. 3. Objetos relacionados con la familia Valencia. 4. Objetos relacionados con la vida literaria del maestro Valencia. 5. Objetos relacionados con la vida política de Guillermo Valencia. (COHEN e REGUERA, 2013, p.25)

Para realizar a categorización onde se expressaria as diferenzas entre a distribución dos valores reconhecidos en cada museo, tendo em vista que cada tipología de valor tem uma mesma importância para a instituição foram propostas categorías que seriam cruzadas por níveis de importância dentro das coleções.

O nível 1 inclui os objetos com ‘maior importância’ para os museus - indispensáveis para cumprir sua missão institucional. O nível 2, ‘importância média’ que seriam importantes para o desenvolvimento da missão e o nível 3 os de ‘menor importância’ e que podem ser classificados de coleções gerais.

Com execução dos processos anteriores, foi construído um diagrama de valores da coleção que tem como objetivo quantificar as diferenzas de valor entre as coleções e os seus níveis em um gráfico. Para os autores, este passo pressupõe una “estructura cualitativa de categorías a una cuantitativa de distribución de valores es un proceso complejo que requiere trabajar



estrechamente con el personal de las instituciones y las demás partes interesadas (...)”. (COHEN e REGUERA, 2013, p.26)

Ao final, a construção dos diagramas de ambas as coleções viabiliza um exercício que complementa as discussões que surgem durante a fase de avaliação ao mesmo tempo permitiu que as instituições fizessem um olhar reflexivo para sua própria coleção e a maneira de expor. Diferentemente das outras propostas analisadas esta tem como base a gestão de riscos e está relacionada à proposta de implementação nacional dessa metodologia

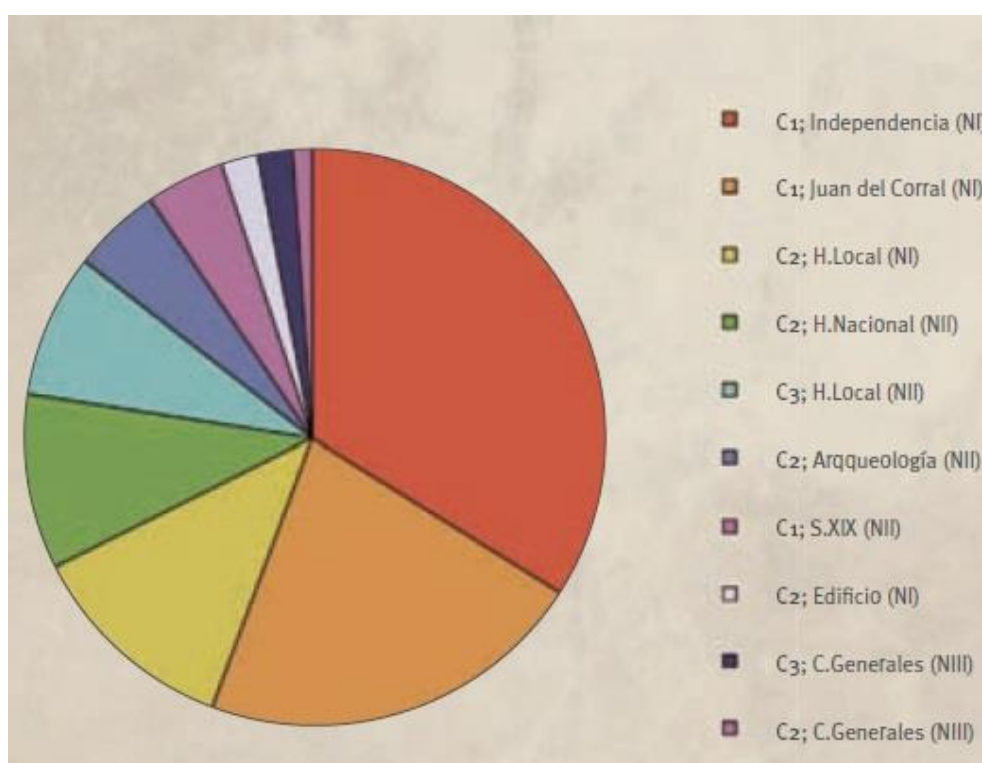


Fig.20: Diagrama de Valor do Museo Juan del Corral. Fonte: Cohen e Reguera, 2013, p.27

O desenvolvimento de uma experiência em um grau pequeno evidencia a preocupação e necessidade de domínio sobre uma ferramenta que possa fornecer dados claros, embasados por pesquisas e de fácil compreensão a respeito de priorização na gestão de recursos e planejamento de ações de salvaguarda.

A missão institucional é dada como ponto de partida para a valoração, visto que por meio do seu conteúdo é que os valores serão destacados e os níveis explorados. Tudo gira em volta dessa afirmação institucional tão importante e por vezes pouco explorada em nossas políticas institucionais.

Temos ainda, a preocupação com o visitante e sua visão para o desenvolvimento deste trabalho, essa inclusão “não apenas na valoração de coleções, mas no exercício de pensar sobre o museu, revela-se uma estratégia que traz enormes frutos” (COHEN e REGUERA, 2013, p.30. Tradução nossa<sup>23</sup>).

## 2.4.2 Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Desde sua criação em 1986, a Casa de Oswaldo Cruz (COC) consolidou-se como unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz dedicada à preservação do patrimônio cultural da Fiocruz e às atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil.

A Fiocruz é responsável por edificações históricas, arquivos, bibliotecas, coleções biológicas, museológicas e sítios históricos. Com o intuito de promover inovação e manter-se em sintonia com os conceitos e práticas internacionais, foi lançado em 2013 a *Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde*<sup>24</sup> que estabelece diretrizes e propõe ações integradas para os acervos sob sua salvaguarda, como a gestão de riscos.

Em 2018 é publicada a *Política Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz*<sup>25</sup> que amplia os conceitos já consolidados e os acervos impactados – agora em nível nacional e para todas as tipologias de patrimônio, além de reforçar novamente a necessidade de implantação da metodologia de gestão de riscos. Essa política emerge de um movimento de integração das ações de preservação de todas as coleções culturais e científicas da Fiocruz, com o desenvolvimento do Preservo - Complexo de Acervos da Fiocruz. O Preservo visa reunir as políticas de ações, tal como a criação de infraestrutura moderna e de tecnologias mais avançadas para a conservação e o acesso público ao extenso patrimônio da instituição entre todas as unidades detentoras de acervos da Fiocruz.

---

<sup>23</sup> “no solo en la valoración de las colecciones, sino en el ejercicio de pensar el museo, resulta ser una estrategia que brinda enormes frutos”. (COHEN e REGUERA, 2013, p.30)

<sup>24</sup> Link da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde <[http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica\\_preservacao\\_gestao\\_acervos\\_coc.pdf](http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf)> Acesso em 17 jul. 2019.

<sup>25</sup> Link da Política Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz <<https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-preservacao-dos-acervos-cientificos-e-culturais-da-fiocruz>> Acesso em 17 jul. 2019.

Em consonância com sua atuação, a partir de 2013 foi desenvolvido o Grupo de Trabalho (GT) de médio a longo prazo para implementar um plano de gestão de riscos para o patrimônio sob responsabilidade da COC no campus Manguinhos - RJ. Na primeira etapa foram contemplados os seguintes acervos: arquitetônico (Pavilhão Mourisco, Cavalariça, Pavilhão do Relógio), arquivístico, bibliográfico (BHCS/COC e Obras Raras/Icict), museológico e coleção entomológica/IOC.

O trabalho tinha como parâmetro basilar o Método ABC e a contratação do consultor externo, José Luiz Pedersoli Jr. Na primeira fase da metodologia (estabelecimento de contexto) foram realizados levantamentos buscando contextualizar o panorama institucional dos acervos selecionados e o procedimento de valoração desses bens.

Como se tratava de uma tarefa inédita e complexa, foram realizadas oficinas com representantes dos acervos e áreas de gestão. Nessas reuniões identificaram e formularam os atributos (valores), pesos, pontuações e fatores de intensidade que caracterizam o patrimônio institucional, levando em consideração o Estatuto da Fiocruz que consta sua missão e objetivos. Segundo Coelho (2018, p. 182) “a valoração deve levar em consideração a missão da instituição responsável pelo processo e ser realizada a partir do julgamento das partes interessadas (atores envolvidos)”.

Um exemplo é o acervo museológico que foi subdividido em Nível 1 (valor baixo), Nível 2 (valor médio), Nível 3 (valor alto) e Tesouros (itens especiais). Essa separação auxilia na aplicação da metodologia e visualização do acervo como um todo. A partir disto as partes interessadas selecionadas atribuíram uma pontuação de 0 a 6 (conforme fig. 18) para quantificar a presença dos atributos em cada elemento. Os subgrupos podem ser definidos a partir dos próprios objetos, os fundos ou coleções, as tipologias de bens ou agrupamentos por nível de valor, como selecionado pela equipe responsável pelo acervo museológico.

A análise quantitativa do valor relativo dos subgrupos selecionados foi realizada de acordo com uma escala comum de pontuação. Com as pontuações dos elementos obtidas, o próximo passo é a aplicação da fórmula desenvolvida pelo GT que leva em consideração VALOR x PESO x FATOR DE INTENSIDADE, sua soma dará base para o valor relativo que será obtido pela soma total de cada elemento, dividido pelo menor resultado atingido no subgrupo.

A utilização de recursos matemáticos faz parte da natureza do método quantitativo e contribui para distinguir a magnitude entre os acervos e auxiliar na tomada de decisão. Por exemplo, em um dos acervos o elemento A é 4 vezes maior que o elemento B, essa afirmativa pode desdobrar-se em questões gerenciais de alocação de recursos. A seguir, os atributos e suas definições.

<b>Atributo</b>	<b>Definição</b>	<b>Peso</b>
Valor científico / tecnológico (VC/T)	O componente do patrimônio contribui para a geração de novos conhecimentos, produtos ou políticas públicas através da pesquisa científica e tecnológica, seja como objeto de estudos, fonte de informação na área científica/tecnológica, material de referência.	40
Valor Histórico (VH)	O componente do patrimônio está diretamente associado e contribui para a compreensão e apreciação da memória e da história da saúde e das ciências, da Fiocruz e/ou do território que ela ocupa.	30
Valor educacional (VEd)	O componente do patrimônio contribui para a educação "formal" e "não-formal" por meio de sua utilização em atividades de ensino, divulgação e popularização da ciência e da saúde, educação patrimonial.	20
Valor probatório (VL)	O componente do patrimônio atesta origem, trajetória, atividades e transações de quem o produziu/acumulou; ou possui valor de evidência para confirmar ou refutar a veracidade de fatos.	8
Raridade / singularidade (R/S)	O componente do patrimônio contém itens únicos ou raros, itens de qualidade excepcionalmente elevada ou itens excepcionalmente bem estudados e documentados de um determinado espécime, equipamento, tipo ou estilo de obra, registro ou outro bem cultural material.	8
Procedência (P)	O componente do patrimônio tem sua autoria, origem e história bem documentadas e reconhecidamente vinculadas à Fiocruz e suas áreas de atuação.	8
Valor social (VSc)	O componente do patrimônio contribui para o estabelecimento de conexões sociais, redes e outras relações em um sentido amplo, incluindo a produção de informação e comunicação para a sociedade.	4
Valor artístico / estético (VAE)	O componente do patrimônio possui elevada qualidade artística/de design; ou contém itens ou elementos representativos de movimentos artísticos e/ou elementos executados de forma primorosa/ habilidosa; ou possui qualidade estética e/ou sensorial no ato da fruição.	4
Valor simbólico (VSb)	O componente do patrimônio contribui para a identidade e a imagem institucional da Fiocruz, interna e externamente.	4
Valor econômico (VEc)	O componente do patrimônio possui valor econômico significativo.	1

Quadro 5: Definições e pesos dos atributos da Casa de Oswaldo Cruz. Fonte: Coelho, 2018, p.298

Pontuação	Significado da pontuação
0	O componente do acervo <i>não possui este atributo</i> .
1	A presença deste atributo no componente do acervo é <i> muito pequena</i> .
2	A presença deste atributo no componente do acervo é <i>pequena</i> (da ordem de 3 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
3	A presença deste atributo no componente do acervo é <i>média</i> (da ordem de 9 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
4	A presença deste atributo no componente do acervo é <i>alta</i> (da ordem de 27 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
5	A presença deste atributo no componente do acervo é <i>muito alta</i> (da ordem de 81 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1"). Para itens com potencial <i>excepcional não realizado</i> adotar a pontuação "5".
6	A presença deste atributo no componente do acervo é <i>excepcional</i> (da ordem de 243 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1"). Esta pontuação corresponde à intensidade máxima do atributo considerando-se todos os acervos da Instituição.

Quadro 6: Significado das pontuações da Casa de Oswaldo Cruz. Fonte: Coelho, 2018, p.298.

Pedersoli (2010, p.10) discorre sobre a importância da quantificação relativa ou em outras palavras, a distribuição de valores entre os diferentes elementos de um acervo.

Uma vez que os riscos são definidos como “a chance de algo acontecer causando perda de valor para o patrimônio cultural”, é essencial entender e explicitar, por exemplo, como o valor total de um acervo cultural está distribuído entre as (sub) coleções, elementos e/ou objetos que o compõem (...).

Torna-se essencial este processo, na medida que podemos comparar e priorizar os diferentes tipos de riscos que impactam o patrimônio de forma sistemática e quantitativa. A tabela desenvolvida para realizar a valoração, detalhes do processo e explicação das escolhas do GT nesse primeiro ciclo, ainda se encontra em processo de divulgação pela Casa de Oswaldo Cruz, no formato de relatório.

O resultado desta primeira etapa pode ser apresentado em gráficos pizzas (diagrama de valor), e para Coelho (2018, p.183) essa estratégia de valoração “baseia - se no reconhecimento do valor total de determinada coleção ou edificação e da análise de como cada elemento do conjunto contribui (em termos percentuais) para o valor total”.

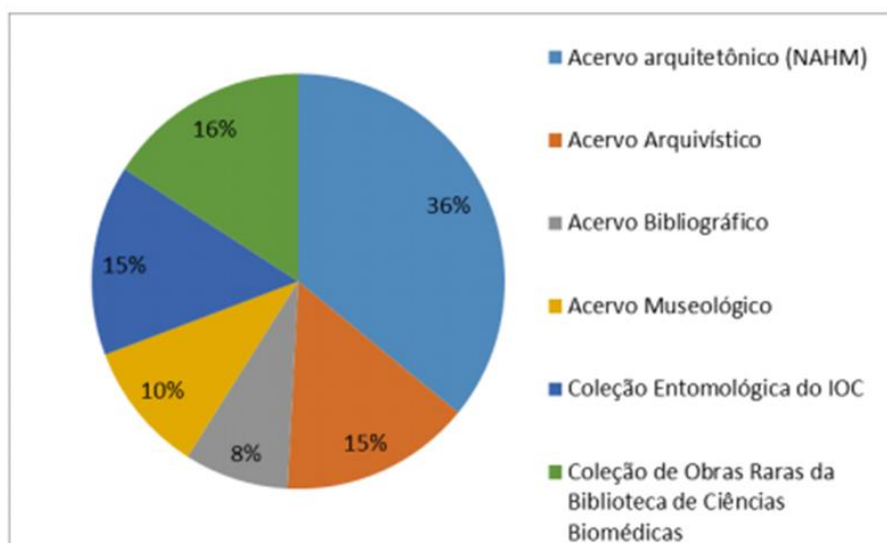


Gráfico 1: Diagrama de valor dos acervos da Fiocruz Fonte: Coelho, 2018, p.18

## CAPÍTULO 3 – Valoração da Coleção de Febre Amarela do Museu da Patologia – IOC

### 3.1 Coleção de Febre Amarela entre o “tempo” e o “espaço”

A Coleção de Febre Amarela (CFA) do Instituto Oswaldo Cruz remonta aos idos de 1903, quando Oswaldo Cruz e o cientista Henrique da Rocha Lima concebem a criação do Museu de Anatomia Patológica - o primeiro da instituição hoje conhecida como Fundação Oswaldo Cruz. Seu acervo foi formado por culturas bacterianas, cortes e blocos histológicos. Segundo Soares e Nogueira (2017, p. 18) o museu não era aberto à visitação pública, sendo considerado de apoio à pesquisa.

Em 1918, com a conclusão da obra do Castelo Mourisco (também chamado de Pavilhão Mourisco), começaram a operar no prédio inúmeros laboratórios e salas foram destinadas à fabricação de vidraria e realização de cursos. Na mesma época se implantaram os gabinetes fotográficos e cinematográficos, além de estufas. Ocupando toda uma ala do terceiro andar do novo edifício, o Museu de Anatomia Patológica, que vinha sendo constituído desde 1903, viria a ser o guardião das primeiras coleções da instituição: amostras de anatomia patológica, parasitologia, micologia e entomologia coletadas por pesquisadores da instituição durante seus trabalhos investigativos.

Essa ação fazia parte de um movimento de consolidação do Instituto Soroterápico Federal<sup>26</sup> em exposições internacionais sobre temas relacionadas as pesquisas desenvolvidas como: higiene, demografia sanitária e à medicina. Para os autores, os marcos dessas ações estão nas exposições ocorridas em 1907 e 1911, na Alemanha, participando no Congresso de Higiene e Demografia (1907) em Berlim, no qual o Brasil saiu premiado com medalha de honra por sua exibição e o que acabou mais tarde, consolidando o país na área científica mundial. Participando depois do Congresso de Higiene de Dresden, em 1911.

A estrutura do seu acervo partia de órgãos com alteração recolhidos após autópsias, peças anatômicas de trabalhos e pesquisas deveriam ser anexadas ao Museu. A guarda da coleção ficava a cargo da Seção de Anatomia Patológica do então Instituto Soroterápico

---

<sup>26</sup> Em 1907, o Instituto Soroterápico Federal passou a chamar-se Instituto de Patologia Experimental, expressando a orientação de atividades que passara a predominar com a direção de Oswaldo Cruz e, em 1908, ano em que Cruz obteve uma importante premiação na Exposição de Demografia e Higiene de Berlim, o Instituto ganhou oficialmente o nome de seu diretor que voltou ao Brasil saudado como herói nacional. ” (Instituto Soroterápico, 2019)

Federal. Com o crescimento do Instituto e da Seção, esta passou a se chamar Divisão de Anatomia Patológica (OLIVEIRA e MACHADO, 2011).

A Coleção de Febre Amarela é formada posteriormente com a criação do Laboratório de Histopatologia (1931) frutos do acordo firmado entre o governo brasileiro e a Fundação Rockefeller, após a epidemia de 1928, objetivando erradicar a febre amarela do país e que se mostrou impossível dada a descoberta do ciclo silvestre da doença.

Ligado à campanha antiamarílica, o viscerótomo era utilizado para fins de diagnóstico ‘*post mortem*’ onde era retirado um fragmento do fígado do falecido, logo depois convertido em bloco de parafina e que por fim dava origem a lâminas para realização para a constatação da doença. Sendo enviado até o laboratório onde passava pela triagem de cinco patologistas, a fim de serem analisados e a partir do consenso deliberar o diagnóstico final.

Para melhorar e possibilitar o diagnóstico necroscópico da doença e o controle da ocorrência dos casos em todo território nacional sem a necessidade da presença de um médico para a coleta de material foi implantada a viscerotomia. Com o instrumento (viscerótomo) e a técnica apropriada, qualquer pessoa treinada, mesmo sem formação na área de saúde, era capaz de coletar um fragmento de fígado de uma pessoa que tivesse falecido com suspeita de febre amarela. (OLIVEIRA e MACHADO, 2011, p. 158)

O viscerótomo mostrou-se uma inovação em relação à forma tradicional de diagnóstico e mais aceita pela população (fig.20), as autópsias ou aberturas parciais foram substituídas por uma punção simples no fígado sem a ocorrência de mutilação. Um procedimento de no máximo 30 segundos, dispensando outros equipamentos com uma abertura pequena afastando as roupas.

Os falecidos selecionados eram pessoas vitimadas por doenças consideradas mais ou menos agudas (febris ou não) que evoluíram num período de dez dias. Essa nova maneira tornou o procedimento mais humanizado, já que eram recomendáveis que os parentes vissem a abertura feita pelo instrumento (SERVIÇO DE FEBRE AMARELA, 1937, p. 2-5)





Fig.21: Representação esquemática do viscerótomo. Fonte: Serviço de Febre Amarela, 1937, p. 7

Em 1939, o convênio estabelecido entre os dois países é encerrado e o governo brasileiro cria o Serviço Nacional de Febre Amarela - SNFA<sup>27</sup> que funcionava nos moldes da Fundação Rockefeller e a doença vai ficando restrita às áreas silvestres. Em 1949, todo o acervo do Laboratório de Histopatologia, seus funcionários e infraestrutura foram transferidos para o Instituto Oswaldo Cruz, pois “como os patologistas deste laboratório já colaboravam com os da

<sup>27</sup> Art. 1º O Serviço de Febre Amarela que esteve a cargo da Fundação Rockefeller até 31 de dezembro de 1939, passa a denominar-se Serviço Nacional de Febre Amarela, e fica subordinado ao Ministro da Educação e Saúde. Art. 2º Compete ao Serviço Nacional de Febre Amarela fazer, em todo o território nacional a profilaxia da febre amarela, mediante a prática das medidas adequadas a esse fim, especialmente os serviços de vacinação, de viscerotomia e anti-culicidiano. (DECRETO - LEI Nº 1975, 23 jan. 1940)

Divisão de Anatomia Patológica, lá se instalaram juntamente com o acervo” (OLIVEIRA e MACHADO, 2011, p. 159).

Esse evento está interligado a outros fatores como a descentralização do modelo institucional na década de 1930, atrelada a perda da autonomia financeira e político - administrativa. Dada com a transferência do Instituto para o Ministério da Educação e Saúde com a redução drástica de recursos e a intervenção no campo da saúde, como o veto a comercialização de vacinas que produzia e chegava a somar 30% do orçamento.

A dupla jornada de ensino e pesquisa foram comprometidas com a Lei de Acumulação de Cargos (1937) onde tinha-se que optar por uma das carreiras, levando muitos pesquisadores renomados a abandonarem a instituição, uma vez que anteriormente a essa lei “a acumulação permitia que a comunidade científica brasileira, de proporções reduzidas, se desdobrasse entre várias instituições e redobrasse seus salários.” (SCWARTZMAN, 1979 apud HAMILTON, 1989).

Em 1942, com o pano de fundo da 2ª Guerra Mundial as verbas voltaram a crescer e se tornar mais constantes, com o instituto entrando no esforço de guerra na produção de soros, vacinas e outros produtos acionados naquele momento. A estrutura administrativa neste período ficou inalterada até 1962, quando foram acrescentados novos departamentos e mais burocratização, alargando mais o distanciamento entre a pesquisa e o ensino.

Sempre houve conflitos no IOC, especialmente nos períodos sucessórios. As divergências, porém, eram sempre superadas em prol de um consenso relativo, baseado em escolhas internas do diretor, tendo seu mérito reconhecido pela comunidade científica. Depois dessa gestão o consenso não foi recuperado, o que tornou a instituição ainda mais vulnerável às oscilações conjunturais e às ingerências políticas externas, que se refletiam internamente na crescente disputa pelos escassos recursos, nas crises de legitimidade e na instabilidade política de suas diretorias. [...] geraria uma série de conflitos que dividiriam o corpo técnico em frações que buscavam apoio político externo. (HAMILTON, 1989, p. 9)

Outro evento significativo é o denominado 'Massacre de Manguinhos' que ocorreu durante o período da Ditadura Militar, no início de 1970. A Divisão de Anatomia Patológica, local de guarda da CFA, sofreu juntamente com a instituição perdas irreparáveis e sua desagregação.

Antes de focalizar o Instituto Oswaldo Cruz na conjuntura que vai de 1964 - ano do golpe militar - a 1970 - ano da cassação e aposentadoria de dez de seus pesquisadores - é necessário recuar na sua história. (...) os conflitos que tomaram sua forma clara e se radicalizaram naquele momento dizem respeito a questões que acompanharam a trajetória da instituição desde suas origens. (HAMILTON, 1989, p. 7)

Em 1964 a nova conjuntura nacional agravou os conflitos no campus Manguinhos. O AI - 1 (Ato Institucional) foi responsável pela abertura de inquéritos policiais sob o prisma da segurança e o IOC não ficou de fora. Uma subcomissão foi instalada no mesmo ano e outra em 1966 no instituto para apurar movimentos de oposição e o que era considerado como 'subversão comunista', configurando um ambiente de grande instabilidade e insegurança.

Em 1º de abril de 1970, sob a conjuntura do AI - 5 ocorreu o evento que ficaria conhecido como Massacre de Manguinhos<sup>28</sup>. Neste dia, temos o fechamento de laboratórios básicos, a destruição de coleções, cassação e aposentadoria compulsória de dez dos cientistas<sup>29</sup> mais renomados da instituição. (SANTANA, 2017, p.3)

Para Hamilton (1989) as bases para essa crise podem ser separadas em duas esferas: institucional e política. Na institucional devido à perda da autonomia política e financeira, falta de recursos e divergências entre grupos internos sobre o futuro da instituição pesaram na situação. Na esfera política, a autora coloca luz às divergências entre posições no IOC, como a exclusão de grupos de oposição à diretoria. Como podemos visualizar, abaixo:

Muitos cientistas atribuem a ascensão de Rocha Lagoa ao Ministério da Saúde um papel importante na cassação. Ele teria conseguido, através de acesso aos poderes repressivos, encontrar a oportunidade para concretizar vinganças pessoais. Há bastante tempo ele era considerado por alguns de seus colegas um mau pesquisador. [...] por outro lado, Rocha Lagoa acusava estes cientistas de serem anarquistas e desorganizados, principalmente quando se referia à gestão de Joaquim Travassos, na qual a maioria ocupava cargos de chefia. (HAMILTON, 1989, p. 16)

Para Santos (2016), as vertentes para o estopim do "massacre" são complexas e envolvem até mesmo a disputa pela condução científica no país onde haveria uma reivindicação por um ministério voltado à ciência e tecnologia. Segundo D'Ávila (2019) se concretizaria apenas em 1985 com a criação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e

---

<sup>28</sup> O chamado Massacre de Manguinhos, expressão cunhada por um dos cassados, o médico e entomologista Herman Lent, um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em corajoso depoimento publicado anos depois, em 1978, em seu livro O massacre de Manguinhos (editora Avenir). (D'AVILA, 2019)

<sup>29</sup> Decreto publicado em primeiro de abril de 1970 suspendeu os direitos políticos dos pesquisadores Haity Moussatché, Herman Lent, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Cid de Mello Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Braga Ubatuba e Tito Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque. Dois dias depois, os mesmos cientistas foram também aposentados compulsoriamente, ao lado de mais dois colegas que não apareciam no primeiro decreto — o médico imunologista e especialista na área de Micologia Masao Goto e o parasitologista Domingos Arthur Machado Filho. (UM RESGATE, 2013)

Comunicações - MCTIC “o que ampliaria a autonomia administrativa do IOC e de outros órgãos de pesquisa e permitiria a consolidação da produção científica nacional”.

Outro aspecto deste evento estaria associado a problemas de relacionamento entre o diretor do IOC, Francisco Rocha Lagoa e cientistas que se estenderia a embates desde o rumo da instituição à acusação de serem uma 'célula comunista' no campus. De acordo com Santos (2016), entretanto, seria ‘simplista’ considerar diferenças pessoais como a principal causa da cassação dos cientistas.

(...) os atritos pessoais entre os cientistas decorreram sobretudo de concepções distintas acerca de um projeto de ciência para o Instituto Oswaldo Cruz e mesmo para o país. Acrescido a isso, a ideologia do anticomunismo, presente como política governamental e como organizadora da prática policial a partir da década de 1930, fortaleceu os argumentos para a atuação efetiva dos órgãos de repressão do Estado no controle sobre as atividades praticadas pelos cientistas dentro e fora da instituição. (SANTOS, 2016, p.10)

No tocante a Coleção de Febre Amarela – como as que estavam no Departamento de Patologia, esta foi transferida para um dos andares do Pavilhão Gomes Faria, um espaço ínfimo ao ser comparado com os cinco andares em que era abrigada. Para "abrir espaço" nas salas, lâminas e amostras de órgãos foram descartadas. (KERR, 1998)

Parte do acervo correspondente a blocos e lâminas acabou se deteriorando ou foi perdido, o material em formol conseguiu ser preservado (OLIVEIRA e MACHADO, 2011, p. 159) (MUSEU DA PATOLOGIA, 2019). Por exemplo, o material remanescente dos documentos e objetos que precisaram ser armazenados em ‘esconderijos’ da instituição, em decorrência das apreensões ocorridas durante o regime militar. Parte significativa do material ficou degradada, até mesmo inviabilizada pelas condições em que precisaram ser mantidas até a retomada do regime democrático de direito.

Em entrevista concedida para o projeto “Memória das Coleções Científicas da Fundação Oswaldo Cruz”, Itália Kerr<sup>30</sup> - responsável pela recuperação do acervo da Coleção de Febre Amarela e do Museu da Patologia em 1985, relembra as condições do acervo e as dificuldades

---

<sup>30</sup> Em 1985, Itália Kerr tornou-se responsável pela recuperação e reorganização do acervo da Coleção de Febre Amarela e do Museu de Anatomia Patológica. No final da década de 1980, interrompeu suas atividades junto a esta coleção por falta de recursos e condições de trabalho. Aposentou-se como pesquisadora do IOC em 1991. Em 1994, reiniciou suas atividades como curadora, no momento em que o Departamento de Patologia do IOC e a Casa de Oswaldo Cruz passaram a apoiar o seu trabalho de conservação e manutenção do acervo, tendo permanecido nesta função por alguns anos. (BASE ARCH, 2019)

enfrentadas oriundas do 'massacre'. No final da década de 1970, a pesquisadora do IOC teve um primeiro encontro com a Coleção de Febre Amarela da qual seria curadora anos mais tarde.

A pesquisadora relata sua ida ao corredor no 'Laboratório do Pedro Jurberg' – chefe na época do Departamento de Biologia, Laboratório Avaliação e Promoção da Saúde Ambiental do IOC.

[...] olhei assim e vejo uns armários abertos com uns livros.... Eu disse: “Engraçado, aquilo ali parece material da febre amarela.” Aí eu perguntei: “Que material era aquele ali?” “Ah! é um material que veio da Patologia.” “Posso dar uma olhada?” Aí vi que eram muitos documentos da Febre Amarela. (KERR,1998, FITA 4, LADO B, p.16)

Através da análise de depoimentos percebemos a extensão da crise enfrentada a partir do início da década de 1970 e como esta afetou a coleção diretamente. Resultou no seu abandono generalizado em galpões por mais de dez anos. O departamento que mantinha a CFA foi desmantelado nessa época, contando com uma equipe reduzida de quatro pesquisadores que ocuparam um prédio 'insalubre' até a mudança para o Pavilhão Rocha Faria.

Destino parecido ao da Coleção Entomológica do IOC, também desmantelada durante o ocorrido. Nesse caso parte do acervo que havia sido entregue ao Museu de Zoologia da USP demorou 35 anos para ser reincorporado ao acervo original, depois do trabalho incansável de diretores, curadores e pesquisadores. Como explicam Costa et al (2008, p.401 - 410)

O 'massacre' não se limitou apenas à expulsão de renomados cientistas da instituição; toda a estrutura física que havia sido integralmente desmantelada, e os armários contendo material científico foram transportados em condições inadequadas para o porão do antigo prédio do Hospital Evandro Chagas, no campus de Manguinhos, ocasionando perdas e danos irreparáveis a inúmeros exemplares da coleção. Naquele momento, algumas partes do acervo foram enviadas para outras instituições com o intuito de protegê-las e também para darem suporte a projetos de pesquisa em andamento. Com esse objetivo, o Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP) recebeu dípteros da Coleção Entomológica do IOC, que ficaram sob a responsabilidade dos pesquisadores Nelson Papavero (MZUSP) e Ângelo Pires do Prado (Unicamp).

Na década de 1980, já no processo de redemocratização e constituição cidadã houve um processo de reestruturação do Instituto Oswaldo Cruz - IOC que passa a ser uma unidade da Fiocruz, e começa a contar com departamentos. Entre eles, o Departamento de Patologia (anterior Divisão de Anatomia Patológica) que passa a centralizar seus esforços na capacitação dos pesquisadores, modernização das instalações e no trabalho com Patologia Experimental.

Em 1984 o casal de pesquisadores, Dr. Henrique Lenzi e a Dr.<sup>a</sup> Jane Lenzi chegaram para trabalhar no Departamento de Patologia. Nesta época, estavam interessados na Coleção de Febre Amarela que estava perdida. Até aquele momento se tinha conhecimento de que parte da documentação se encontrava no Departamento de Biologia. Mais tarde acabariam por descobrir outra parte no porão do Hospital Evandro Chagas.

[...] quando cheguei na ala onde a Febre Amarela, diziam que estava, aí eu vi os armários do Museu. Eu comecei a ver tudo, aí é que eu vi. Mas, era uma coisa que a gente não podia nem entrar, menina! Era assim tudo amontoado. Você sabe que eu acho que as pessoas chegavam, tinha uma cadeira velha, jogavam a cadeira ali, tinha uma gaiola, jogavam a gaiola assim. Agora logo ali assim, era uma porta grande, pesada, era até fechado com cadeado, mas aquilo estava sempre aberto, porque o pessoal da limpeza, fez um depósito ali. (KERR, FITA 5, LADO A)

Em 1985, iniciou-se um processo de recuperação da Coleção de Febre Amarela e de Anatomia Patológica sob a responsabilidade da Dr.<sup>a</sup> Itália Kerr, contando ainda com o início da organização de uma coleção do Departamento de Patologia - responsável pela guarda do acervo de memória biológica e documental das pesquisas realizadas, serviços prestados em diagnósticos e colaborações científicas.

Em suma, essa fase faz parte do renascer do departamento e de suas atividades de ensino, pesquisa e consultoria. O departamento ainda assumiu, neste período, a salvaguarda definitiva dos acervos produzidos pela Seção | Divisão de Anatomia Patológica e a Coleção de Febre Amarela.

A partir de um acordo com a Casa de Oswaldo Cruz, todos os documentos referentes à Coleção de Febre Amarela foram recuperados, organizados e inventariados pelo Departamento de Documentação e Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz e encontram-se sob a sua guarda. (OLIVEIRA e MACHADO, 2011, p. 159)

O início da recuperação envolveu desde tarefas simples como a limpeza do local e retirada de elementos estranhos a coleção, como carrinhos de aparar grama. Mas, ao longo do tempo se mostrariam difíceis pela falta de uma equipe de trabalho já que contava somente com um profissional e a participação de profissionais de limpeza geral. A coleção higienizada foi transferida para o prédio da Cavalariça - local de guarda temporária, no final da década de 1980.

As dificuldades dessa empreitada foram aparecendo, na medida que a falta de apoio institucional, profissional e financeiro, cresceu. Na coordenação deste projeto, temos o primeiro afastamento da Dr.<sup>a</sup> Itália da CFA, dada em parte a hostilização por parte do departamento às

suas atividades exercidas na recomposição do acervo e seu 'afastamento' da pesquisa, como dos motivos exemplificados acima.

Um acontecimento que concretiza essa fase é sua licença por dois meses e seu retorno à instituição - a coleção é encontrada em estado lastimável de degradação e ela acaba voltando a pesquisa até a sua aposentadoria em 1991.

[...] quando eu voltei que fui abrir a Cavaliça, tinha virado depósito de coisas velhas da Patologia. Tudo jogado assim de qualquer maneira e um vidro da claraboia tinha quebrado, estava entrando chuva e ninguém tinha tomado a menor providência, estava chovendo em cima de um gaveteiro. Sabe? Me deu vontade de chorar. Não é possível, que falta de consideração com as coisas. (KERR, FITA 5, LADO B)

Em 1994, a Dr.<sup>a</sup> Itália voltou como curadora do Museu da Patologia depois de dois anos desde sua aposentadoria. Neste retorno, tinha como prioridade a recuperação da coleção que já estava novamente renegada ao descaso e o início da negociação para " um espaço definitivo para colocar essa coleção", visto que para Dr.<sup>a</sup> Itália Kerr, se esse espaço não esteve garantido formalmente, em suas palavras, "eu não vou trabalhar, porque não adianta." (KERR, FITA 6, LADO A).

O local definitivo foi no último andar do Pavilhão Gomes Faria, onde fica atualmente o Laboratório de Patologia. Já transferida para o seu lugar definitivo, começaram os primeiros contratempores desta nova fase. Com o tempo, foram colocados objetos estranhos à coleção na sala, transformando aos poucos em mais um depósito. Como consta em um relato emblemático da curadora, Dr.<sup>a</sup> Itália Kerr.

(...) um dia eu chego lá e vejo tudo escancarado, tudo aberto. Eu entro lá estou vendo uns aparelhos de ar condicionado velhos, tudo caindo pelos pedaços, quando eu olho assim, menina, tinha sido transformado num outro... (...) num depósito, tudo jogado em cima dos gaveteiros, dos arquivos, e as portas todas fechadas, mas quem estava lá era uma bolsista que trabalhava com ele, já conhecia, virei para ela e disse assim: "O que é isso?" "Ah, doutora, eu não sei, estou aqui porque me mandaram trazer esses aparelhos de ar condicionado". (...) olha menina, eu não sei como é que eu não tive um desmaio, um negócio. Aí as outras salas estavam fechadas. Aí "Você tem a chave?" "Tenho". Foi abrindo, tudo depósito, tudo móvel velho, coisa velha, gaiolas velhas e tudo e naquele espaço que ele tinha pedido para pôr uma gaiola, sabe o que que era? Gaiolas com animais, um cheiro de urina, uma sujeira. (KERR, FITA 6, LADO A)

Esse fato, em conjunto com outros ligados ao uso indiscriminado do espaço reservado à coleção sem autorização prévia por parte da curadora, disputa pelos equipamentos que fazia parte e o descontentamento pessoal e profissional com a falta de apoio institucional culminam com a sua saída definitiva da curadoria.

Como podemos apreender com um dos últimos relatos, mesmo com uma possibilidade de bolsa renovada para continuar seu trabalho na coleção, a decisão final continuou a mesma. “(...) Aí fui lá pra Lisabel e disse: “Lisabel, eu não ponho mais os pés aqui, você me desculpa, mas eu não posso mais não”. ” (KERR, FITA 6, LADO A). Encerrando esse ciclo que começou em 84.

No início da década de 2000, as coleções deste departamento foram transferidas para o Pavilhão Lauro Travassos, ganhando um laboratório que seria utilizado para a manutenção do acervo e a implantação de dois projetos: Programa Permanente de Salvaguarda do Acervo das Coleções do Museu e o Programa de Digitalização Continuada de Acervos (em continuidade atualmente) e em 2005, foi credenciada como fiel depositária.

O Museu da Patologia reestruturado em 2007 passa a abrigar as três coleções biológicas e se coloca como uma testemunha das transformações vividas pela instituição e pelo próprio país, contada e sistematizada pelo seu acervo. Constituída pelas coleções:

- 1) Coleção da Seção de Anatomia Patológica (Coleção original do Museu);
- 2) Coleção de Febre Amarela (uma das preocupações de Oswaldo Cruz quando assumiu a Direção Geral de Saúde e pela qual delegou o depósito no acervo do material de autópsia dos casos da epidemia do início do século passado); e
- 3) Coleção do Departamento de Patologia do IOC (Coleção de pesquisa que se originou e que ainda hoje recebe material para seu acervo proveniente das pesquisas que foram/são realizadas pelo Departamento de Patologia, cuja origem é Seção/ Divisão de Anatomia Patológica). (MUSEU DA PATOLOGIA, 2019)

Com essa nova reestruturação, temos a elaboração do Planejamento Estratégico para o Museu e suas coleções no período de 2007 a 2016, baseado na matriz SWOT e subdivididos em projetos que levam em conta o potencial de cada coleção. A CFA tem o projeto de modernização através do cumprimento de dois programas. Isto mostra o potencial inovador e empreendedor dos curadores do museu, buscando sempre captar novas formas de recursos e auxílios para o alcance de sua missão.

O primeiro, denominado como 'Programa Permanente de Salvaguarda do Acervo' e com apoio da Faperj, tem como objetivo principal a manutenção técnica como a troca do fixador, limpeza individual de cada bloco e lâmina tendo em vista o tamanho do acervo. O segundo, denominado como 'Programa de Digitalização Continuada do Acervo da CFA' e com apoio dado pelo BNDES, contratou uma empresa especializada em digitalização de acervos, com 90 mil lâminas em um ano. À equipe do museu, coube a limpeza técnica e preparação de seu



acondicionamento. Ainda, sob o escopo deste programa foi iniciado a estruturação do banco de dados para a disponibilização online.



Fig.22: Coleção de Febre Amarela no pós-crise em 2005-2006. Fonte: Museu da Patologia,2019.

A Coleção de Febre Amarela nascida do esforço contra um vírus assolador que causava incontáveis mortes por onde passava e fruto da investigação científica para produção de uma vacina na década de 1930, resultou no acervo composto atualmente por cerca de 500 mil amostras de fígados de pessoas que faleceram com suspeitas de febre amarela, coletadas entre 1931 e 1970 (denominada de Subcoleção Histórica).

A Subcoleção Histórica constitui o acervo gerado pelo Laboratório de Histopatologia da Febre Amarela, fruto do convênio entre o governo brasileiro e a Fundação Rockefeller, procedentes de todo o território brasileiro e de alguns países vizinhos. Cada caso apresenta-se como uma peça conservada em formol, um bloco parafinado e corte (s) histológico (s) corado (s) em lâmina (s) além de acompanhar vasto material documental que se encontra na Casa de Oswaldo Cruz.



Fig. 23: Bloco de Parafina, Lâmina de Corte Histológico e Frasco com material envolto em gaze de fragmentos de fígados obtidos por viscerotomia. Fonte: Museu da Patologia, 2019.

A Subcoleção Experimental foi iniciada em 2009 a partir da necessidade da coleção receber o depósito de material histopatológico de febre amarela, proveniente do projeto realizado em colaboração entre duas Unidades da Fiocruz (Bio-Manguinhos e IOC), e composta atualmente por 34 casos (depositados pelo Laboratório de Patologia – produto de projeto de estudo da análise histopatológica de embriões de galinha infectados com amostra de vírus 17DD). (OLIVEIRA e MACHADO, 2011, p. 160)

Entre outros acervos pertinentes a essa coleção, podemos destacar protocolos de pesquisas, registros de casos da doença, fichas com laudos da histopatologia, além de fotos de indivíduos e locais de coleta. As contribuições pregressas dessa coleção para a saúde pública brasileira são extensas (MUSEU DA PATOLOGIA, 2018), entre os destaques estão:

- Embora estivesse direcionado para a febre amarela, o serviço de viscerotomia possibilitou a descoberta e o mapeamento de várias outras doenças: Henrique Penna ao examinar lâminas dadas como negativas para febre amarela por outros patologistas, deparou-se com uma lesão intrigante que ele verificou tratar-se de um caso de leishmaniose visceral, também conhecida por Calazar. Foi o primeiro relato desta doença no Brasil, o que rendeu a Penna a publicação da descoberta na revista *Brasil Médico* (1934, 48: 949-950).

- Mapeamento detalhado dos casos de febre amarela, da presença do vetor e das condições de vida dos brasileiros, formando um retrato bem documentado da situação socioeconômica da época e dos problemas enfrentados pela Campanha de combate à febre amarela. Esse mapeamento permitiu o estudo sistemático da população e o ambiente em seu conjunto;
- Identificação de milhares de espécimes de mosquitos e outros artrópodes capturados pelo Serviço de Febre Amarela. (MUSEU DA PATOLOGIA, 2018)

Segundo Barbara Cristina Dias, Patologista da Fiocruz e curadora adjunta do Museu da Patologia, os patologistas envolvidos na pesquisa, tornaram-se grandes especialistas e passaram a ser referências de procedimentos a serem implantados.

Todos os procedimentos realizados até aquela data geraram um grande *know-how* sobre a doença para os patologistas brasileiros, tornando-os consultores e especialistas no assunto. Tanto que, por volta de 1934, devido ao grande número de casos da doença na Colômbia, foi enviado ao Brasil um patologista colombiano para treinamento de diagnóstico necroscópico da febre amarela. Naquele mesmo ano, também com a colaboração da Fundação Rockefeller, foi fundado um laboratório para o diagnóstico da doença em Bogotá. (KIFFER, 2014)

Um dos resultados é a 'coleção irmã' na Colômbia, em proporções menores e de paradeiro final desconhecido. Outra curiosidade é a 'Série X' que agrupa casos com o diagnóstico aberto, já que o consenso deveria contar com cinco votos e caso o contrário, era posto nesta série até a conclusão do resultado. Nessas incursões era comum encontrar outras enfermidades, como o caso da doença de Calazar – o primeiro caso diagnosticado em território nacional.

A CFA atualmente goza do reconhecimento institucional da Fiocruz e integra o conjunto das coleções biológicas. São denominadas assim, o “conjunto de material biológico devidamente tratado, conservado e documentado de acordo com normas e padrões que garantam a segurança, acessibilidade, [...] interoperabilidade dos dados da coleção”. (VPPCB, 2018, p.1) tendo o objetivo de subsidiar a prática do ensino, pesquisa, serviço, desenvolvimento tecnológico e ainda constituem material de importância para a compreensão histórica e cultural da sociedade em que estão inseridos.

Essa integração das coleções biológicas, vem desde 2006 com a criação do 'Fórum Permanente de Coleções Biológicas' que contava à época com 17 coleções microbiológicas, 12 coleções zoológicas e 1 coleção histopatológica com grande impacto na área da saúde, ambiental e social. Para receber o reconhecimento institucional e ser declarada como patrimônio inalienável precisa estar de acordo com critérios e especificações contido no 'Manual de Organização de Coleções Biológicas da Fiocruz' revisado constantemente. No caso dessas coleções o valor comprobatório e científico é utilizado para caracterizá-los.

Em 2009, temos a disponibilização pela internet do acervo com uma versão online<sup>31</sup> oferecendo suporte pedagógico na seção Espaço do Professor e a exposição virtual ‘Corpo, saúde e ciência: o Museu da Patologia do Instituto Oswaldo Cruz’ realizada em 2013.

A partir de 2010 temos o projeto 'Preservo: Complexo de Acervos da Fiocruz' coordenado pela COC e financiado pela BNDES que visa proporcionar uma infraestrutura moderna e acesso as tecnologias para guarda e disponibilização de imagens de alta resolução do acervo. O objetivo é estabelecer políticas e infraestrutura para ampliação ao acesso e para a preservação e gestão do patrimônio científico e cultural na Fiocruz, com base na conservação preventiva, na conservação integrada, na gestão de riscos, na educação patrimonial, na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico.

Esse financiamento contemplou aquisição de equipamento moderno para a digitalização de acervos, capaz de produzir imagens de alta resolução de lâminas histológicas. Outra parte do investimento foi a instalação de mobiliários deslizantes que proporcionará melhor acondicionamento e garantia de expansão da coleção, realizando a junção das coleções científicas e culturais da Fiocruz.

Em 2018, tinha-se uma previsão de abertura do museu ao público em 2019, acabando não se concretizando devido à problemas financeiros e burocráticos. O valor dessas coleções para o universo museal é significativo, pois em geral esse tipo de acervo é mantido por museus de história natural e outras instituições como herbários, jardins botânicos, zoológicos e centros de pesquisas que ao fim se voltam para o potencial de ensino, pesquisa e social.

Assimilar os paradigmas e os processos dessa categoria de patrimônio pelo viés museológico é o desafio que nós profissionais temos que sobrepujar e expandir a mente para além do histórico-cultural.

Analisando o rico processo de sobrevivência desta coleção, podemos notar a forte sensibilização deste acervo por profissionais e equipes para os seus múltiplos valores que possibilitaram sua continuidade e que quando aberta poderá ter sua apropriação por parte do público de um tesouro que até mesmo Oswaldo Cruz<sup>32</sup> reconhecia a consciência da importância desse material, “pois nelas se entrecruzam patrimônio genético, informações, memória de coletas e materialidade de pesquisas científicas.” (CAMARA, 2008, p.37)

---

<sup>31</sup> <http://museudapatologia.ioc.fiocruz.br/>

<sup>32</sup> Idem p. 80

## 3.2 Processo de Valoração da Coleção de Febre Amarela

A valoração realizada na CFA adotou como referência o processo aplicado na Casa de Oswaldo Cruz (COC) para implantação da gestão de riscos, baseado no Método ABC. A quantificação do valor relativo dos itens do acervo é realizada logo na primeira etapa (estabelecimento de contexto) e leva em consideração o julgamento das partes interessadas (atores envolvidos).

Os grupos de interesse estão para além de pessoas que visitam os museus e incluem todos que se veem afetados pelas decisões da instituição ou que podem influenciá-la. Uma das questões centrais neste processo é a pergunta: 'Quem pode afetar o exercício da valoração ou quem tem interesse em participar?'

Esses grupos foram enquadrados por Bastidas e Vargas (2012, p. 70 - 71) em três níveis de influência e que pode ser usado como consulta:

- Interno - atuam diretamente dentro dos limites da instituição. Exemplo: Departamentos administrativos, técnicos, pesquisadores, bolsistas, equipe de limpeza e segurança.
- Interface - funciona em ambos os níveis em relação a instituição, a depender da situação alocada. Exemplo: direção e associação de amigos.
- Externo – pode ser subdividida em três categorias que leva em consideração a relação dos atores com a organização.
  - Aqueles que fornecem contribuições para a organização. Ex: voluntários, patrocinadores, mídia.
  - Aqueles que competem com a organização. Ex: museus, galerias.
  - Aqueles que têm um interesse especial em como a organização funciona. Ex: agentes patrimoniais, entidades governamentais culturais, visitantes e sociedade em geral.

Para o objeto de estudo os atores identificados neste processo podem ser incluídos ao nível interno e são em sua maioria pesquisadores financiados pela Faperj<sup>33</sup> ou Fiotec<sup>34</sup> e os curadores

---

<sup>33</sup> Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ é a agência de fomento à ciência, à tecnologia e à inovação do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec foi instituída como uma fundação privada sem fins lucrativos com o objetivo de prestar apoio às funções de ensino, pesquisa, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, produção de insumos e serviços, informação e gestão implementadas pela Fiocruz.

que cuidam da preservação e pesquisa das três coleções institucionalizadas<sup>35</sup>. A pouca diversidade desse grupo se dá pelo fato de tanto a coleção quanto o Museu estarem inacessíveis ao público em geral e passando por processo de reformulação. Os especialistas são abordados como pessoas que “possuem conhecimento específico sobre o campo da preservação de bens culturais, geralmente decorrente de formação acadêmica e experiência prática” (COELHO, 2018, p. 220) ou no caso desta pesquisa, conhecimento específico sobre a coleções biológicas.

Anterior à definição da lista final dos atores participantes, de início foi projetado um esquema com indicação de grupos e os componentes que poderiam fazer parte dele. O organograma do Museu da Patologia e do IOC foram de grande influência, servindo como subsídio para pensar na expansão de parcerias internas e externas como atividades conjuntas de prospecção de público junto ao Museu da Vida.<sup>36</sup> Outra maneira de organizar as informações é por uma matriz de 'interesse-influência' defendida por Coelho (2018) que leva em consideração os grupos, contato, interesse e influência, nesses dois últimos indicando o seu nível em baixo, médio e alto.

O próximo passo é a decomposição do acervo, uma técnica utilizada para facilitar a valoração da coleção de maneira mais clara e com uma visão ampliada. Um dos objetivos é conseguir visualizar e compreender os diferentes componentes que faz parte do bem selecionado. Essa divisão pode ser realizada usando a classificação com os próprios objetos, coleções, tipologias de bens - ex: livros, periódicos, dissertações ou agrupamentos por nível de valor - ex: Nível 1, Nível 2, etc. Na COC, os acervos móveis utilizaram em sua maioria a divisão por agrupamento e por tipologia de bens (fig. 24).

---

<sup>35</sup> Coleção da Seção de Anatomia Patológica, Coleção de Febre Amarela e Coleção do Departamento de Patologia integram o Museu da Patologia e fazem parte do patrimônio histórico - científico do IOC. (MUSEU DA PATOLOGIA, 2018)

<sup>36</sup> O Museu da Vida, criado em 1999 como parte da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). O museu tem vários espaços, como um parque ao ar livre, um castelo, uma pirâmide, uma tenda de teatro, laboratórios, trilhas histórico-ecológicas, um borboletário, salas de exposições. Fica no campus Manguinhos, RJ.

Acervo Arquivístico	Acervos de Média Relevância
	Acervos de Elevada Relevância
	Acervos de Relevância Excepcional
Acervo Bibliográfico	Livros/Periódicos
	Teses/Dissertações
	Tesouros
Acervo Museológico	Nível 1 (valor baixo)
	Nível 2 (valor médio)
	Nível 3 (valor alto)
	Tesouros (itens especiais)

Fig. 24: Decomposição dos acervos móveis da COC. Fonte: Fiocruz, 2018.

A proposta de classificação da coleção utilizou a divisão por objetos a fim de possibilitar a valoração dos bens e perceber a importância relativa desses diferentes elementos. A ideia era relacionar o período de tempo aos eventos de grande relevância para a coleção, sendo realizado em conjunto com os curadores e inspirado na própria narrativa e classificação utilizada pelos pesquisadores na construção dessa trajetória. Dividida em 12 momentos que cobrem os períodos da década de 30 a 70, a formalização seguiu com o aval dos curadores. A seguir, os dois primeiros elementos.

Ano/Período	Evento - chave	Descrição
1931	Serviço Cooperativo da Febre Amarela	A Coleção de Febre Amarela (CFA) corresponde ao acervo gerado pelo Laboratório de Histopatologia implantado em 1931, quando o contrato entre o governo Brasileiro e a Fundação Rockefeller foi renovado, e os norte-americanos, através do Serviço Cooperativo da Febre Amarela, assumiram a responsabilidade pela campanha anti-amarílica em quase todo o país.
1930-31	Diagnóstico post mortem e testes em camundongos	As campanhas anteriores de combate à moléstia foram reformuladas. O diagnóstico post mortem, associado ao diagnóstico retrospectivo dos sobreviventes, ganhou espaço. As inovações introduzidas pelo diretor da Rockefeller, Fred Soper, como a viscerotomia e os testes de proteção em camundongos, ampliaram as possibilidades de comprovação da febre amarela (FA) no país.
1933-34	Erradicação da febre amarela urbana	Erradicação da febre amarela urbana a partir de 1933-34.
1934	Descoberta da doença de Calazar, primeiro caso no país.	Embora estivesse direcionado para a febre amarela, o serviço de viscerotomia possibilitou a descoberta e o mapeamento de várias outras doenças: Henrique Penna ao examinar lâminas dadas como negativas para febre amarela por outros patologistas, deparou-se com uma lesão intrigante que ele verificou tratar-se de um caso de leishmaniose visceral, também conhecida por Calazar. Foi o primeiro relato desta doença no Brasil, o que rendeu a Penna a publicação da descoberta na revista Brasil Médico (1934, 48: 949-950).
1934 e 1940	Primeiros casos de Febre da Lábria	O Laboratório de Histopatologia recebia amostras para confirmação do diagnóstico de febre amarela de várias partes do mundo, tendo-se registros de laudos firmados relativos a malária, esquistossome, leishmaniose, moléstia de Lutz, drepanocitose, atrofia hepática e outras doenças que estavam associadas a lesões no fígado; Em um estudo retrospectivo com viscerotomias hepáticas (coletadas entre 1934 e 1940) obtidas a partir do material da Coleção de Febre Amarela, Dias e Coura conseguiram comprovar que casos típicos de "Febre negra" ou Hepatite de Lábrea estavam presentes entre aqueles estudados por Madureira Pará e outros patologistas que atuaram por longos anos no estudo de viscerotomias hepáticas no extinto Serviço Nacional de Febre Amarela (Instituto Evandro Chagas, 1986)



1937	Produção nacional de vacina contra febre amarela	Inaugurado o Laboratório do Serviço Especial de Profilaxia da Febre Amarela, responsável pela produção nacional de vacina contra febre amarela (amostra 17D).
1939	Descobrimto do Ciclo Silvestre	Estudos denfecções adquiridas ou artificialmente induzidas em insetos, aves e mamíferos suspeitos de "hospedarem os vírus que grassavam nas matas" (Benchimol, 2001). Em conseqüência disso foram feitos entendimentos entre a Fundação Rockefeller e o Instituto Oswaldo Cruz para a realização de pesquisas nas áreas de procedência daquele material. Evandro Chagas logo dirigiu-se ao Ceará e a Sergipe, focos principais da endemia, encontrando em Aracajú o primeiro caso "in vivo" no país. Percorreu as áreas de procedência dos casos positivos à viscerotomia, buscando apoio dos respectivos governos para montar uma base de operações, de preferência no Ceará, onde era maior a incidência.
1939	Ruptura com a Fundação Rockefeller.	Terminado o convênio com a Fundação Rockefeller em 1939, o governo federal continuou a campanha criando o Serviço Nacional de Febre Amarela (SNFA) nas mesmas instalações no campus de Manguinhos.
1940	Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana	Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana, mas transmitida pelo <i>Aedes aegypti</i> em Sena Madureira (Acre), no começo de 1942.
1939	Resolução da causa de reações adversas graves na população que estava sendo vacinada.	Estudos realizados por Soper, Smith e Penna fixaram em 255 o número máximo de passagens em sistema biológico para a preparação da vacina anti-amarílica, resolvendo um problema de reações adversas graves na população que estava sendo vacinada.
1940	Estudo sobre a duração da imunidade proporcionada pela vacinação antiamarílica - 20 anos depois da campanha.	Em Pouso Alegre (MG) foi iniciado um estudo sobre a duração da imunidade proporcionada pela vacinação antiamarílica (cooperação entre a Fundação Rockefeller e o Serviço Nacional de Febre Amarela) onde foi possível acompanhar as pessoas que foram vacinadas por mais de 20 anos mostrando que 85% conservavam os anticorpos contra a febre amarela.
1960-70	Crise e desmantelamento - Massacre de Manguinhos	Em 1949, todo o acervo do Laboratório de Histopatologia da Febre Amarela do SNFA foi transferido para o Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Por conta da crise que o Instituto atravessou nas décadas de 1960 e 1970, parte do acervo correspondente a blocos e lâminas se deteriorou ou foi perdido. Por outro lado, todo o material formolizado foi preservado.

Fig. 25: Decomposição da Coleção de Febre Amarela. Fonte: elaborado pela autora.

Esse arranjo facilitou a visualização da coleção e sua posterior decomposição. A coleção é composta por cerca de 480 mil casos, cada um possui a seguinte composição: fragmento de fígado em gaze e envolto por formol obtido por viscerotomia, bloco de parafinado e corte histológico corados em lâminas (como ilustrado na figura 23). Essa sequência é repetida em

todos os casos, pois fazia parte do processo de diagnóstico da doença pelos patologistas. Todo o material é interligado por códigos que permitem tanto localizar as peças, blocos e lâminas de cada caso, quanto verificar pela documentação a região onde esse caso foi isolado e quais eram as condições de vida daquela população.

Os registros de acesso público da coleção podem ser consultados por todas as pessoas interessadas a partir do site <<http://patologia.ioc.fiocruz.br/>> , sendo gratuito e acessado via cadastro na plataforma. Além da vasta documentação que pode ser consultada online via ‘Base Arch’ <<http://arch.coc.fiocruz.br/>> ou presencial no Departamento de Arquivo e Documentação (DAD|COC), onde é possível encontrar documentação escrita, impressa e iconográfica, composta, principalmente, de protocolos de pesquisas, registros de casos, fichas com laudos de histopatologia, fotos de indivíduos ou locais de coleta.

A análise do valor relativo dos subgrupos identificados foi realizada de maneira quantitativa como orientado pelo Método ABC a partir da definição de pesos para cada tipologia de valor relacionada combinada com uma escala de pontuação comum de acordo com os Quadros 5 e 6 apresentado na p. 77. Para viabilizar essa quantificação por meio do julgamento das partes interessadas, podemos utilizar algumas ferramentas como grupos focais<sup>37</sup>, técnica Delphi, entrevistas e cartografia social<sup>38</sup>.

Para realizar essa ação, optou-se pela Técnica Delphi realizada através da elaboração de formulário via ferramenta do Google, e posteriormente enviado à equipe do museu (Fig. 26). Foi definido como critério para o consenso um mínimo de 70% de respostas semelhantes. A coleta de opiniões dos especialistas é realizada com o anonimato deles, e o consenso é atingido por meio de sucessivas rodadas através de formulário estruturado, preparado e enviado com feedback aos participantes. Tem como premissa facilitar a tomada de decisão sem a interação face a face, além de oferecer aos participantes espaços para refutar, endossar e ratificar as opiniões dissonantes.

Caso ocorram divergências entre as respostas um novo questionário é elaborado com os pontos divergentes e enviados para o grupo (feedback), incluindo comentários e argumentações feitas pelos participantes, para que cada especialista tenha a oportunidade de rever suas respostas à luz dessas informações. Os especialistas recebem

---

<sup>37</sup> “Grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.” (TRAD, 2009, p. 780)

<sup>38</sup> “A Cartografia Social pode ser compreendida como meio técnico, busca registrar relatos e as representações no processo de automapeamento, propiciando a identificação de situações inerentes a conflitos na forma de uso do território em questão”. (COSTA et al, 2016, p.74)

um novo formulário ajustado e podem manter ou alterar suas respostas e apresentar novos argumentos. (COELHO, 2018, p. 238)

## Valoração da Coleção de Febre Amarela

\*Obrigatório

### ELEMENTO I

#### SERVIÇO COOPERATIVO DA FEBRE AMARELA

1931	Serviço Cooperativo da Febre Amarela	A Coleção de Febre Amarela (CFA) corresponde ao acervo gerado pelo Laboratório de Histopatologia implantado em 1931, quando o contrato entre o governo Brasileiro e a Fundação Rockefeller foi renovado, e os norte-americanos, através do Serviço Cooperativo da Febre Amarela, assumiram a responsabilidade pela campanha anti-amarilica em quase todo o país.
------	--------------------------------------	--

VALOR CIENTÍFICO|TECNOLÓGICO \*

0 1 2 3 4 5 6

**VALOR CIENTÍFICO|TECNOLÓGICO(3)**

A CFA apresenta um grande potencial de geração de novos conhecimentos com o seu material biológico. Mas devido ao seu grande volume, acredito que o material deveria ser particionado em grupos como por exemplo, grupo dos casos positivos, onde tenhamos acesso rápido em caso de algum acidente esse material poderia ser resgatado com facilidade.

**VALOR HISTÓRICO (4)**

Como valor histórico o material possui um alto valor, pois é uma prova viva de como a Febre Amarela preocupava as autoridades naquela época.

**VALOR EDUCACIONAL(2)**

Acredito que a divulgação maior tem sido feita por participações em eventos e pela internet.

**VALOR PROBATÓRIO(3)**

Junto com a parte documental, de posse da COC, o material sobre a guarda do do laboratório tem um alto valor probatório, principalmente os vidros com as viscerotomias, que dentre todos os elementos que constituem a coleção, talvez sejam a mais importantes.

Fig. 26: Formulário Google e exemplos de argumentos dos especialistas. Fonte: elaborado pela autora.

Adotou-se o formulário do Google como ferramenta, consideradas as suas facilidades operacionais e simplicidade de uso, a sua possibilidade de tabulação das informações em gráficos e sua permissão de inserção de informações como comentários. Ratificando o já exposto, o consenso foi estipulado em 70% sendo considerado por Lira (2009) como “bom consenso”. Foi realizado uma dinâmica em grupo onde foi explicado o tema da pesquisa e os

mecanismos de participação, sendo assegurado o anonimato durante o processo e retirado dúvidas. Por ser um assunto considerado 'novo' muitos dos participantes enviaram e-mails requerendo uma explicação a mais sobre alguns dos valores relacionados.

Isto faz parte da própria dinâmica dos valores que estão em constante transformações e contestação. Proporciona também aos participantes a oportunidade de influenciar as decisões em torno da gestão dos bens. Além da “identificação dos vazios informativos, das lacunas em relação ao conhecimento da sociedade sobre esses bens e de investimento em ações de educação patrimonial e interpretação do patrimônio ” (COELHO, 2018, p. 222)

A técnica pressupõe sucessivas rodadas, em nosso caso foram três rodadas com intensa comunicação crítica entre eles, isto leva a estimular a criação de novas ideias e um resultado mais afinado com a opinião do grupo. As pontuações mantiveram certa constância com pontuações altas, e em especial o excepcional (pontuação 6) e o restante desmembrado entre as outras pontuações. Como pode ser visualizado no 'Elemento IV<sup>39</sup>'. (Apêndice B)

Esse comportamento foi se mantendo nas duas outras rodadas em valores e elementos específicos representando ‘o julgamento intuitivo do grupo’. Faz parte da estrutura a ser seguida pela técnica e suas características, como: “i. participação de especialistas; ii. troca de informações e opiniões entre os respondentes; iii. anonimato das respostas; iv. possibilidade de revisão das visões individuais e v. representação estatística dos resultados”. (LIRA, 2009, p.173)

O anonimato das respostas e o fato de não haver uma reunião física reduzem a influência de fatores psicológicos, como, por exemplo, os efeitos da capacidade de persuasão, a relutância em abandonar posições assumidas e a dominância de grupos majoritários em relação a opiniões minoritárias. (WRIGHT e GIOVINAZZO, 2000, p. 55)

Com a finalização da terceira rodada foi obtido consenso para cerca de 80% das tipologias de valor. Tendo em vista este cenário, optou-se por uma *reunião de calibragem* onde os especialistas discutiriam entre si e chegariam a um consenso final sobre as preposições relacionadas. A compilação final do resultado final das rodadas com a pontuação e a porcentagem estão no anexo 2. Vale ressaltar que a metodologia não objetiva chegar ao consenso em todas as questões, e sim obter um maior número de respostas para que possa ser refinada e embasar a tomada de decisões. No entanto, tomou-se como preferência trabalhar os

---

<sup>39</sup> Essa denominação foi utilizada na articulação da votação dos respondentes na valoração. Como observado na figura 26. Cada elemento e sua ordem está relacionado aos eventos ordenados no apêndice A.

dissensos em uma última reunião. Tendo em vista que a valoração pressupõe um ciclo que pode ser refeito no mínimo dois anos e no máximo cinco anos já que o contexto, as modificações e nuances do processo vão sendo alterados conforme o tempo.

Com as diferentes percepções identificadas e as pontuações realizadas foi realizada a valoração da coleção, a fim de relacionarmos a contribuição percentual de cada categoria para o valor do acervo. Baseando - se no valor total da coleção de acordo com a metodologia de gestão de riscos. Para facilitar essa visualização desses diferentes valores, sintetizamos em gráficos pizzas ou denominados de 'diagramas de valor'.

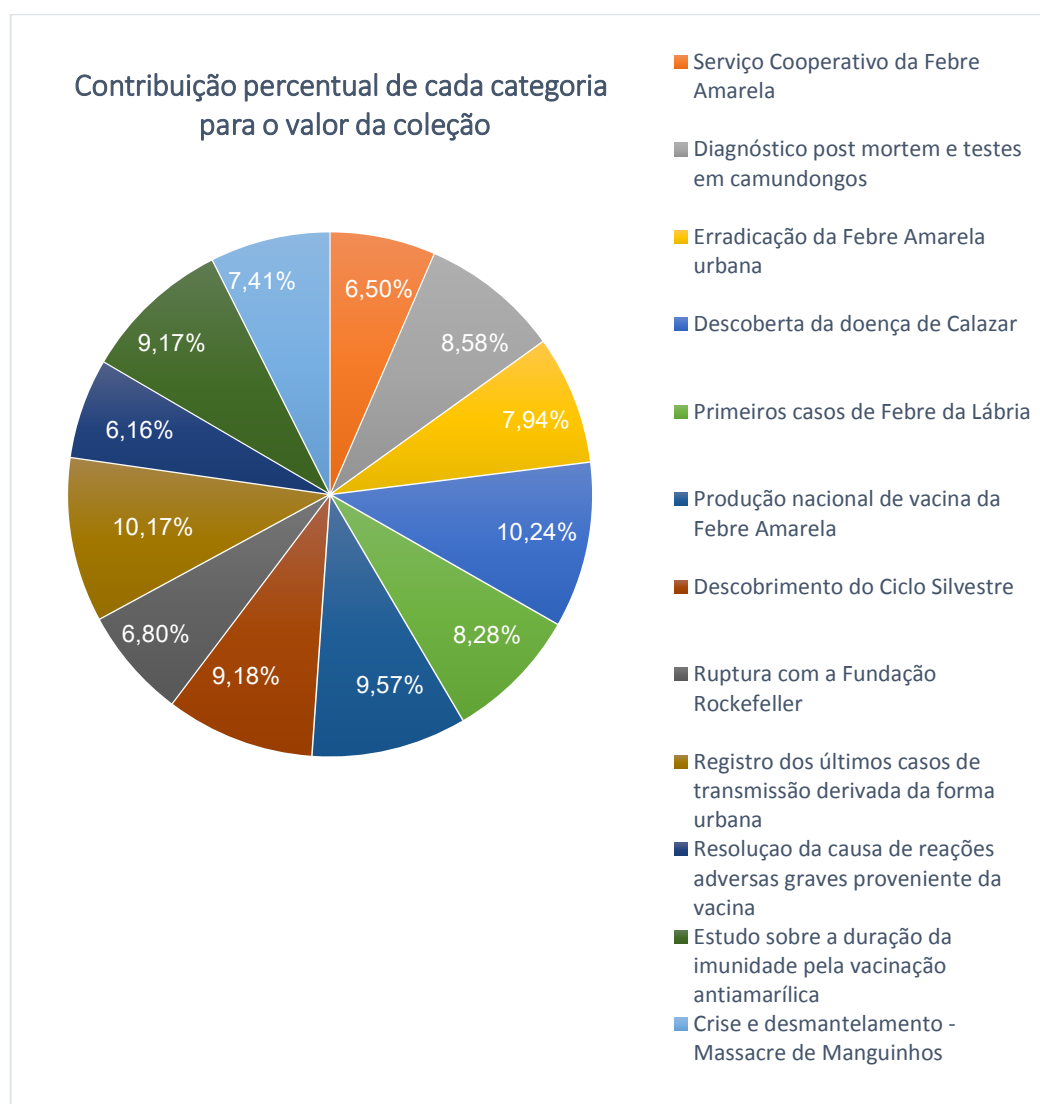


Fig. 27: Diagrama do Valor da Coleção de Febre Amarela. Fonte: elaborado pela autora.

A finalização desta fase na metodologia serve de produto para a etapa de análise de riscos, onde será aplicado a ferramenta 'escalas ABC' que permite calcular e comparar a magnitude

dos riscos realizando a priorização dos riscos a serem tratados<sup>40</sup>. Neste trabalho, utilizamos parte desta metodologia (valoração) com a finalidade de reconhecer os diferentes componentes do acervo da coleção. Essa priorização de valores pode bastar dependendo dos objetivos de cada pesquisa. “Os diagramas de valor contribuem para a análise quantitativa dos riscos, garantindo a possibilidade de análises comparativas dos riscos detalhadas”. (COELHO, 2018, p. 184).

A partir do diagrama podemos aferir algumas informações que podem contribuir para o processo decisório na preservação da coleção. Entre eles a priorização da contribuição de cada acervo, a *Descoberta da doença de Calazar*<sup>41</sup> ficou com 10, 24% e no topo desta categoria.

Esse evento está atrelado a uma descoberta científica de grande relevância para a ciência nacional, foi o primeiro caso no país e é mais conhecido como *Leishmaniose visceral*. Semelhante à *Febre Amarela* sua transmissão ocorre por transmissão de um inseto infectado que se desenvolve em locais úmidos, sombreados e com abundante matéria orgânica. O tipo identificado ataca órgãos internos, como baço, fígado e medula óssea. No fígado, comum às duas doenças, causa inchaço. Foi investigando a ocorrência da febre amarela que ocorreu o diagnóstico, além de ser considerada muito rara, é um material de referência e que está salvaguardado no museu.

Em segundo lugar, o evento *Registro dos últimos casos de transmissão da forma urbana* últimos casos de transmissão derivada da forma urbana, mas transmitida pelo *Aedes aegypti* em Sena Madureira (Acre), no começo de 1942. É um dos marcos conquistado depois de décadas de trabalhos, pesquisas e campanha nacional que despedia altos recursos humanos e financeiros.

A pesquisa para se chegar a esses resultados partiu do trabalho conjunto com os curadores e pesquisadores do Museu. Sendo finalizada a primeira etapa do método ABC que será implementada plenamente na instituição. A valoração é algo complexo que necessita de grande recurso humano. Tendo em vista ainda as suas especificidades, foi elaborada uma lista síntese de possíveis riscos que podem impactar os bens, relacionada à segunda etapa (identificação de

---

<sup>40</sup> Idem p. 32

<sup>41</sup> “A Leishmaniose Visceral é uma zoonose de evolução crônica, com acometimento sistêmico e, se não tratada, pode levar a óbito até 90% dos casos. É transmitida ao homem pela picada de fêmeas do inseto vetor infectado, denominado flebotomíneo e conhecido popularmente como mosquito palha, asa-dura, tatuquiras, birigui, dentre outros. No Brasil, a principal espécie responsável pela transmissão é a *Lutzomyia longipalpis*.” (LEISHMANIOSE, s/data)

riscos) com fontes, eventos, causas e consequências potenciais. Um dos recursos que pode ser aplicado é no acompanhamento da reforma do museu, muitos dos casos de incêndio acontecem nesse período problemático para a instituição. Com um cenário mais amplo, pode-se realizar um plano de emergência e evacuação para este momento, além da sensibilização dos gestores ocasionada com os possíveis cenários relacionados ao acervo.

Agente de deterioração	Resumo do risco	Local do risco
Forças físicas	Impacto de algo atingindo um dos frascos envoltos com amostras e formol.	Coleção
Forças físicas	Choque durante a movimentação ou transporte dos frascos ou laminas histopatológicas.	Coleção
Criminosos	Vandalismo o manuseio incorreto dos objetos durante exposição ou visita mediada.	Coleção
Água	Vazamento de água proveniente dos andares superiores.	Edifício do Museu e Coleção
Água	Uso de água durante a reforma na salas de exposição e reserva técnica.	Edifício do Museu e Coleção
Fogo	Fontes elétricas desgastadas e fontes de calor durante a reforma que pode ocasionar em incêndios.	Edifício do Museu e Coleção
Agentes biológicos	Pragas que podem ocasionar perdas ao acervo, entre eles os blocos parafinados.	Edifício do Museu e Coleção
Agentes biológicos	Roedores que podem ser atraídos devido os materiais de obras e caixa de papelão ali depositadas durante a reforma.	Edifício do Museu e Coleção
Contaminantes	Poluentes gasosos e partículas sólidas liberados durante a reforma.	Edifício do Museu e Coleção
Contaminantes	Formol proveniente dos frascos de amostras que evapora causando reações químicas e aumento do risco de incêndio, caso não acondicionado corretamente.	Coleção
Contaminantes	Papel Ácido no acondicionamento dos blocos parafinados, causando acidificação e deterioração.	Coleção
Luz/UV	A luz reage com as moléculas do acervo causando modificações físicas e químicas.	Coleção
Temperatura inadequada	Controle da temperatura para evitar o aumento de reações químicas, como a expansão do material, proliferação de microorganismos e amolecimento de alguns materiais.	Coleção
Dissociação	Perda de etiquetas nos objetos e sua localização no mobiliário.	Coleção
Dissociação	Desatualização tecnológica da base de dados utilizada para armazenamento das informações.	Coleção
Dissociação	Falta de conhecimento em relação à importância do bem.	Coleção
Ação humana	Intervenções inadequadas na conservação dos bens.	Coleção
Riscos para os usuários	Problemas relacionados à acessibilidade e evacuação de pessoas e acervos durante emergência.	Edifício do Museu e Coleção

Fig. 28: Lista de Riscos da Coleção de Febre Amarela. Fonte: elaborado pela autora.

Essa lista abrangente de riscos foi organizada de acordo com os 10 agentes de deterioração definidos pelo Método ABC (MICHALSKI e PEDERSOLI, 2016)<sup>42</sup> e adaptado por Van Balen com o acréscimo do agente ação humana e riscos aos usuários. Os riscos foram separados por três níveis de abrangência como coleção, edifício e coleção mais edifício que seriam os locais onde poderiam ser mais afetados. Percebe-se nesta análise que a Coleção de Febre Amarela

<sup>42</sup> Idem p.26

estaria em uma posição de maior vulnerabilidade comparada ao edifício do museu, dado a sua natureza e sua relação associada com a arquitetura que a abriga.

Valorado o acervo e identificado os seus riscos potenciais proponho que a priorização da coleção seja realizada em colaboração com o método de Menegazzi (2013)<sup>43</sup> apresentado no capítulo 1 que combina os valores e critérios para realizar uma lista de prioridade para evacuação em caso de emergência. Levando em consideração que para realizar todas as etapas consumiria grandes recursos, representa uma alternativa sintetizada para aplicar os princípios da gestão de riscos e utilizar em instituições menores que possuem pouco recurso humano e financeiro, considerando principalmente as necessidades demonstradas com incidentes com a proporção do incêndio no Museu Nacional - RJ.

TABELA 1											
ITENS	Valor científico	Valor Histórico	Valor Educacional	Valor Probatório	Valor Raridade	Procedência	Social	Artístico  Estético	Simbólico	Econômico	Total
Serviço Cooperativo da Febre Amarela	6	6	4	5	4	3	3	1	5	3	32
Diagnóstico post mortem e testes em camundongos	6	6	5	6	6	6	2	1	4	4	46
Erradicação da Febre Amarela urbana	6	6	4	6	6	4	3	0	6	5	46
Descoberta da doença de Calazar	6	6	6	6	6	6	5	0	6	4	51
Primeiros casos de Febre da Lábria	6	6	4	6	6	6	4	0	4	5	47
Produção nacional de vacina da Febre Amarela	6	6	6	5	5	6	6	0	6	6	52
Descobrimto do Ciclo Silvestre	6	6	6	6	4	5	6	0	5	6	50
Ruptura com a Fundação Rockefeller	6	6	3	2	5	5	4	0	6	4	41
Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana	6	6	6	6	6	6	3	0	6	5	50
Resolução da causa de reações adversas graves proveniente da vacina	6	5	5	6	5	5	6	0	5	5	48
Estudo sobre a duração da imunidade pela vacinação antiamarilica	6	6	6	6	5	5	6	0	1	5	46
Crise e desmantelamento - Massacre de Manguinhos	6	5	6	6	6	4	4	0	3	6	46

Escala: de 0 a 6, sendo 6 o valor mais alto

Fig. 29: Lista de valores para singularizar a evacuação. Fonte: elaborado pela autora baseado em Menegazzi, 2013.

A tabela de valores para singularizar a evacuação foi constituída a partir dos valores e pontuações ocorridas na valoração, percebe-se que os atores primaram pelo valor excepcional (pontuação 6) em comparação ao valor artístico marcado pela inexistência de correspondência entre o acervo e o valor (pontuação 0). É comum que partes interessadas envolvidas diretamente com os bens tenham uma posição de considerá-los como de hiperimportância. Uma diretiva para modificar essa situação comum é uma maior diversidade entre os atores, em nosso caso

<sup>43</sup> Idem p. 42



devido ao tempo e os motivos antes explicitados<sup>44</sup> contamos com um grupo mais homogêneo (especialistas).

Podendo ocorrer essa condição também pela natureza do acervo selecionado, como é uma coleção biológica os valores que terão maior correspondência serão os de ciência e tecnologia, raridade, procedência, educacional e econômico devido a própria característica da área e classificação dos seus bens.

TABELA 2						
ITENS	Acessibilidade	Peso	Volume Obstáculos	Fragilidade	Movimentação  Transporte	Total
Serviço Cooperativo da Febre Amarela	5	2	2	3	3	15
Diagnóstico post mortem e testes em camundongos	5	2	2	3	3	15
Erradicação da Febre Amarela urbana	5	2	2	3	3	15
Descoberta da doença de Calazar	5	2	2	3	3	15
Primeiros casos de Febre da Lábria	5	2	2	3	3	15
Produção nacional de vacina da Febre Amarela	5	2	2	3	3	15
Descobrimto do Ciclo Silvestre	5	2	2	3	3	15
Ruptura com a Fundação Rockefeller	5	2	2	3	3	15
Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana	5	2	2	3	3	15
Resolução da causa de reações adversas graves proveniente da vacina	5	2	2	3	3	15
Estudo sobre a duração da imunidade pela vacinação antiamarilica	5	2	2	3	3	15
Crise e desmantelamento - Massacre de Manguinhos	5	2	2	3	3	15

Escala: de 1 a 5, sendo 5 mais fácil de evacuação

Fig. 30: Lista de valores para singularizar a evacuação. Fonte: elaborado pela autora baseado em Menegazzi, 2013.

A tabela 2 apresenta critérios contextualizados com o ambiente onde o acervo é preservado. Entre eles a acessibilidade ou desmontagem dos bens em caso de evacuação. Em nosso caso, os valores atribuídos estão relacionados as obras de reforma. Outra característica é a igualdade dos valores totais está correlacionada com a natureza dos bens que se repetem na forma, materiais e local de guarda na reserva técnica.

<sup>44</sup> Idem p. 93

Essa paridade é uma característica própria da coleção, os critérios foram mantidos dado sua ligação com o momento da instituição e o cruzamento das duas tabelas e as pontuações dos valores estabelecerão quais objetos da coleção devem ser salvos ou atendidos em caráter prioritário em uma evacuação.

TABELA 3				
ITENS	Total Valores	Total Critérios	Total	Prioridades
Serviço Cooperativo da Febre Amarela	32	15	47	8°
Diagnóstico post mortem e testes em camundongos	46	15	61	6°
Erradicação da Febre Amarela urbana	46	15	61	6°
Descoberta da doença de Calazar	51	15	66	2°
Primeiros casos de Febre da Lábria	47	15	62	5°
Produção nacional de vacina da Febre Amarela	52	15	67	1°
Descobrimto do Ciclo Silvestre	50	15	65	3°
Ruptura com a Fundação Rockefeller	41	15	56	7°
Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana	50	15	65	3°
Resolução da causa de reações adversas graves proveniente da vacina	48	15	63	4°
Estudo sobre a duração da imunidade pela vacinação antiamarilica	46	15	61	6°
Crise e desmantelamento - Massacre de Manguinhos	46	15	61	6°

Fig. 31: Lista de prioridade para a evacuação. Fonte: elaborado pela autora baseado em Menegazzi, 2013.

A listagem final apontou como prioridade os acervos que compõem a produção nacional da vacina da febre amarela, em contraponto ao resultado do diagrama que centraliza em valores. Vale ressaltar que em nossa pesquisa não aplicamos a metodologia de gestão de riscos completa, realizamos apenas duas etapas e nas próximas teriam a contextualização para elencar as prioridades. Acreditamos que ao propor ferramentas para integrar a valoração da gestão de riscos com a proposta de Menegazzi dinamize e torne menos complexa sua utilização pelo setor museal para fins de salvamento em casos de emergências. As proposições realizadas podem servir ainda de instrumento embasado e estruturado na tomada de decisões e no trabalho

colaborativo com diferentes públicos para uma melhor salvaguarda dos bens culturais sob guarda das instituições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento inicial deste percurso era aprofundar as pesquisas realizadas durante a graduação sobre o tema gestão de riscos e sua viabilidade em museus de pequeno a médio porte, tendo os valores como foco central de políticas e estratégias para promoção da preservação e gestão das coleções. A proposta do projeto de ingresso ao programa não continha a instituição e tampouco a tipologia do acervo que seria necessária para a execução integral da junção entre a teoria e prática na valoração de coleções museológicas. Conteí com o voto de confiança que conseguiria desenvolver minha metodologia de trabalho e contemplar a aplicação dela.

Recorreu-se, então, a instituições que desejassem fazer parte desta pesquisa, em um primeiro momento tivemos recusas, dado em parte a cultura de não divulgação das informações dos processos de preservação dos acervos. Isto é muito comum em nosso campo que prima pela disponibilização somente das ‘boas práticas’ e possui grande dificuldade em compartilhar os caminhos percorridos com as partes interessadas. Difere de muitas instituições internacionais, como observado durante o Seminário Internacional *"Patrimônio em chamas: quem é o próximo? Gestão de Risco de Incêndio para o Patrimônio Cultural"*<sup>45</sup> que reuniu especialistas, setores da cultura, organizações e sociedade civil. Tivemos a oportunidade de presenciar as palestras e ter acesso a informações detalhadas dos programas de prevenção com erros e acertos, além de extenso material disponibilizado ao público.

Outro ponto observado durante a pesquisa foi a dificuldade de encontrar publicações sobre o detalhamento do processo de valoração. Em geral os trabalhos apresentam em linhas gerais a metodologia mas não trabalhos mais completos aliados ao processo de gestão de riscos e a primeira etapa de estabelecimento de contexto (onde se realiza a valoração). Essa situação foi modificada com a publicação no final de 2018 da tese da arquiteta e professora deste programa de pós-graduação Carla Coelho<sup>46</sup> que adaptou-a para sítios históricos. Outra fonte foi o relatório de finalização da primeira rodada na Casa de Oswaldo Cruz - COC/Fiocruz e cedido

---

<sup>45</sup> O Seminário Internacional: Patrimônio em chamas: quem é o próximo? Gestão de risco de incêndio para o patrimônio cultural ocorreu nos dias 26-28 de junho de 2019, Rio de Janeiro, Brasil. Em parceria com: British Council, Museu Nacional / UFRJ – 200 Anos, IPHAN, Ministério da Cidadania e Governo Federal Brasil.

<sup>46</sup> A tese *‘Gestão de Riscos para Sítios Históricos: uma discussão sobre valor’* se encontra nas referências como Coelho, 2018. Carla Coelho atuou ainda na coordenação do grupo de trabalho que realizou o primeiro ciclo de aplicação da gestão de riscos para os bens culturais da COC.

pelo meu orientador Marcos José Pinheiro<sup>47</sup> ainda não publicado. Entendemos que a publicação de políticas, diretrizes e pesquisas com esse tema funcionam como ferramentas conceituais de mitigação de riscos, pois a sua divulgação difunde a metodologia e a enriquece na medida que suas bases são apropriadas e adaptadas para a necessidade das instituições.

A união com o Museu da Patologia se dá no âmbito da expansão desta metodologia para outros bens culturais da Fiocruz. A dificuldade de conhecimentos dos processos de preservação de coleções biológicas e seu '*modus operandi*' foi diminuído com as disciplinas ao longo dos dois anos de dedicação reflexiva, pesquisas com os pesquisadores e curadores da coleção.

Uma das maiores dificuldades observadas quando o assunto é Gestão de Riscos, está na crença que seu processo é de difícil compreensão. Em termos gerais, isto é correto. Dada em parte pela falta de exemplificação e detalhamento de cada etapa. Em 2016 quando conclui a graduação foram mapeadas algumas instituições brasileiras que estavam implementando a metodologia<sup>48</sup>. Passados dois anos quase não se encontra material com os seus caminhos percorridos. Percebemos a necessidade de maior divulgação dos programas desenvolvidos institucionalmente, em redes de proteção ao patrimônio e seminários, oficinas e publicações em sites e revistas.

Este trabalho apresenta uma mudança de paradigma, no tocante a gestão dos bens culturais por ser centralizada nos valores e consolidada com o método ABC. Em geral, tais decisões são tomadas de modo subjetivo e individual. A metodologia conta com ferramentas que permite a estruturação formal, calcula prioridades e facilita a tomada de decisões por parte dos gestores, assegurando confiança e lisura no processo.

O valor relativo obtido na valoração da coleção representa um desses mecanismos, pois a partir dele os gestores poderão tomar uma decisão pragmática ao comparar os bens para 'saber o quão maior é o valor de um item em relação a outro' de forma numérica que auxilia na destinação de recursos de acordo com as necessidades da instituição<sup>49</sup>. Além de favorecer outras decisões, tidas como escolhas complicadas e de difícil acordo. Um exemplo nesta

---

<sup>47</sup> Vice-Diretor de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da Casa de Oswaldo Cruz – COC/Fiocruz e professor neste programa de pós-graduação.

<sup>48</sup> Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB); Casa de Oswaldo Cruz (COC); Câmara dos Deputados de Brasília; Museu do Homem do Nordeste; Fundação Biblioteca Nacional (FBN); Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); Arquivo Nacional e Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram algumas das instituições mapeadas em 2016. (TAVARES, 2016)

<sup>49</sup> Idem p.125

coleção é a digitalização do seu acervo de quase 500 mil itens e que depois deste processo poderá usara lista de prioridade para este fim.<sup>50</sup>

A valoração de coleções corrobora para a apropriação desses bens por partes interessadas e na sua divulgação além – muros ao apresentar um museu que conhece profundamente a 'si mesmo' e seus tesouros. Podemos incorporar o modelo de declaração de significância para apresentar os resultados de maneira semelhante a uma 'propaganda' concisa difundindo a importancia da coleção e em projetos de formentos, via editais de captação por exemplo.<sup>51</sup>

Ressaltamos a importância da adoção de processos participativos, onde todos tem voz e podem manifestar-se. Essas práticas aproximam o público dos bens culturais e ressaltam para a sociedade nosso compromisso em propor melhores práticas de salvaguarda e gestão. Os exemplos analisados constataam que os processos de valoração de acervos ficam em geral na esfera dos especialistas, seria concebível expandir a participação das partes interessadas para visitantes, profissionais de segurança, limpeza, pesquisadores externos, entre outros visando enriquecer a proposta e comparar as diversas leituras possíveis de um mesmo bem. Este é o grande desafio! Para tal, deve agregar outras atividades de identificação dos atores, prospeção e educação museal para que possam contribuir ativamente na valoração.

Tornando os museus janelas que deslubram outros caminhos e “o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano.” (IBRAM, 2019)

---

<sup>50</sup> Idem p.106

<sup>51</sup> Idem p.70

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR ISO 31000. *Gestão de riscos-Princípios e diretrizes*. ABNT: Rio de Janeiro, 2009.

*ASSESSING Heritage Significance*. NSW Heritage Manual, 2001.

AVRAMI, E. *Values and Heritage Conservation*. The Getty Conservation Institute, Summer.2000.

AFP. *Museu do Louvre vai fechar para retirar obras por risco de inundação*. G1, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/museu-do-louvre-vai-fechar-para-retirar-obras-por-risco-de-inundacao.html> Acesso em 29 mar.2019.

BRASIL. DECRETO nº 11.904, de 17 de outubro de 2009 - *Estatuto de Museus*. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, *Artigo 216 - Seção II da Cultura*, 1988. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Decreto-lei n. 1975, 23 de janeiro de 1940 - *O regime administrativo do Serviço Nacional de Febre Amarela*. Brasília, DF, 2019.

*BASE ARCH*. Itália KERR. Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/> Acesso em 01 jun. 2019

BASTIDAS, María Fernanda; VARGAS, Maria Margarita. *Propuesta metodológica para la valoración participativa de los testimonios de museos y entidades culturales en Colombia*. Fortalecimiento de Museos. 2012. Disponível em: <<http://www.museoscolombianos.gov.co/fortalecimiento/comunicaciones/publicaciones/Documents/Propuesta%20metodologica%20para%20la%20valoracion.pdf>> Acesso em 14 dez. 2018

BENCHIMOL, J. L. (coord). *Manguinhos do Sonho à vida – A Ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 1990.

BENCHIMOL, JL. *O desenvolvimento da vacina contra a febre amarela*. In: *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/Editora UFRJ, 1999, pp. 75-117.

BELLAIGNE, Matilde. *O desafio museológico*. In: FORUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE, 5, nov. 1992, Salvador, p.3 (mimeo.).

BENAVENTE, Ângela. *Aplicación de la metodología de Gestión de Riesgos para el patrimonio en la evaluación de los deterioros del mural Paso inferior Santa Lucía*. In: Santiago de Chile. V Congreso Chileno de Conservación y Restauración, 2015.

BROKERHOF, A.; MEUL, V.; MICHALSKI, S.; PEDERSOLI JR, J. L.. *Advancing research in risk management applications to cultural property*. In ICCROM Newsletter 33, June 2007. p.10-11. Disponível em <[http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM\\_news133-2007\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_news133-2007_en.pdf)>.

BULLOCK, Veronica M. *Valoração como forma de priorizar o salvamento*. In: ENSAIOS do Seminário - Oficina em Gestão de Riscos ao Patrimônio Museológico. IberoMuseus. Brasília. 2014.p. 20 - 28.

BRULON, Bruno. *Os objetos de museu, entre a classificação e o devir*. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.25, n.1, p. 25-37, jan. |abr. 2015.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. *O gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa*. S/d. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB\\_ClaudiaCarvalho\\_Projeto\\_de\\_conservcons\\_preventiva\\_do\\_museu\\_Casa\\_de\\_Rui\\_Barbosa.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_ClaudiaCarvalho_Projeto_de_conservcons_preventiva_do_museu_Casa_de_Rui_Barbosa.pdf)>. Acesso em 10. Fev. 2019.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. *Conservação Preventiva de edifícios e sítios históricos: pesquisa e prática*. Revista CPC, São Paulo, n.18, p. 141-153, dez. |abr. 2015.

CÂMARA, Roberta Nobre da. *A patrimonialização de material genético brasileiro: o estudo de caso da coleção de fungos filamentosos do Instituto Oswaldo Cruz*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST. Rio de Janeiro, 2008. 114f.

COSTA, Nétane Oliveira da et al. *Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas*. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. pp.73-86

COHEN, David; REGUERA, Mario Omar Fernández. *Valoración de Colecciones: una herramienta para la gestión de museos*. Programa de Fortalecimiento de Museos. Bogotá, Colombia, 2013.

COSTA, Jane et al. *Coleção entomológica do Instituto Oswaldo Cruz: resgate de acervo científico-histórico disperso pelo Massacre de Manguinhos*. Hist. Cienc. Saúde -Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 401-410, jun. 2008.

COELHO, Carla Maria Teixeira. *Gestão de Riscos para sítios históricos: uma discussão sobre valor*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 328p.

COHEN, David. *La valoración de las colecciones para la gestión de riesgos: reflexiones en torno al problema del manejo y conservación del patrimonio cultural*. In: V CONGRESO CHILENO DE CONSERVACIÓN Y RESTAURACIÓN. 2015, Santiago. Seminário. Santiago: AGCR-Chile, 2015.



COHEN, D. y FERNÁNDEZ, M. 2014. *Valoración: Implicaciones para la gestión de riesgos, la conservación y el manejo de colecciones*. Ensayos del seminario-taller em valoración de acervos museológicos – 2012. Brasília: Programa IberoMuseos. Organización de los Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura.

COELHO, Carla M. Teixeira; PINHEIRO, Marcos José de Araújo. *Gestão de Gestão de riscos para el patrimonio de la Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz*. In: Santiago de Chile. V Congreso Chileno de Conservación y Restauración. 2015. p. 99-103.

CUNHA, Claudia dos Reis. Alois Riegl: *O culto moderno dos monumentos*. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, p.6-16, maio/out. 2006.

DAZA, David Cohen; REGUERA, Mario Omar Fernández. *Valoración: implicaciones para la gestión de riesgos, la conservación y el manejo de las colecciones*. In: Ensaio do Seminário Oficina em Valoração de Acervos Museológicos/ Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação a Ciência e a Cultura, Programa IberoMuseus – Brasília, DF, 2014.

D'AVILA, Cristiane. *O “Massacre de Manguinhos”: a repressão da ditadura contra cientistas do Instituto Oswaldo Cruz (Artigo)*. In: Café História – história feita com cliques. Publicado em 22 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/ditadura-o-massacre-de-manguinhos/>

DE LA TORRE (ED.), M. *Assessing the values of cultural heritage*. Research report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation*. Heritage & Society, vol. 60 N. 2, novembro de 2013, p.155–166

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos- Chave de Museologia*. ICOM, 2013.

DÍAZ, Maria Cristina org. *Avaliação de coleções: uma ferramenta para gerenciamento de riscos*. Programa de Reforço dos Museus. Museu Nacional da Colômbia. Bogotá, 2013.

DORGE, Valerie; JONES, Sharon L. *Creación de un plan de emergencia: Guía para museos y otras instituciones culturales*. The Getty Conservation Institute. Los Angeles, 1999.

FIOCRUZ - GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO DE RISCOS E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA. *Relatório de conclusão da primeira fase de aplicação da metodologia de Gestão de Riscos*. Rio de Janeiro: Fiocruz - Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

FRONDIZI, Risieri. *Que son los valores? Introducción de la axiología*. Fondo de Cultura Económica, 1 ed. México, 1958.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. *Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, Iphan/MinC, 2007

GUICHEN, Gael. *Conservação Preventiva: uma mera moda passageira ou uma mudança profunda?* Museum Internacional (UNESCO), Paris, v.52, n.1, 1999.

HAYA, Heikki; JANTUNEN, Sari; PAASKOSKI, Leena. *Analysing Significance*. Finnish Museums Association, n.75. Finland, 2018.

HAMILTON, Wanda. *"Massacre de Manguinhos": crônica de uma morte anunciada*. In: Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz, n.1, v.1, novembro de 1989. pp. 7-18

IBRAM. *Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro*. PGRPMB. Rio de Janeiro: IBRAM, 2013a.

IBRAM. *Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro*. (Cartilha). Rio de Janeiro: IBRAM, 2013b.

IBRAM. *Declaração de Interesse Público*. Instituto Brasileiro de Museus – Brasília, DF: Ibram, 2019. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Preservacao-de-bens-culturais\\_atualizado-Web.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Preservacao-de-bens-culturais_atualizado-Web.pdf) Acesso em 07 ago 2019.

IBRAM. *Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010*. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/relato\\_gestao.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/relato_gestao.pdf) Acesso em 08 ago 2019.

IBRAM. *Os Museus*. Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/> Acesso em 20 set 2019.

IPHAN, *Carta de Burra*. ICOMOS, 1980.

IPHAN, *Carta de Atenas*. UNESCO, 1931

IPHAN. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual\\_do\\_INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf) Acesso em 08 ago 2019.

IPHAN. *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio\\_15x21web.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf) Acesso em 08 ago 2019.

INSTITUTO Soroterápico Federal. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Capturado em 04 abr. 2019. Online. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

JULIÃO, Letícia. *A pesquisa histórica no museu*. In: CADERNO de Diretrizes Museológicas I. 2ª edição. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006, p. 93-105.

KIFFER, Danielle. *A história da febre amarela em coleção online*. Boletim da Faperj, 2014. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-historia-da-febre-amarela-em-colecao-on-line/>> Acesso em 01 abr. 2019.

LACERDA, A. L. e MELLO, M. T. V. B. de: *Produzindo um imunizante: imagens da produção da vacina contra a febre amarela*. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. 10 (suplemento 2): 537-71, 2003.

LÉON, Isidoro Villator. *Que son los valores?* Reseñas. Pistas, n.52, p.59-61, 2014.

LENT, Herman. *O massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Avenir, 1 ed., 1978.

LEISHMANIOSE visceral: *o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção*. Saúde de A a Z. Ministério da Saúde. Brasília, s/data. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/leishmaniose-visceral>. Acesso em 16 set 2019.

LIRA, F. B. *Patrimônio cultural e autenticidade. Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Recife: UFPE, 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco.

LORD, B; LORD, G.B. *Manual de Gestión de Museos* (3.a ed.). Barcelona, España: Ariel Patrimonio Artístico, 2008.

MAGALHÃES, RCS. *A campanha mundial de erradicação da febre amarela da fundação Rockefeller e as origens da saúde internacional*. In: A erradicação do Aedes aegypti: febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016. História e Saúde collection, pp. 45-85

MASON, Randall. *Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices*. In: Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

MASON, Randall. *Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices*. In: DE LA TORRE (ED.), M. Assessing the values of cultural heritage. Research report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

MACHADO, Elias Palminor. *Projeto de Segurança para museus: um estudo de caso sobre o museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. RS, 2014. 217 p.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para

uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25 - 40

MENEGAZZI, Cristina. *Gestión de riesgos en museos ante desastres naturales*. In: Jornadas de Patrimonio en Riesgo: museos y sismos. Ministerio de Cultura y Programa Ibermuseos. Lorca, 2013. p. 8-16. Disponível em: [http://www.iber museos.org/wpcontent/uploads/2014/09/PATR.RIESGO\\_Jornadas-de-Patrimonio-en-Riesgo.-Museos-y-seismos-BAJA.pdf](http://www.iber museos.org/wpcontent/uploads/2014/09/PATR.RIESGO_Jornadas-de-Patrimonio-en-Riesgo.-Museos-y-seismos-BAJA.pdf) Acesso em 17 set. 2018.

MICHALSKI, Stefan. *Los niveles ABC para la evaluación de riesgos en las colecciones museísticas e información para interpretar los riesgos derivados de una incorrecta Humedad Relativa y Temperatura*. Instituto Canadiense de Conservación, Madrid, 2009.

MICHALSKI, S.; Pedersoli, J. L. 2011. *Manual de Referência para el Método de Gestión de Riesgos del ICC-ICCROM-RCE*

MINISTERIO de Cultura y Universidad externado de Colombia. *Diagnóstico Política Pública del Patrimonio Cultural Mueble*. Bogotá, 2003.

MINISTERIO DE CULTURA. *Manual para inventários de bienes culturales muebles*. Bogotá, 2005.

MCU. *Guía para un Plan de Protección de Colecciones ante Emergencias*. 1a ed., Espanha: Fareso S.A., 2009. [Subdirección General de Museos Estatales].

*MUSEU da Patologia ensaia reabertura para o público*. Agência Fiocruz de Notícias. Junho, 2018. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/museu-da-patologia-ensaia-reabertura-para-o-publico>> Acesso em 25 abr. 2019.

MUSEU DA PATOLOGIA. *Coleção de Febre Amarela. Instituto Oswaldo Cruz*. Disponível em: <<http://museudapatologia.ioc.fiocruz.br/index.php/br/museu-patologia/cfa-historia.html>> 20 out. 2018.

*MUSEU DA PATOLOGIA ensaia reabertura para o público*. IOC, 2018. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/museu-da-patologia-ensaia-reabertura-para-o-publico> Acesso em 01 jun. 2019.

MUNARETTO, Lorimar Francisco; CORRÊA, Hamilton Luiz; CUNHA, Júlio Araújo Carneiro da. *Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias*. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 09-24, jan. /mar. 2013.

NASCIMENTO, Danielle Cerri do. *O olhar da museologia para as coleções biológicas: estudo de caso da coleção entomológica do Instituto Oswaldo Cruz*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2015. 179f

NASCIMENTO, Rosana. *O objeto museal como objeto de conhecimento*. Cadernos de Museologia, n.3, p. 7-29, 1994.

NOGUEIRA, Vanessa Fabiula Pancioni. *Axiologia: apontamentos sobre valor*. Universidade Anhanguera. Anuário da Produção Docente, v.1, n.1, p.75-79, 2007.

*O QUE SE SABE SOBRE O INCÊNDIO NO MUSEU NACIONAL, NO RIO*. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-no-rio.ghtml> Acesso em 20 dez. 2018.

OLIVEIRA, Barbara Cristina Euzebio Pereira Dias de; MACHADO, Marcelo Pelajo. *Museu da Patologia: gestão e áreas de atuação*. In: Anais do I Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural - Científico: planos integrados de preservação. Rio de Janeiro, pp.157-169, 2011.

ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia Beatriz Rovaron. *Segurança em Museus*. Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF, 2011.

ONO, Rosaria. *Proteção do patrimônio – cultural contra incêndio em edificações de interesse de preservação*. Ciclo de Palestras: Memória & Informação. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. RJ, 2004.

PEDERSOLI, José Luiz. *Entrevista com José Luiz Pedersoli*. Acervo, Rio de Janeiro, v.23, no 2, p.7-12, jul. /dez 2010.

PEDERSOLI, José Luiz. *Modelando a perda de valor na análise quantitativa de riscos a acervos museológicos*. In: Ensaios do Seminário Oficina em Valoração de Acervos Museológicos/ Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação a Ciência e a Cultura, Programa IBERMUSEUS – Brasília, DF, 2014.p.270 - 277.

PEDERSOLI, José Luiz Jr.; AN TOMARCHI, Catherine; MICHALSKI, Stefan. *Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico*. IBERMUSEUS, ICCROM, 2017.

RANGEL, Marcio Ferreira. *Museologia e patrimônio: encontros e desencontros*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RUSSELL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. *Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections*. 2nd ed. National Library of Australia, 2009.

SCHEINER, Tereza Cristina. *Repensando o museu integral: do conceito às práticas*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. [online]. 2012, vol.7, n.1, pp. 15-30.

SANTOS, Liliane Bispo do; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. *Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés*. Rio de Janeiro. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5 no 1 – 2012.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. *Ciência, política e segurança nacional: o “Massacre de Manguinhos” (1964-1970)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016. 111 f.

SANTANA, Matheus Santos. “*O Massacre de Manguinhos: segurança, desenvolvimento e o campo científico da saúde na ditadura civil-militar (1964-1973)*”. *XXIX Simpósio Nacional de História*. UNB, Brasília, 2017.

SERVIÇO DE FEBRE AMARELA. *Instruções para Representantes do Serviço de Febre Amarela em Postos de Viscerotomia*. Manual de Instruções, vol.2, Viscerotomia. Brasil: Ministério da Saúde, 1937.

SILVA, Manuela da. (Coord.). *2º Encontro das coleções biológicas da Fiocruz*. Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2015.

SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI, José Luiz. *Biblioteca Nacional – Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & amp; emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SOARES, Pedro Paulo; NOGUEIRA, Inês. *Antecedentes: 1900-1986*. In: *Museu da Vida: ciência e arte em Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2017. pp. 12 - 27

TAVARES, Maria Karla Belo da S. *Gerenciamento de Riscos em espaços museais: estudo de caso da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz*. Monografia (Graduação em Museologia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. 50f.

TRAD, Leny A. Bomfim. *Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde*. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [ 3 ]: 777-796, 2009.

TORRE, Marta de la (ed.). *Assessing the Values of Cultural Heritage*. The Getty Conservation Institute, Los Angeles, 2002.

UNESCO. *Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado*. Haia, 1954.

*UM RESGASTE do massacre de Manguinhos*. *Revista História Ciências Saúde Manguinhos*, abril de 2013. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/um-resgate-do-massacre-de-manguinhos/>> Acesso em 23 mar. 2019.

VPPCB. *MANUAL DE ORGANIZAÇÃO DE COLEÇÕES BIOLÓGICAS DA FIOCRUZ*. Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2018. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/vppcb-m-cb-001-manual-de-organizacao-de-colecoes-da-fiocruz\\_rev8.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/vppcb-m-cb-001-manual-de-organizacao-de-colecoes-da-fiocruz_rev8.pdf). Acessado em 12 out. 2019.

WRIGTH, James T. Coulter; GIOVINAZZO, Renata Alves. *Delphi - uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo*. *Cadernos de Pesquisa em Administração*, São Paulo, v. 01, n. 12, 2º trim. \2000.

ZOUAIN, Rosana Soares. *A valoração do moderno: contribuições para a preservação do Laboratório da Febre Amarela da Fundação Oswaldo Cruz*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019. 124f

## REFERÊNCIA ARQUIVÍSTICA

*Depoimento oral de Itália Kerr*. Fundo Casa de Oswaldo Cruz, Seção Departamento de Arquivo e Documentação, Subseção Serviço de Arquivo Histórico, Subsérie Projetos de Pesquisa, dossiê 5, depoimentos orais do projeto Memória das Coleções Científicas do IOC, código de referência BR RJCOC 05-06-01-01-01-05.

APÊNDICE A –

RESULTADO COMPILADO DAS RODADAS DE APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO DE VALORAÇÃO DA COLEÇÃO DE FEBRE AMARELA

Elemento I - Serviço Cooperativo de Febre Amarela							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico							71,40%
Valor educacional					71,40%		
Valor Probatório							71,40%
Valor Raridade e Singularidade					100%		
Valor Procedência				71,40%			
Valor social				71%			
Valor artístico		85,70%					
Valor simbólico						85,70%	
Valor econômico				100%			
Elemento II - Diagnóstico post mortem e teste em Camundogos							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico							100%
Valor educacional						100%	
Valor Probatório							100%
Valor Raridade e Singularidade							100%
Procedência							71,40%
Valor social			100%				
Valor artístico e estético		85,70%					
Valor simbólico					71,40%		
Elemento III - Erradicação da Febre Amarela Urbana							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico							85,70%
Valor educacional					100%		
Valor Probatório							85,70%
Valor Raridade e Singularidade							71,40%
Valor Procedência					100%		
Valor social				100%			
Valor artístico e estético	71,40%						
Valor simbólico							100%
Valor econômico						100%	
Elemento IV - Descoberta da Doença de Calazar							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							85,70%
Valor histórico							85,70%
Valor educacional							85,70%
Valor Probatório							100%
Valor Raridade e Singularidade							71,40%
Valor Procedência							71,40%
Valor social						71,40%	
Valor artístico e estético	71,40%						
Valor simbólico							71,40%
Valor econômico					71,40%		



Elemento V - Primeiros casos de Febre da Lábria							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico							71,40%
Valor educacional					100%		
Valor Probatório							71,40%
Valor Raridade e Singularidade							85,70%
Valor Procedência							85,70%
Valor social					71,40%		
Valor artístico e estético	71,40%						
Valor simbólico					71,40%		
Valor econômico						71,40%	
Elemento VI - Produção nacional da vacina contra a Febre Amarela							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico							85,70%
Valor educacional							71,40%
Valor Probatório						85,70%	
Valor Raridade e Singularidade						100%	
Valor Procedência							100%
Valor social							100%
Valor artístico e estético	71,40%						
Valor simbólico							71,40%
Valor econômico							71,40%
Elemento VII - Descobrimto do Ciclo Silvestre							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico							100%
Valor educacional							71,40%
Valor Probatório							71,40%
Valor Raridade e Singularidade					71,40%		
Valor Procedência						85,70%	
Valor social							71,40%
Valor artístico e estético	71,40%						
Valor simbólico						100%	
Valor econômico							71,40%
Elemento VIII - Ruptura com a Fundação Rockefeller							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico							85,70%
Valor educacional				100%			
Valor Probatório			71,40%				
Valor Raridade e Singularidade						85,70%	
Valor Procedência						100%	
Valor social					100%		
Valor artístico e estético	71,40%						
Valor simbólico							71,40%
Valor econômico					85,70%		

Elemento IX - Registro dos últimos casos de transmissão da forma urbana							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico							85,70%
Valor educacional							71,40%
Valor Probatório							85,70%
Valor Raridade e Singularidade							71,40%
Valor Procedência							71,40%
Valor social				100%			
Valor artístico e estético	85,70%						
Valor simbólico							85,70%
Valor econômico						100%	
Elemento X - Resolução da causa de reações adversas graves na população que estava sendo vacinada							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico						100%	
Valor educacional						85,70%	
Valor Probatório							71,40%
Valor Raridade e Singularidade						71,40%	
Valor Procedência						71,40%	
Valor social							71,40%
Valor artístico e estético	100%						
Valor simbólico						71,40%	
Valor econômico						100%	
Elemento XI - Estudo sobre a duração de imunidade proporcionada pela vacina							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							71,40%
Valor histórico							85,70%
Valor educacional							71,40%
Valor Probatório							71,40%
Valor Raridade e Singularidade						71,50%	
Valor Procedência						71,40%	
Valor social							85,70%
Valor artístico e estético	85,70%						
Valor simbólico		100%					
Valor econômico						100%	
Elemento XII - Crise e Desmantelamento, Massacre de Manguinhos							
PONTUAÇÃO	0	1	2	3	4	5	6
Valor Científico							100%
Valor histórico						71,40%	
Valor educacional							71,40%
Valor Probatório							71,40%
Raridade							100%
Procedência					71,40%		
Valor social					100%		
Valor artístico e estético	85,70%						
Valor simbólico				87,70%			
Valor econômico							71,40%

Resultado compilado com as pontuações e porcentagens de consenso. Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE B –

MATRIZ DE VALORAÇÃO DA COLEÇÃO DE FEBRE AMARELA

Itens	PONTUAÇÃO VALORES										Contribuição percentual de cada categoria para o valor do acervo	
	valor	Valor científico/tecnológico	Valor Histórico	Valor educacional	Valor probatório	Raridade/singularidade	Procedência	Valor social	Valor artístico	Valor simbólico		Valor econômico
	peso	40	30	20	8	8	8	4	4	4		1
Serviço Cooperativo da Febre Amarela	6	6	4	5	4	3	3	1	5	3	6,50%	
Diagnóstico post mortem e testes em camundongos	6	6	5	6	6	6	2	1	4	4	8,58%	
Erradicação da Febre Amarela urbana	6	6	4	6	6	4	3	0	6	5	7,94%	
Descoberta da doença de Calazar	6	6	6	6	6	6	5	0	6	4	10,24%	
Primeiros casos de Febre da Lábria	6	6	4	6	6	6	4	0	4	5	8,28%	
Produção nacional de vacina da Febre Amarela	6	6	6	5	5	6	6	0	6	6	9,57%	
Descobrimto do Ciclo Silvestre	6	6	6	6	4	5	6	0	5	6	9,18%	
Ruptura com a Fundação Rockefeller	6	6	3	2	5	5	4	0	6	4	6,80%	
Registro dos últimos casos de transmissão derivada da forma urbana	6	6	6	6	6	6	3	0	6	5	10,17%	
Resolução da causa de reações adversas graves proveniente da vacina	6	5	5	6	5	5	6	0	5	5	6,16%	
Estudo sobre a duração da imunidade pela vacinação anti-amarela	6	6	6	6	5	5	6	0	1	5	9,17%	
Crise e desmantelamento - Massacre de Manguinhos	6	5	6	6	6	4	4	0	3	6	7,41%	
											100,00%	

Pontuação final de cada item relacionado com os valores junto com a contribuição percentual de cada item, após utilização dos pesos e fator de intensidade.

<b>APLICAÇÃO DO FATOR DE INTENSIDADE</b>										<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>FATOR DE INTENSIDADE</b>
Valor científico/tecnológico	Valor Histórico	Valor social	Valor educacional	Valor probatório	Raridade/singularidade	Procedência	Valor artístico	Valor simbólico	Valor econômico		
243	243	9	27	81	27	9	1	81	9	<b>0</b>	<b>0</b>
243	243	3	81	243	243	243	1	27	27	<b>1</b>	<b>1</b>
243	243	9	27	243	243	27	0	243	81	<b>2</b>	<b>3</b>
243	243	81	243	243	243	243	0	243	27	<b>3</b>	<b>9</b>
243	243	27	27	243	243	243	0	27	81	<b>4</b>	<b>27</b>
243	243	243	243	81	81	243	0	243	243	<b>5</b>	<b>81</b>
243	243	243	243	243	27	81	0	81	243	<b>6</b>	<b>243</b>
243	243	27	9	3	81	81	0	243	27		
243	243	9	243	243	243	243	0	243	81		
243	81	243	81	243	81	81	0	81	81		
243	243	243	243	243	81	81	0	1	81		
243	81	27	243	243	243	27	0	9	243		

Aplicação do fator de intensidade relacionado a cada item identificado.

APLICAÇÃO DA FÓRMULA (VALOR X PESO X FATOR DE INTENSIDADE)											
Valor científico/ tecnológico	Valor Histórico	Valor social	Valor educacional	Valor probatório	Raridade/ singulandade	Procedência	Valor artístico	Valor simbólico	Valor econômico	TOTAL	Valor relativo
58320	43740	108	2160	3240	864	216	4	1620	27	110299	1,05
58320	43740	24	8100	11664	11664	11664	4	432	108	145720	1,39
58320	43740	108	2160	11664	11664	864	0	5832	405	134757	1,29
58320	43740	1620	29160	11664	11664	11664	0	5832	108	173772	1,66
58320	43740	432	2160	11664	11664	11664	0	432	405	140481	1,34
58320	43740	5832	29160	3240	3240	11664	0	5832	1458	162486	1,55
58320	43740	5832	29160	11664	864	3240	0	1620	1458	155898	1,49
58320	43740	432	540	48	3240	3240	0	5832	108	115500	1,10
58320	43740	108	29160	11664	11664	11664	0	5832	405	172557	1,65
58320	12150	5832	8100	11664	3240	3240	0	1620	405	104571	1,00
58320	43740	5832	29160	11664	3240	3240	0	4	405	155605	1,49
58320	12150	432	29160	11664	11664	864	0	108	1458	125820	1,20
<b>TOTAL</b>										1697466	

**Valor relativo:** Valor total de cada item, dividido pelo item com menor valor total. Podendo no final saber o quão maior é um item em relação a outro. Fonte: elaborado pela autora.